

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PPA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM

SERGIO AUGUSTO VALLIM GAIOTTO

O LUGAR DAS COOPERATIVAS DE RECICLAGEM EM MEIO A
CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CIDADE
DE MARINGÁ-PR

MARINGÁ
2016

SERGIO AUGUSTO VALLIM GAIOTTO

O LUGAR DAS COOPERATIVAS DE RECICLAGEM EM MEIO A
CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CIDADE
DE MARINGÁ-PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. William Antônio Borges

Agência financiadora: CAPES

MARINGÁ
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR., Brasil)

G1431 Gaiotto, Sergio Augusto Vallim
O lugar das cooperativas de reciclagem em meio a construção da política pública de resíduos sólidos da cidade de Maringá-PR / Sergio Augusto Vallim Gaiotto. -- Maringá, 2016.
113 f. : il. col., figs., quadros, fotos + apêndice

Orientador: Prof. Dr. William Antônio Borges.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2016

1. Cooperativas - Políticas Públicas de resíduos sólidos. 2. Cooperativas de reciclagem - Autogestão. I. Borges, William Antônio, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 21.ed. 658.56

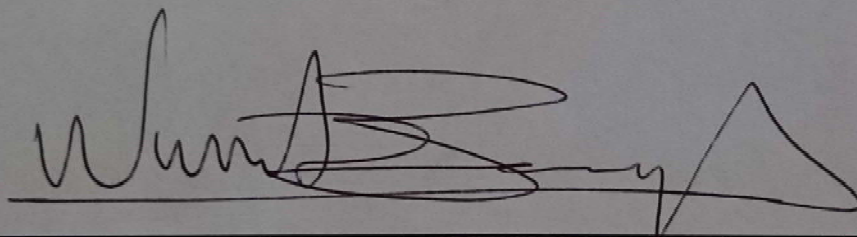
MN

SERGIO AUGUSTO VALLIM GAIOTTO

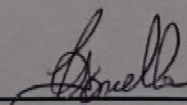
O LUGAR DAS COOPERATIVAS DE RECICLAGEM EM MEIO A
CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
DA CIDADE DE MARINGÁ-PR

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Administração da
Universidade Estadual de Maringá como
requisito para obtenção do título de
Mestre em Administração, para
apreciação da seguinte banca
examinadora:

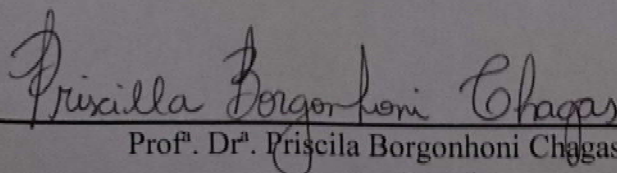
Aprovada em: 25/05/2016



Prof. Dr. William Antônio Borges (UEM/PPA)
Orientador



Prof. Dr. Cefene Tonella (UEM/PGE)
Membro Convidado



Prof. Dr. Priscila Borgonhoni Chagas (UEM/PPA)
Membro

“O pobre urbano é um mestre no remendo e na reciclagem. Existe, de longa data, uma economia e uma ‘cultura’ da reciclagem desenvolvidas pela pobreza”.

Carlos Lessa (2000)

AGRADECIMENTOS

À minha família e minha noiva, que me apoiaram durante todo o processo do mestrado e de construção dessa dissertação.

Aos professores do Departamento de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá, em especial ao meu orientador, professor Dr. William Antônio Borges, pela habilidade e disposição com que me orientou neste trabalho.

Aos profissionais da UNITRABALHO, cujo apoio à essa pesquisa foi de fundamental importância para a conclusão da mesma.

Aos cooperados, trabalhadores e coletores de materiais recicláveis com os quais pude dialogar e compreender suas vivências.

Aos vereadores, ao procurador do trabalho e membros do Fórum Lixo e Cidadania, os quais tiveram papel importante na construção das narrativas sobre políticas públicas na cidade de Maringá.

Aos amigos e colegas de mestrado, com os quais dividi experiências enriquecedoras.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal compreender o lugar ocupado pelas cooperativas de reciclagem de Maringá-PR em meio a construção da Política Municipal de Resíduos Sólidos dessa cidade. Para tanto, a presente pesquisa realizou um levantamento teórico-empírico envolvendo autores que abordam questões pertinentes às políticas públicas e as relações que se desenvolvem na arena política durante o processo de apresentação de propostas e constituição da agenda política. Além das políticas públicas, o cooperativismo, a autogestão e a economia solidária são temas iluminados nesta dissertação, e que fazem parte da constituição dos preceitos teóricos aqui demonstrados. A pesquisa se apresenta como descritiva e possui uma análise qualitativa. A orientação epistemológica se deu através do construcionismo social, que corresponde a uma abordagem metodológica que permite, através da composição de histórias e de diálogos entre diferentes atores, construir narrativas a partir de diferentes perspectivas, buscando formas distintas para descrever os fenômenos sociais, ampliando as reflexões sobre eles e as possibilidades de ação e compreensão das informações obtidas. Quanto ao processo de construção dos resultados da pesquisa, primeiramente, diferentes atores foram entrevistados. Membros da UNITRABALHO, cooperados, vereadores da cidade e o procurador do trabalho, correspondem aos indivíduos entrevistados para este trabalho. Em seguida, as falas desses interlocutores foram transcritas e analisadas, compondo assim, os resultados da pesquisa. O teor das narrativas acessadas revelou elementos históricos, que demonstraram o caminho percorrido pelas cooperativas durante as gestões do Partido dos Trabalhadores e do Partido Progressista em Maringá-PR. Foi possível observar que, durante a gestão do PT, encabeçada pelo então prefeito José Cláudio e seu vice João Ivo Caleffi, durante os anos de 2001 até 2004, as cooperativas receberam incentivos estruturais e econômicos para desenvolver seu trabalho. No entanto, a partir de 2005, durante a gestão de Silvío Barros II (2005 – 2012) e Carlos Roberto Pupin (2013 – 2016), devido à orientação neoliberal do PP, e a busca pela desvinculação das políticas praticadas pelo PT na gestão passada, os incentivos às cooperativas foram sendo interrompidos, e seu lugar perante à gestão municipal de resíduos sólidos foi cada vez mais sendo deslocado para a marginalidade. Com sua legitimidade e aceitação pública em risco devido às pressões da população maringense, do Ministério Público por meio da Política Nacional de Resíduos Sólidos, das cooperativas, do Fórum Lixo e Cidadania e da sociedade civil, para incluir as cooperativas novamente no processo de coleta e separação de resíduos sólidos, a atual gestão (Carlos Roberto Pupin), de acordo com o que pôde ser observado nas narrativas, tem buscado dialogar com as cooperativas e aproximá-las da discussão sobre a “questão do lixo” em Maringá, deslocando seu lugar para um contexto de maior visibilidade.

Palavras chave: Cooperativas, Políticas Públicas, Autogestão, Agenda

ABSTRACT

This research aims to understand the place occupied by the Maringá-PR recycling cooperatives in the conception of the Maringá's Solid Waste Municipal Policy. Therefore, this study conducted a theoretical and empirical study involving authors that address issues relevant to the public policies and the relationships that are developed in the political arena during the process of introduction of proposals and setting up the political agenda. In addition to public policy, cooperativism, self-management and solidarity economy topics are illuminated in this research, which are part of the constitution of the theoretical principles demonstrated here. The research is presented as descriptive and has a qualitative analysis. The chosen epistemological guidance was the social constructionism, which corresponds to a methodological approach that allows, through the composition of stories and dialogues between different actors, create narratives from different perspectives, seeking different ways to describe social phenomenon, expanding the reflections on them, the actions and the understanding of the information obtained. As for the process of the research results, first, different actors were interviewed. Members of UNITRABALHO, cooperative workers, civil society and the labor attorney, correspond to the individuals interviewed for this work. Then the statements of these parties were transcribed and analyzed, making thus the search results. The content of the narratives revealed historical elements, which demonstrated the path taken by the cooperatives during the Partido dos Trabalhadores (Labor's Party) administration and the Partido Progressista (Progressive Party) in Maringá-PR. It was noted that, during the administration of Partido dos Trabalhadores (PT), led by then Mayor José Cláudio and his deputy João Ivo Caleffi, during the years 2001 to 2004, the cooperatives received structural and economic incentives to develop their work. However, from 2005, during the Silvio Barros II (2005-2012) and Carlos Roberto Pupin (2013-2016) administration, due to the neoliberal orientation of PP, and by the search for untying the policies adopted by PT on past management, incentives to cooperatives were being interrupted, and its place before the municipal solid waste management was increasingly being shifted to the marginality. With its legitimacy and public acceptance at risk due to pressures of Maringá's population, the Public Ministry through the National Solid Waste Policy, cooperatives, the Waste and Citizenship Forum (Fórum Lixo e Cidadania) and civil society, to include cooperatives again in the process of collection and sorting of solid waste, the current management (Carlos Roberto Pupin), according to what could be observed in the narratives, has sought dialogue with the cooperatives bringing them to the discussion on the "issue of junk" (questão do lixo) in Maringá, shifting its place for a context of increased visibility.

Key words: Cooperatives, Public Policy, Self-management, Agenda

Sumário

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 CONTEXTO	14
1.2 PROBLEMATIZAÇÃO	17
1.3 OBJETIVO GERAL	21
1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
1.5 JUSTIFICATIVA.....	21
2. METODOLOGIA	24
2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	24
2.2 CONSTRUCIONISMO SOCIAL.....	25
2.3 OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	28
2.3.1 CONSTRUÇÃO DO CAMPO-TEMA	28
2.3.2 DELIMITAÇÃO DOS AMBIENTES E ESPAÇOS DE DIÁLOGO.....	29
2.3.3 LEITURA DOS REGISTROS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS.....	31
2.3.3.1 REGISTROS PRIMÁRIOS	31
2.3.3.2 REGISTROS SECUNDÁRIOS	35
3. PRECEITOS TEÓRICOS	36
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS	36
3.1.1 CONSTITUIÇÃO DE AGENDA	39
3.1.1.1 JANELAS DE OPORTUNIDADES NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA AGENDA.....	42
3.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	45
3.3 O COOPERATIVISMO NO BRASIL E NO MUNDO	48
3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E O COOPERATIVISMO	55
4. O LUGAR DAS COOPERATIVAS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA POLITICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SOLIDOS	59
4.1 APRESENTAÇÃO DAS COOPERATIVAS.....	60
4.1.1 COOPERMARINGÁ	60
4.1.2 COOPERCANÇÃO	63
4.1.3 COOPERNORTE.....	65
4.1.4 COOPERPALMEIRAS	67
4.2 AS COOPERATIVAS NO GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT (JOSE CLAUDIO)	70
4.2.1 ATERRO MUNICIPAL (LIXÃO)	77

4.3 AS COOPERATIVAS NO GOVERNO DO PARTIDO PROGRESSISTA - PP (SÍLVIO BARROS E CARLOS ROBERTO PUPIN – PP)	78
4.3.1 BIOPUSTER	83
4.4 FÓRUM LIXO E CIDADANIA	86
4.5 INCLUSÃO DAS COOPERATIVAS NA AGENDA POLÍTICA	91
5. CONCLUSÃO	97
6. REFERÊNCIAS	102
APÊNDICE	112

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária.

COCAREMA – Cooperativa dos Coletores de Materiais Recicláveis de Maringá.

COOPERATVAMA - Cooperativa Dos Agricultores Das Comunidades 300 Alqueires, Vila Rural, Agua Dos Martas, 1000 Alqueires e Alvorada.

COOPERCANÇÃO – Cooperativa de Reciclagem Cidade Canção;

COOPERMARINGÁ - Cooperativa Maringá de Seleção de Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços.

COOPERNORTE – Cooperativa Norte de Maringá de Separadores de Materiais Recicláveis e Prestação de Serviços.

COOPERPALMEIRAS – Cooperativa de Materiais Recicláveis do Parque das Palmeiras.

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito.

FACES do Brasil – Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário do Brasil.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

JOCUM – Jovens Unidos por um Ideal.

MP – Ministério Público

PPP – Parceria Público-Privada.

TRAMART - Cooperativa de Produção Industrial Dos Profissionais Em Confeção e Trabalho Artesanal.

PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos.

PP – Partido Progressista.

PT – Partido dos Trabalhadores.

UEM – Universidade Estadual de Maringá.

UNITRABALHO - Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho.

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1: Atores entrevistados.....	32
QUADRO 2: Propostas do Fórum e da Prefeitura..	90

ÍNDICE DE FOTOS

FOTO 1: Ambiente de trabalho da Coopermaringá.....	62
FOTO 2: Um dos locais onde os materiais recicláveis são depositados.....	62
FOTO 3: Fachada da Coopercação	63
FOTO 4: Trabalhadoras da Coopercação	65
FOTO 5: Vista externa do barracão da Coopernorte	66
FOTO 6: Interior do barracão da Coopernorte.....	67
FOTO 7: Dependências da Cooperpalmeiras	68
FOTO 8: Cooperpalmeiras	69

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: Localização das cooperativas em Maringá.....	60
--	----

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO

Políticas públicas voltadas à economia solidária têm sido cada vez mais intensificadas no Brasil por meio de projetos sociais, criação de leis como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, ou ainda através de ações colaborativas entre Estado e indivíduos em situação de desigualdade social e econômica (BRUM, MOURA, 2015; SOUZA, 2011), como é o caso de ações cooperativistas estabelecidas no ramo da reciclagem de resíduos sólidos¹ urbanos. A importância da inserção de políticas públicas em consonância com a economia solidária se dá a partir da emergência de questões diretamente relacionadas à economia, bem estar social, produtividade e mão de obra brasileira, isto é, geração de trabalho e renda, subsistência, sustentabilidade, estrutura familiar e valorização da força produtiva nacional, por exemplo, são elementos que têm estimulado a constituição de políticas públicas em território nacional (SOUZA, 2011).

Nesse sentido, no Brasil, nota-se cada vez mais, por meio de publicações científicas, um consenso sobre a necessidade e a pertinência da formulação de políticas públicas que fomentem e amparem a inclusão de atores sociais que lutam por condições de subsistência e por sua inserção na lógica do desenvolvimento social e econômico (BRUM, MOURA, 2015; ANTUNES, 2008; SOUZA, 2007; SOUZA, 2006; SPOSITO, CARRANO, 2006).

Singer (2002) se refere ao desenvolvimento social e econômico como uma ação integrada e conjunta, que une segmentos sociais, políticos e econômicos para gerar renda e inclusão social por meio de alternativas associativas, visando melhorias na qualidade de vida e preservação do meio ambiente através da capacitação dos agentes e comunidades envolvidos no processo (FLORY ET AL, 2013; SINGER, 2002).

Singer (2002) apresenta reflexões acerca do desenvolvimento relacionado à cooperação mútua de sujeitos em situação de desigualdade e exclusão social. Para este autor, a pobreza pode ser vista como uma condição social. A falta de dinheiro obriga as pessoas

¹ Conforme a NBR 10.004 (ABNT, 2004), resíduos sólidos são definidos como “resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos de água, ou exijam para isso soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível”.

a somarem esforços e compartilhem sua moradia e recursos com outros que se encontram na mesma situação, geralmente em lugares onde o custo de vida é baixo, como favelas, cortiços ou mesmo na rua. As condições em que se encontram as pessoas nessas comunidades torna a prática da ajuda mútua indispensável à sobrevivência. Portanto, o desenvolvimento da economia em comunidades carentes é um meio pelo qual se torna possível combater a pobreza e ao mesmo tempo beneficiar todos os integrantes. Esse desenvolvimento pode ser induzido por agentes externos como ONGs, cooperativas, caritas e governos, que mobilizam a comunidade e contribuem para a criação e consolidação de projetos de atividades econômicas inclusivas.

Logo, é possível, para Singer (2002), associar o desenvolvimento econômico ao desenvolvimento individual e comunitário de sujeitos que se encontram em situação de privação social. Destaca-se, portanto, a pertinência do desenvolvimento, enquanto um tema que demonstra sintonia com questões voltadas à desigualdade e exclusão social, já que, por meio do trabalho comunitário, apoio de órgãos externos, e pela associação entre atores que compartilham das mesmas necessidades, é possível estabelecer um caminho através da inclusão econômica e social, como é o caso das cooperativas de reciclagem do município de Maringá e região, que vêm atuando por meio da ajuda mútua e do esforço em conjunto entre pessoas desprovidas de capital para melhorar sua situação social e econômica (SINGER, 2002).

No Brasil, a conjuntura em que os catadores de materiais recicláveis estão inseridos acompanhou o processo de urbanização de pequenas e grandes cidades, onde é possível observá-los desenvolvendo suas atividades por meio de cooperativas. As cooperativas surgem como estruturas empresariais que necessitam de rendimentos e de eficiência gerencial para se tornarem viáveis e adquirirem condições para expandir suas atividades (HULGARD, FERRARINI, 2010; LIMA, 2010). Também é importante que haja engajamento efetivo de seus integrantes, além de tomadas de decisões democráticas no que se refere ao controle, a economia e aos recursos necessários para o funcionamento da mesma, para que sejam capazes de oferecer alternativas de sobrevivência por meio do trabalho, além de inserção econômica e social.

Vale (2014) caracteriza a situação marginal em que se encontram os catadores de reciclagem como um estrato social, uma categoria que pode ser utilizada para definir grupos ou parcelas da sociedade provenientes de camadas sociais inferiores, desprovidas, muitas vezes, de condições adequadas de escolaridade, renda e condições de trabalho (VALE, 2014). De acordo com o IBGE, no século XX, no Brasil, os indivíduos alocados

às camadas marginais da sociedade representavam, em sua grande maioria, imigrantes que saíram das regiões rurais e foram para as regiões urbanas em busca de melhores condições econômicas e sociais.

Dessa forma, no período compreendido entre as décadas de 1940 e 2000, o Brasil passou por uma intensa fase de urbanização e desenvolvimento. Conforme dados do IBGE, em 1940, a população rural era composta por 68,72% da população total, e em 2010 a população rural passou a representar 15,64 % da população total, o que ilustra a migração de habitantes da zona rural para a zona urbana. No início do século XXI, a população urbana era composta por 84,36 % da população total. Essa mudança teria ocasionado problemas estruturais de saúde, de segurança e de necessidades básicas por conta dos propósitos mercadológicos aos quais as estruturas urbanas são submetidas no Brasil em detrimento de soluções sociais, ao mesmo tempo em que os estados e municípios se encontravam, naquele momento, incapazes de alocar recursos para atender todas as demandas econômicas e sociais da população que migrava do campo para os centros urbanos. A necessidade de desenvolver políticas públicas, para atender as demandas criadas pelo aumento populacional urbano, tornou-se latente, pois além de questões infra estruturais, problemas relacionados à educação, desemprego e exclusão social aumentavam cada vez mais nas cidades (CANÇADO, 2005).

Para Piccinini (2004) e Cançado (2005), a situação socialmente vulnerável da transição dos séculos XX e XXI, e principalmente o desemprego, contribuíram para a associação dos trabalhadores em grupos organizados, caracterizados como cooperativas populares. Essa alternativa surgiu como um meio para gerar renda e produtividade, garantindo a sobrevivência desses trabalhadores. Conforme informações colhidas na UNITRABALHO, este cenário de desemprego e exclusão social que inspirou a formação de cooperativas na segunda metade do século XX, ainda hoje corresponde à realidade de grupos de trabalhadores que buscam pela sobrevivência por meio do cooperativismo, desenvolvendo atividades de reciclagem.

No Brasil, grande parte dessas organizações encontra-se no âmbito da Economia Solidária (COELHO, GODOY, 2010), a qual depende do trabalho em conjunto e da interação entre indivíduos que possuem interesses em comum para viabilizar um sistema democrático de organização do trabalho, visando diminuir as diferenças econômicas e sociais por meio de alternativas de produção sustentáveis (SINGER, 2008).

Como propõe Singer (2002), a Economia Solidária se constrói por meio de uma relação entre emprego e geração de renda. Dessa maneira, tendo em vista as carências e lacunas concernentes à distribuição de renda, educação, moradia e condições econômicas e sociais em geral não resolvidas pelo Estado, membros de iniciativas como o cooperativismo buscam unir esforços para superar tais dificuldades, auferindo renda para sua própria sobrevivência e, ao mesmo tempo, contribuindo com alternativas sustentáveis, como sugere a reciclagem. Nesse aspecto, esses sujeitos adquirem força para reivindicar junto ao Estado questões relacionadas ao desenvolvimento e aplicação de políticas públicas que possam vir a beneficiar as camadas socialmente vulneráveis da sociedade; e, no âmbito ecológico, podem potencializar o uso de produtos sustentáveis e/ou que não venham a agredir o meio ambiente (GAIGER, 1999).

De acordo com Coelho e Godoy (2010), a reestruturação das relações de produção e emprego, ditadas pela globalização e pelas inovações tecnológicas e científicas, acabaram por precarizar e deteriorar as relações de trabalho estabelecidas até então, causando um processo que vem gerando desemprego e exclusão social de indivíduos, levando-os a se aventurar por diferentes alternativas como aquelas que envolvem a geração de seu próprio sustento através de organizações cooperativistas e autogestionárias. Contudo, nota-se a participação do governo federal em meio à formulação de políticas sociais, dentre as quais, aquelas voltadas à geração de trabalho e renda como o programa de inclusão produtiva, fruto do Plano Brasil sem Miséria, criado na primeira gestão de Dilma Rousseff.

Nota-se que, como resultado das políticas públicas executadas pelo governo federal, a formalização do trabalho aumentou no Brasil, ao passo em que houve queda do desemprego até o ano de 2014, e conseqüentemente a redução da desigualdade econômica e social (CONTRI, 2014). Contudo, o Brasil ainda se perfaz como um país socialmente desigual, dotado de desequilíbrios no que diz respeito às condições para a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. Por conta disso, políticas públicas e alternativas inclusivas como o cooperativismo contemplam medidas fundamentais para a manutenção da geração de renda de grupos marginalizados.

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Até a constituição de 1988, a elaboração de políticas públicas era competência restrita ao governo federal, cabendo aos estados e municípios somente a execução das políticas. No entanto, após a promulgação da citada constituição, as esferas estaduais e municipais passaram a contar com maior participação no que concerne à formulação de

políticas públicas adequadas aos diferentes contextos vivenciados nessas instâncias. Assim, dada a incapacidade de o Governo Federal solucionar problemas específicos de diferentes regiões do país, e sob a justificativa de que a resolução de determinadas questões torna-se mais eficiente na medida em que haja maior proximidade dos órgãos públicos com o problema, os governos locais aderiram à descentralização das políticas públicas, e passaram a também ocupar um lugar central na formulação, implementação e avaliação das mesmas (ROSA, 2011)

Para Pinho e Santana (2000), é possível perceber que a partir das mudanças propostas pela constituição de 1988, em relação as políticas públicas, os governos municipais passaram a exibir um potencial capaz de contribuir para disseminar a democracia e o progressismo, incorporando ações em conjunto com a sociedade civil, partidos políticos e grupos empresariais. Para esses autores, os municípios percebem as crises e a falta de recursos de forma distinta do Governo Federal, e buscam soluções alternativas e mais baratas, que visem a democratização e a cidadania; a participação popular; o combate à pobreza; e a inclusão de indivíduos, como ocorre com o cooperativismo, por exemplo, que se constrói como uma proposta de desenvolvimento socioambiental e de inclusão social de seus cooperados (ROSA, 2011; PINHO e SANTANA, 2000).

Rosa et al (2011) argumenta que a implementação destas políticas oferece possíveis soluções para os problemas ocasionados por questões que envolvem as condições de geração e distribuição de renda, saúde, educação e inserção no mercado de trabalho. Da mesma forma, o cooperativismo, aliado à sustentabilidade, e à busca por soluções práticas e benéficas às questões econômicas e sociais, dentre outras ações como o artesanato e a agricultura, por exemplo, tem se desenvolvido como uma prática que oferece alternativas de destinação e tratamento do lixo urbano, contribuindo para a geração de renda dos municípios, na medida em que otimiza os processos de reciclagem; possibilitando a economia de recursos naturais; a preservação do meio ambiente; bem como a redução dos gastos públicos (SINGER, 2002; 2003).

Assim, embora a Política Pública de Tratamento de Resíduos Sólidos do Município de Maringá, firmada em 2011, apresente considerações acerca da atividade cooperativa desenvolvida pelos catadores de materiais recicláveis, identificados pela mesma como “carroceiros” ou “carrinheiros” (MARINGÁ, 2011, p. 141), é possível observar um posicionamento contrário ao que prevê a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no que diz respeito à inclusão e remuneração desses agentes, que contribuem de forma direta para a consolidação de um serviço de utilidade pública.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos propõe no artigo 7º, inciso XII, a “integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos” (BRASIL, 2010). Da mesma forma, o parágrafo 1º do artigo 36 dispõe o seguinte:

(...) “o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação”.

De acordo com o Guia de Atuação Ministerial (2014), que trata do encerramento dos lixões e a inclusão social e produtiva das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis, a integração, mencionada no inciso XII do artigo 7º da Política Nacional de Resíduos Sólidos, compreende, também, a contratação e remuneração do trabalho conforme o inciso XXVII do artigo 24 da Lei 8666/93, que dispõe sobre normas gerais de licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Garantindo, dessa maneira, a participação das cooperativas de catadores em todo o processo e etapas da gestão, integrando-os e repartindo a responsabilidade pelo ciclo de vida dos materiais recicláveis.

Todavia, em dissonância com a PNRS, a Política Pública de Tratamento de Resíduos Sólidos do Município de Maringá não contempla a participação das cooperativas de catadores, afirmando que o atendimento da população, em sua plenitude, depende da eficiência do serviço prestado, e a oscilação nos preços dos materiais recicláveis, em conjunto com a falta de assiduidade presente por parte das cooperativas, colaboram para que o serviço não seja completamente efetivo (MARINGÁ, 2011, p. 135).

Para o poder público maringaense, elementos relacionados as condições favoráveis de mercado e crescimento da economia contribuem para a migração dos catadores para o mercado formal, enquanto, em um cenário recessivo e de menor demanda, os catadores seriam desestimulados a permanecer na atividade cooperativista devido aos baixos preços dos materiais recicláveis. Quanto às oscilações dos preços dos materiais, é possível que aqueles de menor valor passem a ser ignorados pelas cooperativas, que tendem a priorizar os materiais de maior valor. Com isso, os materiais baratos seriam encaminhados para aterros sanitários (MARINGÁ, 2011, p. 135).

As dificuldades e processos burocráticos envolvidos na organização de uma cooperativa também se apresentam como fatores desestimulantes da atividade supracitada. Atualmente, de acordo com o artigo 6º da lei 12.690/2012, é necessário que uma cooperativa de trabalho² seja composta por no mínimo 7 (sete) membros, enquanto a Política Municipal de Maringá aponta a necessidade de que 20 (vinte) membros sejam registrados, inicialmente. Assim, devido ao número mínimo de cooperados sustentado pela política de resíduos sólidos maringaense, para viabilizar o funcionamento de uma cooperativa, a referida política salienta “a dificuldade em se manter um número razoável de cooperados trabalhando de forma regular” (MARINGÁ, 2011, p. 135), demonstrando, dessa forma, um empecilho em relação à delegação dos serviços de coleta e reciclagem lixo sólido às cooperativas.

Em meio a esse cenário, esforços manifestados pela sociedade civil maringaense e pelo Ministério Público do Trabalho têm sido organizados para discutir questões voltadas à reforma da Política Municipal de Resíduos Sólidos da cidade, no intuito de atender as especificações da Política Nacional de Resíduos Sólidos e incorporar aspectos que até então não têm sido atendidos pela Política Municipal de Resíduos Sólidos, como a inclusão das cooperativas de catadores de materiais recicláveis no processo de limpeza e manutenção pública urbana, e sua remuneração por parte do poder público. Esses esforços resultaram na instituição do Fórum Lixo e Cidadania, em 2011, como um espaço para discussões sobre a reforma da política de resíduos sólidos, vigente no município. O Fórum, além de construir diálogos sobre alternativas para as questões de descarte, coleta e reciclagem do lixo em Maringá, tem como principais objetivos: 1) pleitear a ampliação da renda das famílias que sobrevivem em função da coleta de lixo, apoiando as cooperativas e associações de catadores e; 2) incentivar a erradicação dos lixões e inclusão social dos trabalhadores envolvidos na coleta de materiais recicláveis.

Deste modo, considerando que há desalinhamentos entre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Política Pública de Tratamento de Resíduos Sólidos do Município de Maringá, considerando que a questão se encontra nas agendas social e de governo, no referido município, e considerando também que atualmente há um processo de construção de uma nova política municipal de resíduos sólidos estabelecida em Maringá, elege-se

² De acordo com o artigo 2º da lei 12.690/2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho, Considera-se Cooperativa de Trabalho a sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

como problemática da presente pesquisa a seguinte pergunta: Qual é o lugar das cooperativas de catadores de resíduos sólidos no âmbito da formulação da política municipal de resíduos sólidos urbanos de Maringá/PR?

1.3 OBJETIVO GERAL

Compreender o lugar das cooperativas de catadores de resíduos sólidos no âmbito da Construção da Política Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos de Maringá/PR.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Entender como se construiu o processo de coleta de resíduos sólidos em Maringá;
- Compreender como as cooperativas de catadores de resíduos sólidos se constituíram e se mantêm até a atualidade, nesse contexto;
- Conhecer os atores públicos e privados que integram o campo dos serviços de coleta de resíduos sólidos no município de Maringá;
- Aprender como as cooperativas de catadores de Maringá participam do processo de construção da Política Municipal de Resíduos Sólidos de Maringá.

1.5 JUSTIFICATIVA

O cooperativismo, como política pública, tem contribuído para a consolidação de novas oportunidades de geração de renda e inclusão social, proporcionando às camadas menos favorecidas economicamente, uma alternativa para a inserção social daqueles que foram excluídos do mercado de trabalho, e que não possuem poder de compra, encontrando-se excluídos não apenas das iniciativas governamentais, mas também do mercado e do consumo de forma geral. Nesse sentido, a economia solidária vem colaborar com a promoção do desenvolvimento humano e comunitário, buscando amenizar os problemas sociais e econômicos, como aponta Singer (2002), que se refere à economia solidária como um novo modelo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, “criado e recriado periodicamente pelos que se encontram marginalizados no mercado de trabalho”

(SINGER, 2002, p. 13), ou ainda, por aqueles que temem permanecer à margem do contexto do trabalho e geração de renda.

Uma vez que o cooperativismo, enquanto modelo de empreendimento voltado à Economia Solidária, apresenta como característica principal uma forma de gestão democrática, envolvendo, como concepção, participação de todos os cooperados, proporcionando desenvolvimento social e econômico ao coletivo, pode-se entendê-lo como um tema de interesse público, com vistas a se configurar como pertinente objeto de pesquisa. Neste sentido, como o referido tema tem se apresentado como um fenômeno em crescimento e sob olhares de pesquisadores do mundo todo, cabe ao campo da Administração oferecer sua contribuição na busca pela consolidação desse assunto na área, visto que ainda é incipiente sua leitura como processo de política pública.

Considerando as cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos de Maringá-PR, e seus membros como realizadores de tarefas diretamente associadas ao controle do lixo urbano do município, surge a necessidade de compreender questões relacionadas às dificuldades e interesses em inserir as práticas cooperativistas na agenda de políticas públicas do governo municipal. A importância da cooperação entre iniciativas solidárias e os governos se faz presente na literatura, como destacam Austin et al (2006), quando mencionam que os empreendedores sociais participam ativamente de mudanças sociais no universo público. Nissan et al (2012) e Yunus (2006), argumentam que a busca por oportunidades em meio à escassez de recursos e estruturas sociais se traduz em uma maior proximidade do empreendedor social à política pública. Desse modo, verifica-se que a erradicação da pobreza e desenvolvimento local podem ser enfrentados por meio de políticas que deem suporte ao cooperativismo, ao empreendedorismo e a inclusão da população de baixa renda (FLORY ET AL, 2013).

Por fim, a pesquisa também se faz pertinente por ser necessário observar as questões que envolvem o atendimento às instruções da Política Nacional de Resíduos Sólidos e, ao mesmo tempo, ao interesse público nos serviços prestados pelas cooperativas de reciclagem, além das demandas das cooperativas.

Em síntese, o presente trabalho se justifica pela abrangência teórica e empírica que pretende agregar, ao localizar o lugar ocupado pelas cooperativas de reciclagem no processo de formulação da Política Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos no município de Maringá-PR. Assim, além desta introdução, constituída como Capítulo 1, o presente trabalho, na sequência, aborda a metodologia (Capítulo 2), dando ênfase a sua base epistemológica – Construcionismo Social –, bem como aos registros e estratégias de pesquisa

concebidos para a realização da dissertação de mestrado. O Capítulo 3 (três), aborda a revisão de literatura, que apresenta um encadeamento teórico a partir do enfoque sobre políticas públicas e sua construção, mencionando a constituição da agenda política, oportunidades e atores envolvidos no processo. Além desse tema, o capítulo três abrange o cooperativismo e a economia solidária, sua história e desenvolvimento no Brasil, bem como suas raízes europeias.

O Capítulo 4 (quatro) apresenta os resultados observados a partir da compreensão das informações obtidas junto aos interlocutores, por meio de trechos transcritos de diálogos realizados, alinhamentos com a teoria proposta e fotos das cooperativas visitadas. Por fim, o Capítulo 5 (cinco) demonstra as conclusões percebidas em meio à questão que se desenvolve sobre o lugar ocupado pelas cooperativas de reciclagem no processo de construção da Política Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos no município de Maringá-PR. Esse capítulo é precedido pelas referências bibliográficas (Capítulo 6), e pelo apêndice, que apresenta a estrutura seguida nas entrevistas com os interlocutores.

2. METODOLOGIA

2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

No intuito de atingir os objetivos propostos, estabelecendo relações com os materiais e métodos utilizados para a coleta de registros e informações, optou-se pela abordagem relacional. De acordo com Mcnamee (2014), a orientação relacional de pesquisa e de prática construcionista propõe um diálogo centrado na investigação reflexiva, contribuindo para a construção de argumentos e considerações sobre quais comunidades, grupos ou indivíduos propagam discursos dominantes, e quais têm suas vozes silenciadas. A pesquisa relacional convida o autor ou autora a se tornar parte de todos os aspectos da pesquisa, evidenciando a habilidade do pesquisador em construir o processo de pesquisa (MCNAMEE, 2014, p. 114).

Como afirmam Corradi-Webster e Mcnamee (2014), a pesquisa relacional envolve um conjunto de métodos interpretativos que têm como objetivo analisar diferentes perspectivas dos fenômenos sociais através de uma variedade de técnicas, valorizando a reflexão e a subjetividade do pesquisador como parte do processo de construção do conhecimento científico. A pesquisa relacional não se adapta a um método ou paradigma exclusivo, e a sua prática comporta a multiplicidade de escolhas metodológicas que podem variar de acordo com o contexto a ser estudado.

A preocupação da pesquisa relacional é construir narrativas observando a complexidade dos elementos em uma situação particular, abrangendo o problema de pesquisa em sua totalidade, atentando-se ao que é dito e ao que não é dito explicitamente, à exemplo de elementos que surgem em meio aos diálogos, como as pausas, tonalidades de voz, comportamentos e contextos em que decorrem as entrevistas. Portanto, questões como experiências e seus contextos históricos, econômicos, legais, políticos e estéticos são valorizados em um estudo que segue esse direcionamento (MOSCHETTA, 2014; MCNAMEE, 2014).

De acordo com Barros e Lopes (2014), nas últimas décadas, pesquisas produzidas a partir de estruturas pós-modernas, que valorizam a dimensão do contar histórias ou construir narrativas têm sido utilizadas para analisar diferentes aspectos de fenômenos sociais e particularidades comportamentais, por meio de técnicas biográficas, como a história de vida ou por meio da abordagem construcionista social, que se estabelece no presente trabalho.

Como apontam Brockmeier e Harré (2003, p. 525), a narrativa se traduz como “uma nova abordagem teórica, de um novo gênero de filosofia da ciência”. Em uma narrativa, é possível perceber a existência de várias vozes. As histórias que compõem uma narrativa constituem significados concebidos por meio de diferentes circunstâncias, devido às particularidades de cada sujeito. Neste sentido, as narrativas são construídas a partir das características de vários sujeitos, bem como do meio em que estão inseridos (BARROS, LOPES, 2014). A integração desses posicionamentos relativos à interpretação, oferece o entendimento e a criação dos significados que encontramos em nossas formas de vida (BROCKMEIER, HARRÉ, 2003).

As narrativas podem ser idealizadas a partir do que os elementos e objetos dispostos em um ambiente demonstram, ou mesmo com base no que o próprio espaço conta, isto é, o que é concluído pelo diálogo entre o pesquisador e os demais autores, e que pode vir a representar traços e relações complementares sobre determinada temática. A narrativa se trata de uma abordagem polifônica, e se constrói por meio da fala ou por meio da escrita, e pode ser abstraída no decorrer da pesquisa de campo, em uma entrevista formal, ou em uma conversa informal (CHASE, 2005). A narrativa, portanto, é desenvolvida como uma forma de compreender e conectar as ações de diferentes sujeitos, organizar eventos e situações em um conjunto significativo. Ela comunica o ponto de vista do narrador, permitindo-o descrever fatos e emoções, pensamentos e interpretações. E, ao contrário do discurso positivista, esse método ilumina a singularidade de cada ser-humano e os padrões dinâmicos de seu comportamento (CHASE, 2005; BROCKMEIER, HARRÉ, 2003).

2.2 CONSTRUCIONISMO SOCIAL

Atentando-se as perspectivas da pesquisa pós-moderna, optou-se por nortear o presente trabalho, epistemologicamente, por meio do Construcionismo Social, através da composição de histórias, a partir de diálogos entre diferentes narrativas circunscritas à atuação dos cooperados nas cooperativas de materiais recicláveis, vereadores e membros da UNITRABALHO, pautadas no processo de construção da política municipal de resíduos sólidos de Maringá-PR.

O discurso construcionista social vem adquirindo legitimidade e visibilidade perante a comunidade acadêmica (GUANAES-LORENZI, 2014). Sobre essa vertente, Spink (2003) e Ibañez (2001) o associam à uma maneira de contar e produzir o mundo, e

demonstram a importância da narrativa na construção do processo científico, como principal recurso dessa vertente epistemológica. Para os referidos autores, não há diferenças fundamentais entre a curiosidade e a ciência. Investigar determinados fenômenos é uma forma de retratar o mundo, pois a pesquisa social é tanto um produto à ser relatado quanto um produtor de relatos (SPINK, 2003; IBAÑEZ, 2001).

A ascensão do movimento construcionista social na pós-modernidade trouxe consigo a valorização da linguagem e da narrativa, que passaram a ser compreendidas como mecanismos de construção de sentidos e realidades (MOSCHETA, 2014; GERGEN, 1997; 2009). Portanto, a linguagem se constitui não apenas como instrumento da narrativa, mas também como uma estrutura em si, institucionalizada por meio dos discursos, que correspondem ao conjunto de metáforas, significados, representações, imagens, histórias e afirmações, contribuindo para a produção de inteligibilidades sobre os fenômenos sociais (MOSCHETA, 2014).

Foi na década de 1980 que os estudos sobre a narrativa, por meio do Construcionismo Social, tiveram início. Nesse momento, as Ciências Humanas passaram a considerar histórias e relatos orais e escritos como representações sobre como as pessoas se apresentam e como agem no mundo, buscando explicar a construção social da realidade a partir das experiências e das vivências individuais (MOSCHETA, 2014; IÑIGUEZ, 2004).

No que diz respeito à definição do Construcionismo Social, enquanto base epistemológica, Spink (2013) e Gergen (1997) afirmam que tal concepção busca pela apreensão dos processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam e/ou compreendem o mundo em que vivem, incluindo suas próprias ações. Consequentemente, estudiosos dessa epistemologia têm se voltado a abordagens que relacionam estruturas sociais e mentais, atendo-se a uma abordagem distante da dualidade que envolve o sujeito e o objeto de pesquisa, presentes nos paradigmas positivista e idealista (BRITO, et al., 2010; MARRA, BRITO, 2011).

Souza (2014, p. 77) demonstra, na seguinte passagem, a pluralidade do Construcionismo Social, valendo-se da relevância da narrativa e do contar, ao considerar que não há apenas um modo correto de descrever determinados fenômenos.

“O discurso construcionista valoriza a função performática da linguagem como produtora de descrições identitárias e de modos de ação sobre determinadas situações. Considerando que não há uma ‘verdade’ ou uma forma correta de descrever os eventos, as pesquisas orientadas pelo discurso construcionista

buscam diferentes formas de descrever os fenômenos, visando ampliar as reflexões sobre eles e as possibilidades de ação”.

Nesse sentido, Spink (2013), Marra e Brito (2011) e Brito et al (2010) demonstram os fundamentos do Construcionismo Social e apontam os seguintes pressupostos pelos quais é possível caracterizar essa abordagem:

- 1) Nenhum objeto existe independente do processo de produção do sentido, portanto, sujeito e objeto são construções sociais que incluem formas de objetivação e subjetivação;
- 2) Há uma disparidade entre o conhecimento subjetivo e objetivo. Assim, a origem do conhecimento pode ser observada tanto internamente (mente), quanto externamente (mundo);
- 3) A formação discursiva não pode ser abordada como uma entidade separada da prática e vida social, já que a linguagem não se limita à função denotativa dos objetos, situações ou estados. Ela possui uma função performática na formação discursiva que deve ser considerada, dentro dessa perspectiva, uma prática social em si, com características próprias e consequências reais. Daí a importância da narrativa na construção de uma pesquisa pautada pelo Construcionismo Social;
- 4) O Construcionismo Social procura contribuir para a desmistificação da prática científica, tornando-se uma perspectiva mais politizada de desconstrução das diferenças e das formas de opressão física ou simbólica que permeiam a vida social e organizacional;
- 5) Ao considerar a percepção da realidade como algo socialmente construído, pressupõe-se que os métodos produzem versões sobre o mundo que, dependendo do contexto de sua produção, do momento sócio histórico, podem ter maior ou menor poder de persuasão;
- 6) Ao conceber o conhecimento como uma construção social que se estrutura na gama de contextos sócio-históricos de curto, médio e longo prazos, o Construcionismo Social procura desvendar os sentidos atribuídos às experiências que derivam de contextos marcados por diferentes temporalidades.

Além dos pressupostos salientados por Spink (2013), Marra e Brito (2011) e Brito et al (2010), Iñiguez (2002) enfatiza quatro atributos pelos quais é possível identificar uma pesquisa construcionista: 1) questionar as verdades acatadas e a forma pela qual nos

ensinaram a olhar para nós mesmos; 2) o conhecimento é dotado de uma história e uma cultura específica e particular; 3) o conhecimento sempre será resultado de uma ação coletiva; 4) o conhecimento é inseparável da ação social.

Como demonstra Moscheta (2014), a vertente construcionista empenha-se em legitimar as diferenças presentes nas descrições acerca do mundo em que vivemos, ao mesmo tempo em que busca pela crítica aos pressupostos científicos positivistas, os quais nas palavras de Ibañez (2002, p. 102), pretendem “reduzir, expulsar, neutralizar, suprimir as diferenças”, e têm a razão e a procura pela verdade única como valores arraigados (MOSCHETA, 2014). Assim, num esforço para diferenciar o construcionismo do modo convencional de se fazer ciência, Iñiguez (2002) apresenta seis elementos que concebem essa tarefa. São eles: o antiessencialismo, o antirrealismo, a especificidade histórica e cultural do conhecimento, considerar a linguagem como uma condição prévia ao pensamento, considerar a linguagem como uma forma de ação social, considerar a importância atribuída à interação entre as práticas sociais e a importância dada aos processos.

Portanto, “uma pesquisa pautada na perspectiva construcionista parte do princípio que a realidade não é determinada pela natureza das coisas, mas construída a partir da história, dos acontecimentos, das práticas e relações sociais” (MARRA, BRITO, 2011, p. 5). Dessa forma, o construcionismo social busca compreender as relações sociais aliadas à determinados fenômenos, que se desenvolvem por meio do contexto histórico e social dos indivíduos, e às construções elaboradas conjuntamente pelos mesmos. É possível, então, compreender o termo "Construcionismo Social" devido ao seu objetivo, o qual se propõe a esclarecer os meios pelos quais os fenômenos são construídos socialmente (GERGEN, 1997; GALBIN, 2014).

2.3 OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

2.3.1 CONSTRUÇÃO DO CAMPO-TEMA

A construção do campo-tema, neste trabalho, assim como demonstram Souza (2014) e Spink (2003), não se restringe ao ambiente físico organizacional, nem mesmo à uma delimitação territorial, pois abrange esses elementos em conjunto com a imersão nas leituras prévias a respeito da temática aqui apresentada, bem como diálogos, documentos e registros acerca das cooperativas e de seus membros. Nesse sentido, o campo-tema é estabelecido a partir da compreensão das facetas que envolvem a atividade científica, não o reduzindo a um único enquadramento.

“Precisamos aprender que ser parte do campo-tema não é um fim de semana de pesquisa participante e muito menos uma relação de levantamento de dados conduzidos num lugar exótico, mas, antes de mais nada, a convicção moral de que (...) estamos nesta questão, no campo-tema, porque pensamos que podemos ser úteis. Ser útil pode ser algo como o apoio ao debate ou, dado que nenhuma teoria ou argumento viaja por conta própria, ajudar os saberes e conhecimentos presentes a viajar para que outros possam conectá-los com outras ideias e possibilidades dentro do processo de coletivização. Pode ser também a contribuição de trazer outras vozes para o debate, de mostrar outras posições e outros argumentos” (SPINK, 2003, p. 27).

O discurso construcionista subsidiou a compreensão das realidades como socialmente construídas, valorizando o envolvimento dos pesquisadores como protagonistas no desenvolvimento do campo, que deixa de ser concebido como um lugar específico e passa a ser percebido como uma composição entre a sociabilidade e a materialidade (SOUZA, 2014; SPINK, 2003). Assim, como propõe Corradi-Webster (2014, p.73), no cenário construcionista social, “a experiência humana é construída em um contexto histórico, cultural e linguístico”. Dessa maneira, não é possível destituir o campo-tema das experiências humanas, vivenciadas tanto pelos sujeitos a quem a pesquisa é destinada, como pelo próprio cientista.

Todavia, a mobilidade e o protagonismo do pesquisador construcionista conferem não somente possibilidades, mas também restrições quanto ao acesso aos espaços de diálogo, argumentação e debate. Essas restrições ocorrem no sentido de situar o pesquisador em posições nem sempre centrais ao campo-tema, dada a necessidade de se inteirar dos assuntos que circundam o campo, seja através de leituras ou de diálogos. No entanto, mesmo em espaços restritos e assumindo posições periféricas, o pesquisador estará participando da construção do campo. Como cita Spink (2003, p. 28):

“Campo, entendido como campo-tema, não é um universo ‘distante’, ‘separado’, ‘não relacionado’, ‘um universo empírico’ ou um ‘lugar para fazer observações’. Todas estas expressões não somente naturalizam, mas também escondem o campo; distanciando os pesquisadores das questões do dia a dia. Podemos, sim, negociar acesso às partes mais densas do campo e em consequência ter um senso de estar mais presente na sua processualidade. Mas isso não quer dizer que não estamos no campo em outros momentos; uma posição periférica pode ser periférica, mas continua sendo uma posição”.

2.3.2 DELIMITAÇÃO DOS AMBIENTES E ESPAÇOS DE DIÁLOGO

O campo, enquanto conjunto plural e subjetivo de espaços de diálogo e interpretações de narrativas, foi constituído nesta pesquisa desde as leituras e conversas com funcionários vinculados à UNITRABALHO, até os primeiros contatos com os cooperados.

Para tanto, destaca-se a técnica da “bola de neve”, em que os entrevistados indicam possíveis sujeitos para entrevistas futuras, até que ocorra um processo de saturação, em que os novos entrevistados começam a repetir o que já foi mencionado pelos entrevistados anteriores, não apresentando mais novidades sobre o assunto discutido.

Quanto aos ambientes físicos, deu-se início a delimitação dos espaços a serem visitados a partir da escolha do setor cooperativista, que se justificou devido ao problema de desalinhamento político entre as políticas federal e municipal. As divergências entre as medidas propostas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos e as soluções tomadas pelo governo municipal, tornaram-se foco de discussão entre membros das cooperativas de reciclagem de Maringá e membros da administração pública da cidade.

A partir do primeiro contato com as cooperativas, foi possível constatar que se tratava de organizações constituídas pela união de pessoas em situação de pobreza e vulnerabilidade social, com o objetivo de melhorar suas condições de vida e subsistência, impulsionar suas próprias atividades com o auxílio de um grupo, exercer a autogestão de seu negócio, e ao mesmo tempo, desempenhar atividades ecologicamente sustentáveis e sem fins lucrativos (FARIAS FILHO, 2012). No entanto, com o intuito de conhecê-las melhor e para consolidar o recorte da pesquisa, contou-se com a UNITRABALHO³, localizada no Campus da UEM, organização esta que oferece serviços de apoio e incubação a pequenas cooperativas da região Norte do Paraná.

A UNITRABALHO é formada por docentes, pesquisadores, técnicos e discentes, cujo objetivo é produzir e difundir conhecimento, apoiando iniciativas locais, na concretização das políticas de trabalho e sociais, na perspectiva dos direitos e defesa da cidadania do trabalhador. O foco de suas atividades é promover a integração entre a academia e os trabalhadores para o desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida e trabalho. Através de iniciativas voltadas a formação e educação continuada, além da incubação de pequenas cooperativas, essa entidade busca pela síntese do saber integrado, produzido tanto pela academia, quanto pelos trabalhadores, para agregar valores e qualificar as pequenas cooperativas.

³ A Unitrabalho é uma rede nacional de incubadoras de empreendimentos sociais, que apoia os trabalhadores na sua luta por melhores condições de vida e trabalho, realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão, que integram o conhecimento acadêmico ao saber elaborado na prática social. A entidade nasceu há 14 anos e congrega dezenas de instituições de ensino superior públicas e comunitárias.

De acordo com informações fornecidas pela UNITRABALHO, o município de Maringá-PR conta com quatro cooperativas incubadas na referida fundação. Cada uma delas desempenha atividades de reciclagem de materiais plásticos, papéis, metais e equipamentos eletrônicos.

Para contar a história sobre a participação das cooperativas de reciclagem no processo de construção da Política Municipal de Resíduos Sólidos de Maringá, destacando o lugar que elas ocupam, diferentes estratégias de pesquisa foram consideradas. Uma delas se estabelece por meio de entrevistas com os membros das referidas cooperativas. Outras estratégias se desenvolveram em função de leituras e estudos documentais realizados a partir de arquivos que contam a história e trajetória das cooperativas, assim como resultados de trabalhos posteriores realizados com as mesmas. A apreciação de materiais que envolvem estudos e compreensões acerca do movimento cooperativista e de teorias que se desenvolvem no campo-tema, serviu para iluminar e ajudar a consolidar os preceitos teóricos presentes nesta dissertação.

Considerando as leituras e interpretações auferidas por meio dos processos destacados, deu-se a imersão no campo-tema, para compreender a atual conjuntura da questão que envolve a relação entre o poder público e as cooperativas de materiais recicláveis em Maringá e, de modo mais superficial, no Brasil, fazendo emergir a seguinte pergunta: **qual é o lugar das cooperativas de catadores de resíduos sólidos no âmbito da Política Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos de Maringá/PR?**

2.3.3 LEITURA DOS REGISTROS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS

2.3.3.1 REGISTROS PRIMÁRIOS

As entrevistas, segundo Silva (2006), correspondem a uma abordagem que permite acessar informações profundas sobre as trajetórias, experiências e contextos das vidas das pessoas. Essa estratégia procura levar a pessoa entrevistada a refletir sobre suas próprias experiências e sobre seu papel na própria pesquisa, tornando-a, juntamente com o pesquisador, parte do todo.

Para esta pesquisa foram entrevistados atores porta-vozes das cooperativas, além de outros integrantes do processo de debates, de discussões e de formulação da Política Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos de Maringá, quais sejam: a prefeitura de Maringá, a UNITRABALHO, o Ministério Público e o Fórum Lixo e Cidadania. Mais precisamente os entrevistados foram: servidores da UNITRABALHO, dois trabalhadores de

cada cooperativa; o procurador geral do trabalho de Maringá; além do presidente da Câmara de Vereadores Ulisses Maia e o vereador Humberto Henrique.

O tratamento das entrevistas envolveu transcrições e interpretação das mesmas. Com a interpretação, o intuito foi de transcender o que está escrito, refletindo e capturando os significados presentes nas falas dos interlocutores, buscando, como objetivo principal, revelar os sentidos e significados do fenômeno.

O conteúdo das entrevistas foi gravado, como recomenda Triviños (1987). A partir da gravação foi possível ter acesso a todo o conteúdo compartilhado pelos respondentes, além de permitir que os mesmos dessem contribuições e autorizassem as informações cedidas ao escutar suas próprias palavras gravadas. As informações obtidas nos primeiros diálogos, como prevê a trajetória “bola de neve”, mostra-se útil para acessar pessoas, cujos nomes surgem conforme o andamento das entrevistas. Após cada entrevista, a transcrição das informações foi realizada para construir relatórios e materiais que foram utilizados para subsidiar leituras e construção da história sobre o lugar dos catadores na Política Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos, no município de Maringá.

Como demonstram Bauer e Gaskell (2013), para que a abstração de conteúdo e interpretação aprofundada da fala de uma pessoa seja satisfatória, esse processo pode ser desenvolvido por meio de transcrições detalhadas e cuidadosas, a partir do registro dos diálogos e descrição dos cenários. De posse das gravações, a etapa seguinte foi a transcrição dos registros em forma textual. A transcrição completa de uma entrevista pode conter clímax, sonoridade, ritmo, respirações audíveis e cronometragem (BAUER, GASKELL, 2013), a fim de preservar todo o conteúdo da mesma.

A interpretação dos registros transcritos foi realizada por meio da análise de conteúdo, a qual é definida como uma técnica de interpretação de textos, imagens e expressões (BAUER, GASKELL, 2013; PERÄKYLÄ, 2005). A preocupação da análise de conteúdo é originar inferências a partir do material analisado, evidenciando construções de significados em diferentes contextos sociais, verificando símbolos e inferências agregados pelas pessoas que estão sendo entrevistadas (COLBARI, 2014). Para tanto, a produção de relatórios abrangentes, com trechos importantes das entrevistas, seguidos por comentários e inferências, foram imprescindíveis para as atividades interpretativas.

O quadro 1 apresenta os atores que foram entrevistados para esta pesquisa:

Entrevistado	Descrição	Lugar e data	Método
--------------	-----------	--------------	--------

Cooperado da Cooperança	Mulher, cerca de 45 anos. Permaneceu trabalhando durante o período em que era entrevistada.	Barracão da Cooperança Dia 19/12/2014	Gravação e caderno de anotações.
Presidente da Cooperança	Mulher, cerca de 40 anos. Estava conversando com membro da Unitrabalho 1 sobre as questões financeiras da cooperativa. Dedicou tempo exclusivo à entrevista.	Barracão da Cooperança Dia 19/12/2014	Gravação e caderno de anotações.
Cooperado da Cooperpalmeiras	Homem, cerca de 50 anos. Permaneceu trabalhando durante o período em que era entrevistado.	Barracão da Cooperpalmeiras Dia 05/10/2015	Gravação e caderno de anotações.
Presidente da Cooperpalmeiras	Mulher, cerca de 40 anos. No momento da entrevista estava contando dinheiro que a cooperativa havia recebido.	Barracão da Cooperpalmeiras Dia 05/10/2015	Gravação e caderno de anotações.
Cooperado da Coopernorte	Mulher, cerca de 30 anos. No momento da entrevista estava conversando com outros cooperados sobre as propostas de renda fixa mensal.	Barracão da Coopernorte Dia 05/10/2015	Gravação e caderno de anotações.

Presidente da Coopernorte	Homem, cerca de 65 anos. Estava trabalhando, mas interrompeu suas atividades e dedicou tempo exclusivo à entrevista.	Barracão da Cooper-norte Dia 05/10/2015	Gravação e caderno de anotações.
Presidente da Coopermaringá	Mulher, cerca de 30 anos. Estava conversando com membro da Unitrabalho 1 sobre a contratação de sua cooperativa pela prefeitura. Dedicou tempo exclusivo à entrevista	Barracão da Coopemaringá Dia 05/10/2015	Gravação e caderno de anotações.
Vereador 1	Homem, cerca de 50 anos. Dedicou tempo exclusivo à entrevista.	Gabinete do vereador Dia 25/08/2015	Gravação
Vereador 2	Homem, cerca de 50 anos. Dedicou tempo exclusivo à entrevista.	Gabinete do vereador Dia 28/08/2015	Gravação
Procurador do trabalho	Homem, cerca de 40 anos. Dedicou tempo exclusivo à entrevista.	Sala de reuniões da Procuradoria do Trabalho Dia 30/09/2015	Gravação e caderno de anotações
Membro da Unitrabalho 1	Mulher, cerca de 50 anos. Dedicou tempo exclusivo à entrevista.	Bloco da Unitrabalho na UEM. Dia 18/11/2015	Caderno de anotações

Membro da Unitrabalho 2	Mulher, cerca de 50 anos. Dedicou tempo exclusivo à entrevista.	Bloco da Unitrabalho na UEM. Dia 18/11/2015	Caderno de anotações
-------------------------	---	--	----------------------

Quadro 1: Atores entrevistados
Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

2.3.3.2 REGISTROS SECUNDÁRIOS

Quanto aos registros secundários, Cooper e Schindler (2003) apontam que os mesmos devem consistir de arquivos e documentos pertinentes às organizações que serão objeto do estudo a ser desenvolvido, e ao ambiente e tema que serão investigados, sendo, portanto, elaborados por seus membros ou por autores externos às organizações. Dessa forma, neste trabalho, os registros secundários são compostos por materiais científicos pertinentes ao campo-tema, documentos e contratos das cooperativas de reciclagem, além de documentos relativos ao fórum de resíduos sólidos de Maringá, bem como a Política Municipal de Resíduos Sólidos de Maringá.

Com essas leituras, buscou-se pelo entendimento do movimento cooperativista e seus desdobramentos, da sua história e origem, tanto no mundo, quanto no Brasil, em um processo de construção social da realidade, não se limitando a definições objetivas. Assim, por meio da imersão no campo-tema e compreensão teórica sobre políticas públicas, economia solidária e cooperativismo foi possível atentar-se ao problema que se desenvolve quanto ao lugar ocupado pelas cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos no âmbito da Política Municipal de Tratamento de Resíduos Sólidos da cidade de Maringá.

A partir da inteligibilidade construída por meio da literatura e de documentos visitados, construiu-se as bases teóricas para a interpretação das narrativas auferidas nesta pesquisa e, com isso, espera-se contribuir para o avanço dos estudos voltados ao cooperativismo, políticas públicas, e as relações sociais que permeiam esse movimento.

3. PRECEITOS TEÓRICOS

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

A orientação governamental, por meio de políticas públicas, propõe o desenvolvimento de um processo que permite elaborar objetivos e medidas capazes de organizar esforços e mobilizar recursos no sentido de solucionar demandas sociais. Essa prática tem sido adotada, atualmente, para lidar com as incertezas provocadas pela instabilidade ambiental, pela globalização e pelas rápidas mudanças tecnológicas. Com o intuito de resolver as demandas sociais com maior eficiência, países como o Japão, Estados Unidos e Canadá lançaram mão dos preceitos oferecidos pelas políticas públicas, adotando, inicialmente, essa nova forma de administração. Posteriormente, ao passo em que o dinamismo do contexto das ações estatais dos referidos países exercia influência no mundo em processo de globalização, e perante a evolução da informática e das comunicações em geral, surgiu a necessidade de adaptação à uma nova configuração socioeconômica, resultando na adesão do modelo de governo baseado em políticas públicas pelo Brasil, entre as décadas de 1980 e 1990, acompanhando a mudança de sistema de governo e de produção, e da constituição firmada em 1988 (SARAVIA, 2007), acarretando em reformas nos sistemas de saúde, previdência social, educação, habitação, saneamento e segurança pública (ALMEIDA, 2007).

Para Howlett et al (2013), discutir sobre políticas públicas requer a compreensão de que iniciativas ou propostas podem ou não ser sancionadas por governos, e que as decisões tomadas podem surtir efeitos muitas vezes não intencionais, ou seja, a regulamentação de determinado produto, por exemplo, pode acarretar no surgimento de um mercado clandestino para comercialização do mesmo. Contudo, o surgimento desse mercado paralelo não constitui uma política pública, mas um subproduto dessa, que em primeiro lugar tratou de regularizar o produto. Howlett et al (2013) afirmam por meio desse exemplo, que consequências inesperadas podem surgir a partir da emergência políticas públicas demandadas pela sociedade, ou por membros do governo. Nesse sentido, no intuito de atender suas demandas, membros do governo, sociedade civil e da comunidade em geral podem se antecipar a possíveis consequências de políticas públicas, e manifestar seu interesse em determinadas medidas governamentais (KINGDOM, 2007).

Souza (2006) afirma que não há uma única, nem melhor definição capaz de esclarecer completamente o processo e a construção das políticas públicas. Dessa forma, as políticas públicas, para Saravia (2007), apresentam-se como decisões públicas destinadas

a manter ou modificar determinados contextos da vida social, pautadas pelo desenvolvimento de estratégias e atuações pertinentes à resolução de demandas e objetivos estabelecidos. Villanueva (2006) afirma que as políticas públicas envolvem decisões de uma autoridade legítima, tomadas dentro de sua jurisdição, de acordo com procedimentos legalmente estabelecidos, podendo se expressar de diferentes formas, como leis, sentenças e atos administrativos. Para Secchi (2010), as políticas públicas têm como objetivo fundamental resolver problemas de interesse público, ou mesmo de tomar a decisão racional de abster-se de qualquer medida.

Essas e outras definições atribuídas às políticas públicas voltam-se ao aspecto holístico do tema, isto é, as definições acerca das políticas públicas têm se posicionado de forma a demonstrar que apesar de seus próprios preceitos, esse campo tem recebido contribuições de diferentes áreas do conhecimento, já que abrange as relações entre o Estado, a economia e a sociedade. Por isso, enfoques teóricos sobre políticas públicas buscam sintetizar teorias construídas em diferentes áreas do conhecimento, agregando novas e diferentes perspectivas, como a Sociologia, a Economia e a Ciência Política (SOUZA, 2006; 2007).

Nesse sentido, do ponto de vista teórico, é possível caracterizar as políticas públicas como um campo multidisciplinar, que busca, ao mesmo tempo, compreender as práticas e ações do governo, com vistas a solucionar demandas públicas, bem como analisar tais ações e, se possível, intervir e propor mudanças no rumo das medidas tomadas (SECCHI, 2010; SOUZA, 2006; 2007).

Quanto ao processo de implementação de políticas públicas, Saravia (2007) propõe um ciclo (*policy cycle*) composto por etapas distintas, que contribui para o planejamento e execução de tais medidas. O referido autor menciona as seguintes etapas para a constituição de políticas públicas: formalização de uma agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação de determinada(s) política(s). Da mesma forma, para Secchi (2010), o ciclo de políticas públicas compreende a identificação do problema, constituição da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisões sobre como será instaurada a política, implementação, avaliação e extinção. Porém, como aponta Frey (2009), as divisões do ciclo político contidas, em diferentes bibliografias, diferenciam-se apenas gradualmente, isto é, as etapas comuns à todas as propostas são mantidas, como a formulação, implementação e controle, e as outras podem ser incluídas de acordo com o grau de sofisticação desejado, demonstrando que as diferentes configurações do ciclo de políticas públicas têm fins didático-explicativos, e que não se

apresentam como uma construção extremamente exata e racional (FREY, 2009; SECCHI, 2010; SARAVIA, 2007). Contudo, as definições acerca das etapas do ciclo político que são apresentadas nesta dissertação seguem o modelo proposto por Saravia (2006).

Isto posto, a primeira etapa do processo de constituição de uma política pública é caracterizada pela constituição da agenda (FREY, 2009; KINGDON, 2007; SARAVIA, 2007). De acordo com Kingdon (2007, p. 222), a agenda é vista como uma “lista de temas ou problemas que são alvo, em dado momento, de séria atenção, tanto da parte das autoridades governamentais como de pessoas fora do governo, mas estreitamente associadas às autoridades”.

A segunda etapa do ciclo político, como apontam Saravia (2007) e Frey (2009), corresponde à elaboração, que visa identificar um problema de uma dada comunidade e deliberar sobre uma opção de ação visando a resolução do mesmo. Essa etapa normalmente precede o ato de decisão propriamente dito, assim, nessa fase é possível analisar os objetivos, prioridades e possíveis custos da ação política.

A formulação constitui o terceiro momento do processo, e está relacionado à decisão sobre uma alternativa para sanar uma demanda social. Após a preparação da ação política, como ocorre na elaboração, a formulação se constitui na “decisão tomada por um político ou pelo Congresso, e sua formalização por meio de uma norma jurídica” (SARAVIA, 2007, p. 32).

Após os processos de formalização da agenda, elaboração e formulação, ocorre a implementação, a qual Frey (2009) considera como a preparação e projeção dos impactos reais das ações previstas nas fases anteriores. Da mesma forma, para Saravia (2007), esta etapa consiste na preparação para a execução, que, por sua vez, corresponde ao esforço que envolve um conjunto de ações com o objetivo de alcançar fins estabelecidos pela política.

Precedendo a execução, o acompanhamento tem a finalidade de supervisionar a aplicação de uma política pública, além de fornecer informações sobre o desempenho de tal política, comparando os fins alcançados com os objetivos estipulados. Portanto, nessa fase, examina-se até onde o objetivo foi cumprido por meio da ação executada (FREY, 2009).

A avaliação, enquanto última fase do ciclo de políticas públicas, corresponde a apreciação dos programas implementados, no que diz respeito aos seus impactos efetivos

(FREY, 2009). Essa etapa é responsável por verificar as realizações práticas obtidas através das ações desenvolvidas, além das consequências previstas e não previstas (SARAVIA, 2007).

Nesse contexto, para Kingdom (2007), é possível considerar que a formulação de políticas públicas se dá por meio de um conjunto de processos, os quais incluem o estabelecimento de uma agenda, a especificação de alternativas para solucionar determinados problemas, e dentre essas alternativas específicas deve ocorrer a escolha entre uma alternativa final, que será submetida à votação e aprovação pelo Legislativo ou por decisão presidencial, só então, após as etapas citadas, ocorre ou não a implementação de uma decisão.

3.1.1 CONSTITUIÇÃO DE AGENDA

Kingdom (2007) observa a agenda governamental como uma lista de questões ou problemas que recebem alguma atenção em determinado momento, por parte de funcionários do governo e de pessoas de fora do governo mas que tem relações diretas com os membros deste, as quais exercem influência sobre os problemas que devem ou não ser vistos como importantes pelos governantes. Em meio ao conjunto de todas as questões ou problemas passíveis de serem analisados e de serem vistos como importantes, apenas alguns, ou seja, aqueles que mais se alinham aos interesses dos grupos em evidência, que exercem maior pressão seja dentro ou fora do ambiente governamental, de fato, tornam-se foco de atenção.

Em sua essência, a constituição de agenda remete ao reconhecimento de que algum assunto se estabelece como um problema pertinente e que requer maior atenção por parte do governo. Isso, contudo, não garante que o mesmo será eventualmente resolvido, ou mesmo selecionado, mas apenas que foi destacado de forma isolada para que o governo o leve em consideração em meio à gama de problemas existentes em uma sociedade em dado momento (HOWLETT ET AL, 2013).

De acordo com Kingdon (2007), para construir uma agenda política, é necessário indagar porque alguns assuntos são priorizados e considerados em uma agenda e outros não. Dessa forma, a agenda é concebida como um instrumento em que determinados problemas ou questões de interesse público e político são organizados. Já, Fuks (2000) preocupa-se em questionar quais são os atores responsáveis pela definição dos assuntos pertinentes que irão figurar na agenda. Essas duas inquietações apresentam-se como questões básicas nos estudos sobre a definição e constituição de uma agenda.

No intuito de compreender como ocorre a priorização de questões políticas em uma agenda, Kingdon (2007) demonstra que existem três tipos de agenda: sistêmica; governamental e de decisão. A primeira se ocupa da relação de assuntos que não constituem preocupações relevantes ao governo, muitas vezes oriundas de controvérsias políticas. A segunda trata das questões tidas como importantes ao governo, e que merecem atenção do mesmo. Por fim, a terceira apresenta uma lista de assuntos que serão decididos e encaminhados para deliberação. Outrossim, o autor afirma que determinada questão pode ser alterada da agenda sistêmica para a governamental, por exemplo, quando da ocorrência de crises ou acontecimentos inesperados, ou por meio da influência de indicadores, negociações políticas e configurações partidárias ou ideológicas. Nesse sentido, a atenção governamental, quanto à pertinência de assuntos de uma agenda, está em função desses elementos. Contudo, “as chances de uma dada proposta ou de certo tema assumir lugar de destaque em uma agenda são decididamente maiores se elas estiverem associadas a um problema importante” (KINGDON, 2007, p. 228).

Como afirma Viana (1996), existem dois fatores que podem influenciar a constituição da agenda governamental: os participantes ativos e os processos pelos quais algumas questões se tomam relevantes. Os participantes ativos podem ser classificados como atores governamentais e atores não-governamentais. Os atores governamentais formam um grupo composto pelos parlamentares, funcionários do congresso e agentes que atuam diretamente na administração pública, como o presidente, membros do Executivo e políticos nomeados para cargos públicos. Os atores não-governamentais constituem grupos formados pela mídia, acadêmicos, pesquisadores, membros de campanhas eleitorais, partidos políticos e opinião pública. Quanto à participação popular de indivíduos não vinculados diretamente com a política, Cobb e Elder (1971, p. 912) demonstram que o envolvimento de “vários públicos” na construção da agenda é crucial em sociedades democráticas, já que a formulação de políticas públicas satisfatórias é de interesse comum aos cidadãos.

Sobre os processos pelos quais algumas questões se tomam relevantes, Kingdon (2007) e Viana (1996) demonstram que o reconhecimento de determinados problemas pode ocorrer em função de indicadores, eventos inesperados ou crises. É possível que eventos súbitos ou crises de qualquer natureza possam originar problemas ou mesmo chamar a atenção para assuntos antes não discutidos. Porém, esses acontecimentos nem sempre são suficientes para forçar a entrada de um assunto na agenda (VIANA, 1996), pois seria necessário dar início a um processo de formulação e contraposição de ideias pelos

participantes ativos. Caso haja consenso e aceitação pelos atores diretos e indiretos, a questão pode entrar na agenda (KINGDON, 2007; VIANA, 1996).

Entretanto, Cobb e Elder (1971; 1995), propõem classificações de agenda diferentes daquelas apresentadas por Kingdom (2007). A agenda, para Cobb e Elder é classificada em apenas dois tipos: sistêmica e institucional. A primeira trata de assuntos de ordem geral e pode ser influenciada por preocupações comuns por parte do público de que algum tipo de ação se faz necessária para resolver determinado problema, ou ainda, por questões levantadas por unidades governamentais. A segunda cumpre a tarefa de delimitar as questões pertinentes da agenda sistêmica, por meio da identificação das especificidades de cada problema a ser considerado pelos atores governamentais (COBB; ELDER, 1995).

Além dos tipos de agenda, é importante salientar os indivíduos que participam direta e indiretamente da constituição dos conteúdos da agenda pública. Nesse sentido, Kingdom (2007) destaca os atores visíveis e invisíveis.

É possível dizer que os atores visíveis se concentram na linha de frente das configurações e negociações políticas para definir e influenciar as demandas que serão incluídas na agenda. Esses atores recebem atenção da imprensa e do público em geral, e incluem indivíduos como o presidente e seus assessores, membros do Congresso, partidos políticos, comitês de campanha, demais pessoas vinculadas ao processo eleitoral e a mídia (HOWLETT, 2013; KINGDOM, 2007).

Os atores invisíveis, por outro lado, são aqueles que não têm poder para influenciar os conteúdos da agenda, e constituem-se de funcionários do Congresso, acadêmicos em geral e burocratas de carreira. Mesmo assim, apesar de os atores invisíveis não exercerem influência direta sobre a constituição da agenda, eles podem influenciar a escolha de alternativas, propostas e soluções, desde que estejam em contato com grupos de interesse político, em meio a burocracia e seus participantes (KINGDOM, 2007), ou mesmo localizados em posições estratégicas na sociedade de modo que seus interesses particulares possam ser levados em consideração pelo alto escalão político, como é o caso de grandes empreendedores, agricultores, líderes de entidades, e demais atores tidos como carismáticos perante a sociedade (COBB, ELDER, 1995).

Assim, Fuks (2000) considera a legitimidade de diferentes grupos sociais e sua propensão à acessibilidade aos meios decisores da agenda. Isto é, por se tratar do interesse de comunidades específicas, restringindo a participação das grandes massas no que diz respeito ao processo de constituição da agenda, há a tendência de que as arenas políticas

em que esse diálogo é desenvolvido, não ofereçam espaços democráticos e abertos à participação do grande público. Todavia, mesmo que haja concentração da maior parte dos assuntos em arenas específicas, Fuks (2000) salienta que a evolução do debate público é alcançada a partir da interação entre diferentes arenas, e que o conjunto de atores envolvidos nos diálogos políticos pode variar desde as camadas mais restritas em que se encontram especialistas em diferentes assuntos políticos, até os espaços amplos onde se concentram diferentes níveis sociais de influência e opinião.

Nota-se, portanto, que a elaboração da agenda pública depende de pelo menos três elementos básicos, à saber: identificação de problemas; formulação de alternativas e decisões para a constituição da agenda. Nesse contexto, relacionando o processo de construção da agenda pública aos objetivos do presente trabalho, é pertinente compreender como tem sido desenvolvida a agenda pública sobre a questão da coleta e tratamento de resíduos sólidos no município de Maringá, para, mais precisamente, verificar de que forma o poder público da cidade tem identificado tal questão, quais alternativas estão sendo propostas e quais decisões estão sendo tomadas para a manutenção da atual situação.

Como apontam Kingdom (2007) e Fuks (2000), o processo de constituição da agenda pública como um todo, depende, além das questões que envolvem a identificação de problemas e de soluções, de oportunidades que se constroem em meio a arena política, a partir do protagonismo de atores visíveis e invisíveis na luta por seus interesses, no intuito de influenciar a condução das escolhas dos políticos responsáveis pela criação da agenda. Nesse sentido, faz-se necessário compreender como funcionam os mecanismos que governam as aberturas de janelas de oportunidades durante a constituição da agenda.

3.1.1.1 JANELAS DE OPORTUNIDADES NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA AGENDA

Além do conjunto de temas e problemas definidos em uma agenda pública, Kingdom (2007) considera um conjunto de ações governamentais executadas por autoridades de alto escalão, como elementos importantes no momento da escolha por decisões que afetarão camadas da sociedade diretamente ligadas aos problemas tratados na agenda. Por exemplo, a questão que tem se desenvolvido no município de Maringá em relação à reciclagem, tem passado por etapas e decisões governamentais que atribuíram medidas distintas para a construção do processo de sua resolução, desde o incentivo e assistência

ao trabalho das cooperativas, até tentativas de privatização dos serviços de reciclagem e exclusão das cooperativas do processo (HOWLETT, 2013).

Dessa forma, no âmbito de todas as alternativas cabíveis, algumas podem ser consideradas mais seriamente que outras, daí a necessidade da especificação de alternativas concebíveis em função do conjunto daquelas que realmente serão aproveitadas (KINGDOM, 2007). Nesse ponto, os atores visíveis e invisíveis se estabelecem como atores fundamentais para conduzir escolhas e alternativas, por meio da fragmentação das comunidades políticas a que pertencem (VIANA, 1996).

O grau de fragmentação entre os atores visíveis e invisíveis, influencia, por sua vez, o grau de fragmentação da política e a estabilidade entre as escolhas de alternativas em uma agenda (VIANA, 1996). Assim, nota-se que o processo de implementação da agenda política e a própria rotina do Executivo, são estruturas diretamente relacionadas ao comportamento de forças organizadas, definidas por Viana (1996) como “*nacional mood*”, tornando-se passíveis de transformações a partir de pressões de grupos organizados, forças de mobilização política e demais círculos capazes de exercer pressão nos planejadores da agenda.

Segundo Kingdom (2007) e Viana (1996), a sociedade civil, através das eleições, por exemplo, pode exercer maior poder de sugestão à agenda política do que grupos de pressão organizados. Isso ocorre porque, quando há mudanças no Executivo ou no Legislativo abrem-se janelas de oportunidades para inserções de alternativas ou mudanças nas agendas já concebidas. Essas oportunidades, denominadas como “*policy windows*” por Viana (1996), constituem o processo inaugural de alterações na agenda governamental.

Para Kingdom (2007), uma janela aberta para políticas públicas constitui uma oportunidade para que defensores de determinada causa ofereçam suas soluções, ou reivindiquem atenção para problemas de seu interesse em específico. Essas janelas podem ser abertas tanto por eventos exclusivamente políticos, quanto por causa de problemas em geral. Isto é, eventos políticos capazes de abrir janelas de oportunidade na agenda política podem ser definidos como eleições de novos políticos, mudanças partidárias dos grupos que estão no poder, ou alterações no clima político-nacional. Já os problemas, que não os eventos políticos em específico, constituem assuntos de interesse comum da sociedade civil e do povo em geral, como necessidades sociais, demandas populares e demais interesses. Ambos os cenários podem ser responsáveis pela emergência de oportunidades

para instituição de propostas e problemas, iluminando questões específicas e, consequentemente reduzindo a chance de outras questões, problemas ou propostas adentrarem à agenda (SOUZA, 2006; 2007).

Por vezes, a abertura de janelas de oportunidades se mostra previsível, como por exemplo, no momento de mudança, abolição ou renovação de alguma legislação ou algum programa social. Em outros momentos, a abertura dessas janelas pode ser imprevisível, como ocorre na situação de catástrofes e acidentes de grande magnitude, capazes de mobilizar maior rotatividade e atuação dos atores envolvidos no processo de criação e implementação da agenda política. Previsíveis ou imprevisíveis, Kingdom (2007) afirma que, independentemente da natureza das janelas de oportunidades, elas são passageiras, pequenas e escassas. É preciso, portanto, que os atores estejam atentos ao clima e às mudanças governamentais para não as perder.

Aliados à dinâmica das janelas de oportunidades e a um contexto de disputa política entre diferentes atores visíveis e invisíveis em meio a arena governamental, surgem sujeitos dispostos a investir recursos para promover políticas que, por algum motivo, possam lhes favorecer. A esses, cabe a denominação de empreendedores políticos “*policy entrepreneurs*” (KINGDOM, 2007), e são atores motivados pela manutenção de seu próprio poder e influência no cenário político, além da promoção de seus valores e interesses. O papel desempenhado pelos empreendedores não é de caráter predominante e exclusivo a determinado grupo social ou político, podendo ser representado por diferentes indivíduos como, políticos eleitos, funcionários públicos, acadêmicos e jornalistas.

Assim como os demais atores participantes do processo de formulação e implementação da agenda governamental, os empreendedores procuram enfatizar questões relacionadas aos problemas que pretendem solucionar, tentando fazer com que os formuladores de políticas públicas focalizem a sua visão dos problemas, ao mesmo tempo em que procuram difundir informações e iluminar eventos considerados pertinentes, no intuito de chamar atenção às suas demandas.

“(...) os *entrepreneurs* são peças chave para o processo de amaciamento da dinâmica da tomada de decisões. Eles escrevem documentos, fazem pronunciamentos, promovem audiências, tentam obter cobertura da imprensa e realizam inúmeras reuniões com pessoas importantes. Eles circulam suas ideias como experimentos, exploram as reações, revisam suas propostas à luz dessas reações e circulam as ideias novamente. Eles visam convencer o público em geral, os públicos especializados e a própria comunidade de formuladores de políticas. O processo envolve anos de esforço.” (KINGDOM, 1995, p. 239)

Quando as janelas de oportunidade se abrem, os empreendedores políticos aparecem com propostas e preocupações sobre problemas de seu interesse, e os apresentam no momento propício. Ao mesmo tempo em que procuram atender seus objetivos, os *entrepreneurs* desempenham a função de unir problemas, soluções e forças políticas. A união desses elementos, depende além da convergência dos interesses dos atores visíveis e invisíveis, o surgimento de um empreendedor no momento certo (KINGDOM, 1995; 2007).

Nesse sentido, conforme Viana (1996) e Kingdom (2007) o processo de implementação de agenda se trata de um encadeamento estratégico e integrado entre atores e interesses, no qual todos defendem as questões que julgam mais pertinentes aos seus próprios benefícios, os quais podem apresentar maior ou menor compatibilidade com as questões políticas em geral, já que cada grupo conta com seus próprios interesses.

3.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

De acordo com França Filho (2003), o termo “economia solidária” foi cunhado no século XX, na França, por meio das pesquisas de *Jean-Louis Laville e Bernard Eme*. Com essa denominação, os referidos autores buscaram identificar a proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas até então caracterizadas como iniciativas locais na Europa. Essas iniciativas, na maioria das vezes, assumiam caráter associativo, e buscavam resolver demandas comuns às comunidades em que se estabeleciam. Assim, a expressão “economia solidária” sugere a reunião entre produtividade e renda, com a inserção da comunidade no centro do desenvolvimento de atividades econômicas coletivas.

Devido às suas características inclusivas, a economia solidária vem se fortalecendo em meio ao desemprego e a exclusão social (FRANÇA FILHO, 2002). Na América Latina, iniciativas voltadas à economia solidária constituem-se em organizações populares, que visam a associação de indivíduos em grupos de trabalho para que em conjunto, possam alcançar interesses coletivos através de práticas econômicas que envolvem a reciprocidade e a união de suas forças produtivas (ATLAS, 2005; 2007; SINGER, 2002).

No Brasil, como propõe o Atlas de Economia Solidária (2007), esse fenômeno vem sendo construído por meio de empreendimentos econômicos solidários como organizações de finanças solidárias, empresas geridas por seus próprios trabalhadores (autogestionárias), cooperativas populares, redes de empreendimentos, associações, e grupos especializados: ANTEAG, UNICAFES, UNISOL. Fóruns brasileiros de economia solidária são responsáveis por veicular e propor discussões pertinentes ao campo. O Fórum

de Articulação do Comércio Ético e Solidário (FACES do Brasil), por exemplo, apoia a produção e a disseminação de mercadorias feitas com matérias primas regionais, valorizando os insumos brasileiros e promovendo uma possibilidade concreta de inclusão social, geração de renda e desenvolvimento local sustentável. Entidades de apoio e fomento como universidades, pastorais e incubadoras de cooperativas como a UNITRABALHO, assim como movimentos sindicais e instâncias governamentais como os governos municipais, estaduais e federal, além do Ministério do Trabalho e Emprego contribuem para a promoção da economia solidária no país.

Como propõe Singer (2003), nas décadas de 1980 e 1990, a economia solidária passou a tomar proporções maiores no Brasil, resultando de movimentos sociais que buscavam pela reação à crise econômica e ao desemprego em massa em decorrência da abertura do mercado interno às importações a partir de 1990. A abertura do mercado interno foi uma medida que não apresentou os efeitos esperados em termos de desenvolvimento econômico, acarretando em um desempenho inferior à década de 1980, conhecida como “década perdida” (FRANCO ET AL, 2008). Dessa forma, num cenário de precariedade e estagnação das atividades econômicas e da geração de empregos, seguida pelo crescimento da população, operários apoiados por sindicatos reúnem-se para tomar posse e recuperar empresas por meio da autogestão, retomando suas atividades e fundando, em 1994, a Fundação da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG) (FRANCO ET AL, 2008; SINGER, 2003).

A compreensão da economia solidária, para Singer (2002), fundamenta-se por meio de uma visão alternativa de emprego e renda, que busca alinhar o trabalho em função do capital. Nesse sentido, membros de iniciativas sociais como o cooperativismo, por exemplo, valem-se da economia solidária para construir ações em determinados contextos que necessitam de estruturas e recursos que o estado não foi capaz de suprir. Assim, esses atores, ao mesmo tempo em que buscam por seu sustento, propõem melhorias das condições de moradia e convívio social em comunidades fragilizadas e empobrecidas; adquirem força para reivindicar, junto ao Estado, questões relacionadas ao desenvolvimento e aplicação de políticas públicas que possam vir a beneficiar as camadas socialmente vulneráveis da sociedade; e, no âmbito ecológico, podem potencializar o uso de produtos sustentáveis e/ou que não venham a agredir o meio ambiente (GAIGER, 1999).

De acordo com França Filho (2003, p. 13), “como noção ou conceito, o termo economia solidária identifica uma série de experiências organizacionais inscritas numa dinâmica atual em torno das chamadas novas formas de solidariedade”. Assim, é possível

compreender que as práticas associativas de geração de trabalho e renda, incorporadas a práticas autogestionárias nos empreendimentos econômicos solidários, reafirmam processos estruturados de subsistência para além das fronteiras econômicas, já que suas contribuições atingem as esferas sociais, políticas e ambientais para a superação das desigualdades (SCHOLZ ET AL, 2014).

A autogestão é um pilar fundamental da economia solidária, pois como afirmam Lechat e Barcelos (2008, p. 97), ela equivale a “gestão direta e democrática dos trabalhadores nas funções de planificação, direção e execução”. Portanto, para esses autores, a autogestão parte do princípio de que os homens têm capacidade de organizarem suas tarefas e de se responsabilizar por sua produtividade, sem a necessidade de supervisão direta, seja de dirigentes ou superiores em qualquer instância. Tal definição vai ao encontro do contexto cooperativista, já que em uma cooperativa as pessoas responsáveis pelas atividades produtivas também exercem funções administrativas e de gestão, dividindo as responsabilidades igualmente, distinguindo-se dos modelos organizacionais hierárquicos (SINGER, 2002).

Para Gaiger (2006), a apropriação do excedente produtivo pelas mesmas pessoas que produzem e decidem o destino dos recursos auferidos, isto é, os trabalhadores e trabalhadoras vinculados à uma cooperativa (cooperados), traduz-se na principal distinção entre a produção capitalista convencional e a produção sob a forma de autogestão. Dessa forma, não há uma divisão entre o capital e o trabalho, ou subordinação entre trabalhadores e proprietários, já que no trabalho autogestionário todos os papéis são assumidos pelos próprios sujeitos, vinculando o capital e os recursos produzidos aos próprios indivíduos que o fazem.

Do ponto de vista acadêmico, pesquisas envolvendo Economia Solidária no Brasil se acentuaram a partir de 2005, tomando rumos complexos, deixando de lado preocupações conceituais e introdutórias, e dando lugar ao desenvolvimento de estudos voltados às políticas públicas e as realidades distintas das situações sociais brasileiras, abrangendo temáticas mais amplas como distribuição de renda, geração de riqueza, economia, cooperativismo e mercado de trabalho (SANTOS ET AL, 2012). No entanto, como afirma Santos et al (2012), atualmente a produção científica em economia solidária ainda se mostra em seu estágio inicial, dado o número reduzido de produções que o tema tem inspirado. Portanto, o tema ainda tem sido pouco explorado por acadêmicos da área de Administração, representando baixo destaque em relação aos temas de maior hegemonia, os quais detêm maior aceitação pelas revistas científicas nacionais.

3.3 O COOPERATIVISMO NO BRASIL E NO MUNDO

Refletir sobre o cooperativismo como uma possível proposta de inclusão social através da geração de trabalho, é aceitar o desafio de produzir uma intervenção capaz de formalizar um ambiente que permita a consolidação de espaços solidários em que pessoas socialmente vulneráveis, e que muitas vezes não dispõem dos requisitos necessários para ingressar no mercado de trabalho formal, possam estabelecer vínculos com indivíduos que se encontram em situação semelhante, a fim de desenvolver atividades rentáveis para prover seu sustento (GHIRARDI, 2004).

O cooperativismo, por sua vez, traduz-se como uma opção de trabalho e renda para indivíduos excluídos socialmente (DIAZ-FONCEA, MARCUELLO, 2013). Contudo, ao mesmo tempo em que esses indivíduos executam uma atividade oportuna para a manutenção do desenvolvimento sustentável⁴, são marginalizados devido à natureza de seu trabalho (COELHO, GODOY, 2010; VALE, 2014), resultando na “invisibilidade” desses sujeitos, seja pelo poder público, seja pela sociedade (IPEA, 2013).

No Brasil, algumas ações de inserção através do cooperativismo têm sido desenvolvidas, como é o caso da TRAMART (Trama da Arte), que iniciou suas atividades em 10/02/2000, na cidade de São Paulo, por meio da produção de artesanatos e, desde então, vem agregando novos membros à sua força de trabalho, composta por artesãos com diferentes características e habilidades. É importante salientar a inclusão econômica e social proporcionada pela TRAMART, cujos cooperados se encontravam em contextos de privação e dificuldades financeiras, além de alguns apresentarem deficiência motora, o que contribui para seu isolamento e restringe a gama de oportunidades de emprego à que podem se candidatar (GHIRARDI, 2004).

Outras ações que se destacam em território brasileiro são aquelas voltadas ao cooperativismo rural, à exemplo da COOPERATVAMA (Cooperativa dos Agricultores das Comunidades 300 alqueires, Vila Rural, Água dos Martas, 1000 alqueires e Alvorada). Essa cooperativa foi organizada por meio da reunião entre produtores rurais que desempenhavam atividades de agricultura familiar no distrito de Poema no Paraná, em 2006, para discutir possíveis soluções para a situação de suas famílias que se viam carentes de

⁴ De acordo com Brüseke (2003), o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades. No entanto, Oliveira et al (2012) e Flory et al (2013) associam o desenvolvimento sustentável à inclusão social e a promoção de oportunidades concretas para os cidadãos de baixa renda.

políticas públicas e melhores condições de trabalho. Atualmente, a COOPERATVAMA está incluída entre as cooperativas incubadas na UNITRABALHO (Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho), desenvolvendo o cultivo de maracujá orgânico.

Além das referidas atividades cooperativistas desenvolvidas no país, ações que se estabelecem no campo da coleta, armazenamento e reciclagem de resíduos sólidos representam, de acordo com o IPEA (2013), um setor produtivo com grande potencial de ganhos econômicos. A viabilidade econômica da exploração desse setor se dá principalmente devido ao aumento do nível de consumo nos centros urbanos, nos últimos anos, o que culminou no aumento de materiais a serem descartados, e no encarecimento gradativo de insumos para a produção dos produtos de consumo em geral. Com isso, novas tecnologias foram desenvolvidas para possibilitar a transformação de resíduos em matérias-primas que retornam para o processo produtivo.

Os trabalhadores envolvidos com atividades de reciclagem desempenham um importante papel para o processo de tratamento do lixo urbano, pois possibilitam o reaproveitamento de materiais descartados, gerando benefícios ambientais e ganhos sociais ao incluir, em sua cadeia produtiva, os catadores de materiais recicláveis (MEDEIROS, MACEDO, 2007). Mesmo assim, as cooperativas de reciclagem ainda não são reconhecidas pela maioria dos municípios como prestadoras de um serviço de utilidade pública. Dessa forma, ainda faltam perspectivas que ampliem a visão do tratamento de resíduos sólidos como um sistema produtivo e os catadores como centro desse sistema (FARIAS FILHO, 2012).

Uma das políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento sustentável e inclusão social foi concretizada por meio da Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovada em 2010, que reconhece o trabalho dos catadores de materiais recicláveis, organizados em cooperativas, e que atuam como agentes fundamentais na manutenção da cadeia de reciclagem brasileira. A referida política pública exige também que setores empresariais implementem programas voltados ao tratamento de seus resíduos, propiciando a integração das cooperativas de catadores nesse processo (DEMAJOROVIC ET AL, 2014). Logo, conforme dados obtidos por meio do Relatório de Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável, elaborado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em 2013, nota-se que o processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos vem se aproximando cada vez mais da pauta de debates sobre desenvolvimento sustentável na contemporaneidade.

Nesse sentido, Zanetti (2006) aponta que o fortalecimento das comunidades que dependem de atividades de reciclagem pode acontecer a partir do momento em que haja um modelo de gestão de resíduos sólidos urbanos baseado na participação e responsabilização de todos os agentes envolvidos no processo, desde os catadores, até os membros de cooperativas de reciclagem. Esse processo resultará em um sistema adaptado às necessidades de cada município e das cooperativas de catadores, bem como suas famílias, caracterizando uma estrutura geradora de inclusão social e sustentabilidade.

Para Guimarães (1995) e Flory et al (2013), o desenvolvimento sustentável exige a democratização do Estado, autonomia e participação da população local objetivando a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, inserindo-os nas dimensões social, política, ambiental e econômica (GUIMARÃES, 1995).

Nesse aspecto, é de fundamental importância analisar o contexto em que se encontram os indivíduos responsáveis por tal atividade, os quais realizam um trabalho de utilidade pública que consiste em recolher, transportar, armazenar e beneficiar resíduos sólidos com valor de mercado para reutilização ou reciclagem (IPEA, 2013).

As cooperativas de trabalho e de produção surgem juntamente com o trabalho operário e a revolução industrial no século XIX (SINGER, 2002; SINGER ET. AL, 2003; SINGER, 2008). Apoiado na Sociologia utópica, representada por Robert Owen (1771-1858) e Charles Fourier (1772-1837), o movimento cooperativista se mostrou como uma corrente que propunha a autogestão do trabalho como uma resposta ao desemprego e às condições precárias de vida e trabalho dos trabalhadores industriais (JONES E KALMI, 2009).

Robert Owen nasceu em Newton, na Inglaterra. Foi diretor de indústrias escocesas de fiação em Manchester, além de proprietário de uma indústria do mesmo ramo em New Lanark. Owen destacou-se por sua preocupação quanto às melhorias nas condições de trabalho e vida de seus operários. Em 1810, reduziu as longas jornadas de trabalho fabris para apenas 10 horas diárias, e em 1817, reduziu novamente para 8 horas de trabalho por dia. Considerava a concorrência e a lucratividade como principais responsáveis pelas injustiças sociais (PINHO, 2001). Porém, Singer (2002) aponta que devido as crises econômicas da época, seus ideais cooperativistas e igualitários perderam aceitação, mas proporcionaram o surgimento de uma nova configuração de trabalho e renda que se disseminou pelo mundo.

Charles Fourier nasceu na França, foi um sociólogo francês crítico da burguesia e dos valores cristãos. Propôs uma sociedade alternativa por meio dos falanstérios, que se

configuravam como associações autossuficientes de produção e consumo, na qual os trabalhadores viveriam em comunidade, dividindo o capital (ROCHA, 1999). Para Pinho (2001) e Rocha (1999), nos falanstérios a propriedade privada não era eliminada, apenas era transformada em acionária, já que todos passavam a ser acionistas.

Com o desemprego e a desvalorização da mão-de-obra humana em virtude dos efeitos da revolução industrial, e inspirados por Owen e Fourier, os antigos operários das fábricas, agora mecanizadas, unem-se e criam um armazém em que todos poderiam comprar alimentos à baixos custos. Como resultado da evolução dessa iniciativa, no ano de 1844 é fundada a *Rochdale Society of Equitable Pionner*, na cidade de Rochdale, em Manchester, Inglaterra. Tal organização se caracterizou como a primeira cooperativa de consumo formada por operários com o objetivo de sobreviver em meio ao cenário adverso que se estabeleceu na época. Assim, sob a orientação de princípios e valores igualitários e autogestionários, os cooperados de Rochdale idealizaram um movimento que se espalhou pela Europa e pelo mundo (SINGER, 2002; SINGER ET. AL, 2003).

Devido ao crescimento do movimento, em 1852, na Inglaterra, foi promulgada a Lei das Sociedades Industriais e Cooperativas, que passou a regular as relações das cooperativas com o Estado (LIMA, 2006). Em 1881, já existiam mil cooperativas de consumo, com cerca de 550 mil associados (LIMA, 2006). E em 1895, em Genebra, foi criada a Aliança Cooperativa Internacional, que homologou os princípios desenvolvidos em Rochdale, como a participação econômica dos membros na criação e no controle do capital envolvido no processo, adesão livre e voluntária de seus membros, a gestão democrática; a preocupação com a educação e a formação dos sócios, o fortalecimento e cooperação entre o meio cooperativista (intercooperação) e o interesse pela comunidade (MATOSSO, 1999).

A Aliança Cooperativa Internacional conta com subdivisões distribuídas pela Europa, Américas, África e Ásia. A Sede da Aliança nas Américas está sediada na cidade de Bogotá, na Colômbia, e representa 20 países, incluindo o Brasil, que é filiado desde 1989 (NETO, 2002; ZYLBERSZTAJN, 2002).

A América Latina possui uma das mais antigas e ativas comunidades ligadas à economia solidária. É também a região em que o termo “economia solidária” foi concebido, mais precisamente no Chile, adaptado a partir dos trabalhos de Luiz Razeto, pesquisador e professor de filosofia chileno (ALLARD, ET AL, 2008; ARRUDA, 2005) Para Razeto (1999), os mercados e empreendimentos envolvidos com a economia solidária incorporam um conjunto de elementos ao qual o autor denomina como “Fator C”, que

corresponde aos seguintes princípios: cooperação, corresponsabilidade, comunicação e comunidade. Até os anos 1990, organizações e *networks* voltadas à economia solidária floresciam na América Latina, amplamente associadas às severas políticas neoliberais implementadas pelos governos autoritaristas da época. O movimento cooperativista, nessa região, obteve apoio de ativistas e acadêmicos, os quais compreenderam que o modelo neoliberal de desenvolvimento não se mostrou capaz de gerar resultados favoráveis, principalmente às camadas pobres e socialmente vulneráveis dos países latinos (ALLARD, ET AL, 2008).

No Brasil, as primeiras iniciativas cooperativistas surgiram pouco mais de cinquenta anos após o nascimento do movimento na Europa. O primeiro registro formal da cooperativa pioneira no país foi feito em Minas Gerais. Naquele estado foi formalizada a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, no ano de 1889. Assim como os operários envolvidos com a cooperativa de Rochdale, os precursores brasileiros constituíram uma cooperativa de consumo, que também oferecia produtos diversificados como alimentos, residências e crédito (SINGER, 2002).

A partir da organização mineira, novas cooperativas foram estruturadas pelo país. No início do movimento, muitas cooperativas eram formadas por profissionais liberais, funcionários públicos, operários e militares, que juntos buscavam atender suas próprias necessidades. Outras estavam vinculadas a empresas, as quais estimulavam a cooperação entre os funcionários e a comunidade, principalmente no Estado de São Paulo (LIMA, 2010).

O setor agropecuário mostrou-se como um dos seguimentos que mais se adaptou ao modelo cooperativista no Brasil. No século XIX, as cooperativas agropecuárias se desenvolveram amplamente no sul do país, onde, no estado do Rio Grande do Sul, na região do município de Veranópolis, foi concebida a *Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli*, que corresponde ao primeiro registro de uma cooperativa agropecuária brasileira. A partir dessa experiência, e estimulado por imigrantes europeus e asiáticos, o setor ganhou cada vez mais destaque em meio ao cooperativismo brasileiro, obtendo em 1910, apoio de João Pinheiro, então governador de Minas Gerais, que buscou organizar a produção e a comercialização do café, incentivando a proliferação do cooperativismo rural para outras regiões do país (MDIC, 2014).

Portanto, ao final do século XIX, e no início do século XX, as atividades cooperativistas começaram a ser desenvolvidas em território brasileiro. Influenciado pela Igreja

Católica e pelos imigrantes europeus e asiáticos, o movimento seguiu a doutrina estabelecida na Europa, valorizando a educação cooperativista e o estímulo à união das comunidades na busca por interesses comuns, marcando o comprometimento com a justiça social como meta do movimento (SINGER ET. AL, 2003; SINGER, 2008).

Na Europa, anteriormente à Segunda Guerra Mundial, grande parte dos países ocidentais já contavam com organizações sem fins lucrativos, cooperativas e sociedades vinculadas ao terceiro setor. Contudo, esses empreendimentos adquiriram maior destaque e legitimidade a partir dos anos 1950, período em que iniciativas sociais dirigiam seus esforços ao combate à pobreza, falta de habitação e desemprego. Na época, muitas dessas organizações surgiram ou foram inspiradas por meio da tradição cristã beneficente, abrindo caminho para que, entre os anos de 1960 e 1970, novos empreendimentos dessa natureza fossem criados, mas dessa vez, influenciados por movimentos civis e pelas lutas por causas sociais que afloravam naquele período, tal qual as lutas pela democracia e igualitarismo (AUSTIN, STEVENSON, 2006; DEFOURNY, NYSSSENS, 2010).

A persistência do desemprego, entre os anos de 1970 e 1980, nos países europeus, bem como a necessidade de estruturar políticas públicas e reduzir gastos públicos, contribuíram com o levantamento de questões envolvendo o terceiro setor e a resolução de problemas sociais. Até então, haviam dúvidas sobre como as iniciativas solidárias na Europa e as organizações do terceiro setor poderiam prover meios para atingir melhorias sociais (DEFOURNY, NYSSSENS, 2010).

Em 1990, na Itália, o conceito de empresa social é idealizado e faz sua primeira aparição em meio ao terceiro setor, vinculado ao movimento cooperativista. No ano de 1991, o parlamento italiano declara uma lei criando um formato legal específico para cooperativas sociais, que experimentam grande crescimento a partir de então. O que reflete os desdobramentos do apoio político ao cooperativismo. Do mesmo modo, em 1990, nos Estados Unidos, experiências envolvendo empreendedorismo social e cooperativismo atingem respostas positivas perante a comunidade. Até que em 1993, uma divisão da Universidade de Harvard, a *Harvard Business School*, dá origem à *Social Enterprise Initiative*, um programa que reúne empreendedores, docentes, pesquisadores e estudantes envolvidos com a produção de conhecimentos, recursos e soluções para problemas sociais. Esse programa é qualificado como um marco fundamental para o cooperativismo e empreendedorismo social no país (DEFOURNY, NYSSSENS, 2010; KERLIN, 2006).

Ao contrário das experiências europeias e americanas, nos continentes asiático e africano, a economia solidária exercida por meio do cooperativismo é recente, e encontra-

se em crescimento devido a criação de fóruns e encontros para debate de questões pertinentes ao movimento cooperativo e à comunidade em geral, envolvendo o desenvolvimento sustentável e a distribuição de renda, que são aspectos de fundamental importância nessas regiões. Em 2005, a República do Senegal, sediou em sua capital, Dakar, o evento denominado *Third International Meeting on the Globalization of Solidarity*. Atualmente, Dakar abriga a matriz da *Intercontinental Network for the Promotion of the Social Solidarity Economy* (RIPESS). O que demonstra o crescimento do interesse em debates e iniciativas voltadas à economia solidária em território africano (ALLARD ET AL, 2008; FONTENEAU ET AL, 2011).

Na Ásia, o evento intitulado *The First Asian Forum for Solidarity Economy*, foi sediado em Manila, capital das Filipinas, em outubro de 2007. A partir das ideias discutidas nesse fórum, foi criado o *Bayanihan Banking Window* (BBW), um banco que busca estabelecer relações entre investidores e empresas socialmente responsáveis. *Bayanihan* é um termo do idioma Filipino que significa “solidariedade comunitária e cooperação” Esse modelo de empresa social asiática tem seu foco voltado para a concessão de microcrédito, à exemplo do indiano Grameen Bank em Bangladesh, de Muhammad Yunus (ALLARD ET AL, 2008).

Em países asiáticos, projetos envolvendo dimensões da economia solidária como o cooperativismo são cada vez mais difundidos por todo o continente, contando com redes organizadas compostas por mais de 13 milhões de pessoas que atuam de forma inclusiva, buscando cada vez mais o envolvimento de empreendedores e pesquisadores da área (JAYASOORIA, 2013). Esforços para desenvolver iniciativas cooperativistas na região asiática resultaram na formalização de aproximadamente 400 organizações independentes em 21 países diferentes, as quais realizam suas atividades por meio de motivações sociais, participação voluntária e estruturas de governança específicas (DEFOURNY, NYSSENS, 2012; JAYASOORIAM, 2013).

De acordo Jayasooriam (2013), o crescimento do cooperativismo e a abrangência dos serviços oferecidos por empresas sociais no continente asiático ocorreram devido à dificuldade dos governos em gerir conflitos sociais generalizados pelos países, além de crises econômicas e desastres naturais. Em Hong Kong, na China, iniciativas sociais obtiveram destaque em meio aos casos da síndrome respiratória aguda grave, que afetou sobretudo o leste e sudeste da Ásia, e depois se espalhou pelo mundo todo. Posteriormente, altos índices de desemprego atingiram a região de Hong Kong. Para sanar a de-

manda, o governo estabeleceu uma comissão que ofereceu suporte financeiro para fomentar novos empreendimentos sociais e sem fins lucrativos, criando o Comité de Aconselhamento de Empresas Sociais, incentivando o crescimento do setor.

Da mesma forma, no Japão, a economia solidária tornou-se popular nos anos 2000, quando a economia nacional passava por momentos de fragilidade. Porém, mesmo antes desse acontecimento, em 1990, o governo japonês já havia aprovado duas leis favoráveis ao desenvolvimento de empresas sociais, uma delas reconhecia a importância do setor cooperativista e sem fins lucrativos para a economia, e a outra descentralizou determinados poderes do estado, e os concentrou em lideranças locais. Mais recentemente, com o Tsunami e o desastre da usina de Fukushima, as empresas sociais passaram a figurar novamente no centro de debates sobre o futuro do país (JAYASOORIAM, 2013).

3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E O COOPERATIVISMO

Para Brollo e Silva (2000), nem sempre os problemas decorrentes da gestão ineficiente dos resíduos sólidos urbanos foram tratados de forma satisfatória, pois em países desenvolvidos, apenas na década de 1970 houve maior preocupação quanto à reciclagem e recuperação de materiais descartados. Atualmente, verifica-se o estabelecimento de políticas públicas que possam contribuir para o tratamento e a redução do volume dos resíduos. Contudo, a questão que envolve esse fato, e que se apresenta como problema central dessa dissertação, preocupa-se em verificar como e quando as cooperativas de reciclagem são integradas à agenda do poder público, no que se refere aos procedimentos e soluções direcionadas aos referidos problemas.

A partir do estabelecimento de uma confluência entre políticas públicas e o modelo de organização cooperativista, busca-se também a convergência de interesses e resultados favoráveis nos âmbitos econômico e social para ambas as partes envolvidas em tal parceria (ROSA, ET AL, 2011). No momento em que o cooperativismo adquire relevância política, o Estado, as instituições e atores sociais, contribuem para a articulação de espaços sociopolíticos e para a qualificação das formas de participação social e política de parcelas da população (KAUCHAKJE, 2008). Dessa forma, o processo de politização da reciclagem de resíduos sólidos, e de sua compreensão como uma questão social, leva ao amadurecimento econômico e político não apenas das comunidades em que as cooperativas estão inseridas, mas dos próprios catadores.

As políticas públicas e alternativas desenvolvidas no Japão, EUA e Alemanha têm sido vistas como modelos e fonte de concepções acerca das emergências para instauração de políticas, planos e programas de governos aliados ao cooperativismo e à atividade econômica desempenhada por catadores de materiais recicláveis no Brasil, cuja situação tem se mostrado desfavorável, uma vez que há um contínuo crescimento do volume destes resíduos, e somente em 2010 houve maior comprometimento com o problema em questão, que culminou na instituição de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos (BROLLO, SILVA, 2000).

No Brasil, parcerias entre o poder municipal e cooperativas de catadores de materiais recicláveis vêm sendo estabelecidas, como é o caso da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis (ASMARE), em Belo Horizonte-MG, e a Cooperativa de Catadores da Zona Sul (COOPERSUL), no Rio de Janeiro-RJ. Com o apoio das respectivas prefeituras municipais, as referidas cooperativas desenvolvem atividades de coleta e reciclagem de resíduos sólidos, consolidando o modelo de organização cooperativista, sustentabilidade e políticas públicas (CARMO, 2008; PEREIRA, 2011; TORRES, 2008).

De acordo com Torres (2008) e Pereira (2011), na década de 1980 a ASMARE foi concebida como uma organização de catadores que teve o apoio inicial da Igreja Católica, através de instituições como a Pastoral da Rua e a Cáritas Brasileira. Diante de tal processo, no ano de 1993, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte oficializou a participação dos catadores no sistema de coleta e reciclagem de lixo por meio da lei orgânica municipal, que prevê a implantação da coleta seletiva na cidade, vinculando-os à atividade de reciclagem, e destacando a importância das cooperativas de catadores para o desenvolvimento desta atividade. Dessa forma, na medida em que a ASMARE é reconhecida e legitimada como organização participante da manutenção e tratamento dos resíduos urbanos, legitima-se também o trabalho dos catadores. E ao mesmo tempo em que as cooperativas passam a ter preferência no que diz respeito à coleta e comercialização de materiais recicláveis (BRASIL, 1990), também se dá o processo de inclusão social dos agentes envolvidos com as atividades de coleta de lixo, removendo-os da informalidade e promovendo-os para a posição de atores indispensáveis à limpeza pública.

Além de contribuir para a inclusão social e econômica dos catadores na cidade de Belo Horizonte, a parceria entre a prefeitura e a ASMARE resultou em medidas e avanços

nas áreas de meio ambiente, educação, emprego e renda, pois com o apoio das cooperativas nas atividades de coleta e reciclagem, grande parte do lixo depositado em aterros sanitários e locais impróprios passou a ser reaproveitado, reduzindo os gastos com limpeza pública. A ASMARE participou no estímulo de progressos no âmbito ecológico e nas preocupações com o meio ambiente. Como propõe Carmo (2008), o movimento ecológico aliado ao cooperativismo, preocupa-se em diminuir a exploração de recursos naturais por meio da reciclagem. Quanto à educação, a ASMARE conta com um programa de alfabetização para os cooperados e suas famílias. Esse programa oferece apoio educacional, formação e aperfeiçoamento profissional, influenciando no resgate da autoestima dos indivíduos. E, no que diz respeito ao emprego e geração de renda, o fornecimento do material coletado para as usinas de reciclagem possibilitou ganhos financeiros, reduzindo a pobreza e inserindo economicamente os cooperados (PEREIRA, 2011; TORRES, 2008).

Sobre a COOPERSUL, Carmo (2008; 2009) destaca a importância da ação pautada na política pública municipal em relação ao cooperativismo, e a participação ativa da administração do município do Rio de Janeiro logo no início das atividades da cooperativa. No ano de 1993, através da intervenção da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB) e de ONGs como o Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (IBISS), bem como Cáritas vinculadas à Igreja Católica (ROSA et al, 2011), a prefeitura do Rio de Janeiro ofereceu respaldo à constituição de cooperativas de catadores, oferecendo um espaço para o desenvolvimento das atividades, instalações elétricas, sanitárias e administrativas. Além da prefeitura, empresas associadas à COOPERSUL forneceram os equipamentos necessários para o processo produtivo. Nota-se, portanto, maior comprometimento do setor público com o cooperativismo, no que diz respeito às políticas de meio ambiente, educação, emprego e renda, cujos resultados podem ser comparados àqueles auferido pela ASMARE.

Como demonstram Rosa et al (2011), e Carmo (2009), a COOPERSUL assistiu a sociedade carioca em termos ecológicos e culturais, e não apenas no que tange a inclusão econômica e social. Tal participação marca a abrangência do cooperativismo, bem como a disseminação de iniciativas de amparo às comunidades carentes. Nesse sentido, além de fundamentar os pilares do desenvolvimento sustentável diante das questões ambientais contemporâneas, o trabalho dos catadores passa a contar com o apoio da comunidade,

pois é possível constatar a presença de políticas de cidadania e democratização construídas por meio da parceria entre o setor público e a sociedade, convergindo para a questão socioambiental e de combate à pobreza através da geração de emprego e renda.

Apesar de as cooperativas citadas terem sido viabilizadas por meio do apoio das prefeituras municipais, é importante notar que não há interferência política nas questões voltadas à gestão interna das cooperativas, já que a administração pública se responsabilizou por questões ligadas à infraestrutura, apoio técnico e aparato legal. A pretensão dos projetos amparados pela administração pública das cidades de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, é a de promover a autonomia e a inclusão dos catadores, a participação voluntária e livre na gestão democrática proposta pelo modelo cooperativista, a partir do seu reconhecimento como agentes vinculados às atividades de manutenção e limpeza pública. Assim, é importante que haja cada vez mais incentivos e programas de capacitação técnico-administrativa para que os cooperados possam exercer a autogestão de sua cooperativa e se tornem atores inseridos em meio ao processo de coleta e reciclagem de resíduos sólidos (CARMO, 2008; 2009; ROSA ET AL, 2011)

4. O LUGAR DAS COOPERATIVAS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

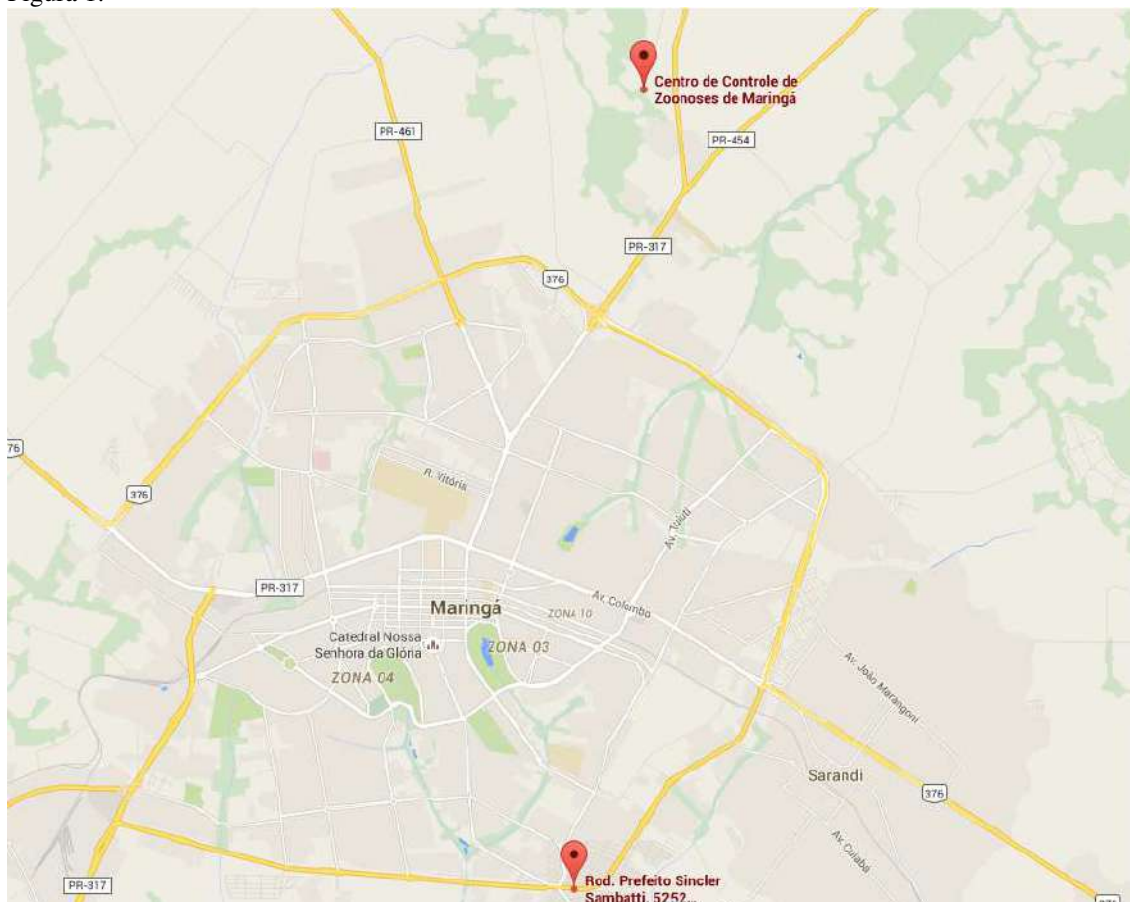
Para essa pesquisa, quatro cooperativas de reciclagem foram estudadas, objetivando compreender qual lugar ocupam em meio à formulação de uma Política Pública Municipal de Tratamento e Destinação de Resíduos Recicláveis no município de Maringá, são elas: Coopermaringá, fundada em 2001, Coopercação fundada em 2004, Coopernorte fundada em 2003 e Cooperpalmeiras fundada em 2005.

Por meio das histórias contadas pelos cooperados, vereadores e pelo procurador do trabalho, além das informações acessadas a partir de documentos referentes às cooperativas e ao Fórum Lixo e Cidadania, foi possível estabelecer uma narrativa que se inicia a partir de momentos anteriores a formalização das cooperativas, atentando-se as histórias que ilustram a retirada dos trabalhadores do lixão municipal, e seus esforços para tentar ocupar um lugar de maior destaque em meio a construção de uma política de gerenciamento de resíduos sólidos em Maringá.

Os relatos demonstram problemas e suas respectivas soluções em diferentes momentos, deslocando-se desde a época da desocupação do lixão, em que a maioria dos atuais cooperados trabalhavam e proviam seu sustento, até a fase atual, que compreende a luta pela inclusão das cooperativas na agenda política da administração pública de Maringá, bem como a formulação da política pública que envolve o trabalho cooperativista na manutenção do lixo sólido em na cidade.

O objetivo dessa pesquisa se constituiu de forma a buscar compreensões sobre o lugar ocupado pelas cooperativas de reciclagem de Maringá, em meio ao processo de construção de uma política pública de tratamento de resíduos sólidos. Para tanto, inicialmente se faz necessário apresentar as cooperativas citadas, a fim de realizar um resgate histórico para esclarecer o contexto em que se estabeleceu o relacionamento das cooperativas com a administração pública da cidade, a partir do momento em que o lixão foi desapropriado, e em decorrência disso, a abertura das primeiras cooperativas em Maringá.

Figura 1:



Localização das cooperativas em Maringá

Fonte: Google Maps

4.1 APRESENTAÇÃO DAS COOPERATIVAS

4.1.1 COOPERMARINGÁ

Fundada em 2001, fruto da desocupação do lixão municipal de Maringá, A Coopermaringá foi constituída, inicialmente, por catadores de materiais recicláveis, e foi a primeira cooperativa de coleta e reciclagem de resíduos sólidos formada a partir da desocupação do lixão. Atualmente conta com oito cooperados, e trabalha principalmente com papéis, papelão, garrafas pet e plásticos em geral. Está localizada na Rodovia PR 317, Maringá-PR, no Centro de Controle de Zoonoses de Maringá.

Nos primeiros meses de funcionamento, a prefeitura municipal sob gestão do então prefeito José Cláudio, ofereceu incentivos como cestas básicas, vales-transportes, alimentos e refeições na própria cooperativa, bem como caminhão para coleta de materiais e auxílio para pagamento de contas de água, luz e aluguel do barracão da cooperativa. No entanto, em função desses auxílios, alguns cooperados passaram a produzir em menor escala. De acordo com a presidente da Cooperpalmeiras, a produção em menor escala se

deu porque alguns cooperados “ficaram acomodados” (PRESIDENTE DA COOPER-PALMEIRAS, 2015) com os benefícios, prejudicando a produção e provocando o corte dos incentivos, acarretando em desentendimentos entre os cooperados e a prefeitura, principalmente após o falecimento do então prefeito José Claudio e posterior troca partidária em Maringá.

“(…) depois que ele morreu a dona Maria disse que mudou bastante, mudou bastante mesmo... Agora que a prefeitura tá olhando pra gente né, porque ou eles tem que ajudá ou tem que ajudá né, não tem como correr mais né, agora é tudo ou nada” (Presidente da Coopermaringá, 2015).

Nos dias de hoje, a cooperativa se sente amparada pelas pressões exercidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos sobre a reciclagem e destinação de resíduos sólidos nos municípios. Acreditam que, devido ao aumento da popularidade das questões cooperativistas, de meio ambiente e de sustentabilidade, a atual administração da cidade não tem escolha, senão contribuir com a inclusão das cooperativas, oferecendo subsídios e melhores condições de trabalho. Atualmente, a cooperativa conta com apoio de empresas privadas, como a Coca Cola e de Igrejas de Maringá.

Além disso, após acordo firmado com a prefeitura durante a gestão Silvio Barros, a mesma procurou manter o pagamento do aluguel das instalações e o serviço de coleta realizado com um caminhão destinado à cooperativa, que opera em dias pré-fixados. O caminhão utilizado para a coleta de materiais recicláveis, atualmente, é operado por funcionários da prefeitura, mas os cooperados contam que muitas vezes tiveram que sair para coletar os materiais nos momentos em que a prefeitura, sem aviso prévio, disponibilizou apenas um motorista e nenhum coletor profissional para participar da coleta. Relatos dos membros das cooperativas apontam que pessoas de idade avançada e com problemas de saúde tiveram que “correr atrás do caminhão” para recolher o lixo reciclável.

Atualmente, esta prática, apesar de ter sido reduzida a partir de negociações com a prefeitura, ainda persiste. E cooperativas à exemplo da Coopernorte possuem membros que preferem recolher o próprio lixo das ruas, porque afirmam que os garis coletam materiais misturados, sem qualquer critério.

“(…) todo ano tem [ajuda/subsídios], da Igreja Santo Antônio. Aí a gente foi contemplado nuns 4 mil reais, aí arrumei a Kombi, paguei 2.350 pra arrumá a Kombi, aí fui contemplada a minha carteira de motorista... tem o dinheiro da Coca Cola também, que essa prensa ficou 3.500 reais né, não tinha dinheiro,

graças a Coca Cola a gente conseguiu arrumá, então tamo indo né, tamo caminhando... (Presidente da Coopermaringá, 2015).

Foto 1:



Ambiente de trabalho da Coopermaringá
Fonte: A pesquisa (2015)

Foto 2:



Coopermaringá: Um dos locais onde os materiais recicláveis são depositados.
Fonte: A pesquisa (2015)

Durante as observações e entrevistas com os membros da Coopermaringá, as instalações da mesma mostraram-se distintas daquelas disponibilizadas às outras cooperativas, pois apesar de ser uma estrutura coberta, o espaço interno é reduzido e grande parte dos materiais coletados são despejados do lado de fora (foto 2). As prensas ficam na parte de dentro, mas os cooperados realizam suas atividades dentro e fora da estrutura. No mo-

mento das entrevistas, suas cadeiras e mesas encontravam-se espalhadas ao redor do local, refletindo a falta de um lugar comum para desenvolverem suas atividades e promover reuniões ou diálogos em geral.

4.1.2 COOPERCANÇÃO

A Coopercação foi constituída em 2004. Ela se localiza na Avenida Sincler Sambatti, 5252, Jardim João De Barro, Maringá-PR. No início de suas atividades essa cooperativa contava com 30 cooperados, porém, atualmente restam apenas onze, dos quais, dez são membros remanescentes da constituição original. Desses, apenas sete cooperados sabem ler e escrever, e são responsáveis por registrar os recebimentos de materiais, bem como seus valores de venda, lucros e despesas.

“(...) eu gosto de trabalhá com reciclagem, fora que a gente tá né, a gente coleta, a gente separa, e prensa e vende né, já tira bastante reciclage do lixo né, que vai pro aterro né, que fica anos e anos pra sumir e não some né, então a gente já ajuda bastante, eu creio que a gente ajuda bastante...” (Cooperado da Coopercação, 2015)

Foto 3:



Fachada da Coopercação
Fonte: A pesquisa (2015)

A referida cooperativa apresentou, durante os primeiros anos, quadros de desorganização político-administrativa e instabilidades relacionadas às questões burocráticas e contábeis, demonstrando grande dependência da incubadora (UNITRABALHO-UEM) no que diz respeito à manutenção das diretrizes legais que determinavam o próprio alinhamento da cooperativa à legislação vigente, inclusive a composição de eleições para escolher um presidente.

Até o mês de maio de 2012, a Cooperançaço trabalhou com a coleta de papelão, plásticos e papel. Contudo, a renda dos cooperados era pequena, e não havia qualquer apoio por parte da prefeitura maringaense. Assim, visando melhorar suas atividades, a partir de junho de 2012, na gestão Silvio Barros, ocorreu uma mudança proposta pela prefeitura, e aprovada pelos cooperados, que passaram a trabalhar com sucatas eletrônicas, isto é, televisores, eletrodomésticos em geral, computadores e componentes metálicos, como afirma o presidente da Cooperançaço (2015): “(...) a cooperativa cresceu depois que mudou pra sucata de metal... porque antes a gente trabalhava só com pet e papelão...”. Com essa mudança, a receita da cooperativa aumentou, e a prefeitura passou a apoiar seu trabalho, disponibilizando o barracão onde se encontram atualmente, além de uma prensa mecânica e um caminhão para serviços de transporte e coleta dos novos materiais.

Hoje é possível observar que houve crescimento econômico e uma reorganização estrutural na Cooperançaço. Atualmente, a coleta dos materiais eletrônicos é feita em empresas e em pontos espalhados pela cidade, em que os cidadãos podem descartar equipamentos antigos, danificados e que não possuem mais utilidade, para fins de reciclagem.

No que diz respeito à estrutura da Cooperançaço, e como demonstram as fotos 1 e 2, foi possível constatar que essa cooperativa possui instalações mais robustas, em face à Coopermaringá, por exemplo, além de estar localizada em um bairro mais próximo do centro da cidade, ao contrário das outras três cooperativas estudadas. Todas as atividades são desenvolvidas dentro de um barracão de alvenaria, onde os cooperados dividem o espaço com máquinas, mesas de trabalho e materiais recicláveis. Ali, existem duas salas interligadas que dispõem de mesas e materiais de escritório. Durante as entrevistas, membros da UNITRABALHO ofereciam auxílio gerencial e financeiro à presidente da cooperativa nesse ambiente.

Foto 4:



Trabalhadoras da Coopercação
 Fonte: A pesquisa (2015)

4.1.3 COOPERNORTE

A Coopernorte, constituída, inicialmente, por meio de noventa cooperados, inaugurou suas atividades em 2003. As pessoas envolvidas com os processos que deram início à Coopernorte trabalhavam no mesmo lixão que foi desocupado pela prefeitura em 2001, que resultou na formação da Coopermaringá: “(...) naquele tempo nós era em noventa pessoa, só que também vinha quinze, dezesseis caminhão. Mas só que era mais sofrido né” (Presidente da Coopernorte, 2015).

Contudo, os cooperados da Coopernorte trabalharam até 2005 com a separação do lixo bruto, até que por intermédio da prefeitura na gestão Silvio Barros, passaram a receber apenas materiais recicláveis como papéis, plásticos, papelão, garrafas PET e latas de alumínio.

“É importante pra cidade e pra nós tudo né. Porque é bem tratado na rua também, pelos moradores. Os morador trata nós bem. De primeiro não, logo quando eu comecei a fazê coleta seletiva era foda, tinha gente que metia a boca ni nós, xingava nós, falava “vai caçar outro serviço”. Hoje não, hoje o povo apóia né, os morador apóia né” (Presidente da Coopernorte, 2015).

Foto 5:



Vista externa do barracão da Coopernorte

Fonte: A pesquisa (2015)

Situada na Rodovia PR 317, em Maringá-PR, a Coopernorte instituiu um sistema democrático em relação às tomadas de decisões pertinentes ao funcionamento da mesma. Na emergência de situações que demandam atenção geral dos cooperados, todos se reúnem para realizar reuniões e/ou votações sob a supervisão de dois fiscais nomeados por eles. Além disso, apesar da existência de um presidente e de um conselho responsável por questões administrativas, todos trabalham e executam as mesmas tarefas operacionais diariamente, obedecendo ao princípio da autogestão, não envolvendo, portanto, qualquer hierarquia ou divisão de trabalho alheia às atividades de separação dos resíduos sólidos. Esse modelo é compartilhado pelas quatro cooperativas investigadas neste trabalho.

Apesar da organização e da disposição que demonstram em relação ao seu trabalho, não escondem as indignações sentidas em momentos de negociações com a atual administração pública maringaense por meio do Fórum Lixo e Cidadania: “Te falá uma coisa, até desanima de ir em reunião, falá a verdade. Ó, tem dia que eu chego onze hora, meia noite em casa. Pra que? Pra ir em reunião, chega lá só escuta conversa fiada.” (Presidente da Coopernorte).

“Nem sempre tem um resultado, não é hoje que eu to indo em reunião não, direto eu vô em reunião. Praticamente todas as cooperativa desanima com essas reunião. Chega lá fala assim, 100 real por tonelada mesma coisa de nada, mesma coisa de nada 100 real por tonelada...” (Cooperado da Coopernorte, 2015)

Ainda que a quantidade inicial de cooperados tenha sido alta na época de sua fundação, atualmente, apenas seis pessoas fazem parte do corpo de membros da Coopernorte. Segundo o presidente da cooperativa, as pessoas foram “desanimando” por conta dos baixos rendimentos e pela visualização de novas oportunidades de emprego e renda. Mesmo assim, observa-se o envolvimento entre os cooperados e o entrosamento com a cooperativa, que sentem ser deles.

Observando as fotos 4 e 5, nota-se a estrutura em que a cooperativa está instalada. As referidas fotos mostram o barracão utilizado para acondicionamento das prensas e armazenamento de materiais recicláveis já prensados, pois os materiais ainda não separados e processados pelas prensas, ficam acumulados do lado de fora do barracão em um espaço coberto (foto 4). Quando há muita quantidade de materiais, e não há espaço suficiente para acomodá-los, os mesmos ficam expostos ao tempo, como ilustra a foto 4, o que contribui com a proliferação de odores e doenças como a dengue.

Foto 6:



Interior do barracão da Coopernorte
Fonte: A pesquisa (2015)

4.1.4 COOPERPALMEIRAS

De acordo com relatos de seus cooperados atuais, a Cooperpalmeiras foi inaugurada em 2005 como fruto dos esforços de trabalhadores atuantes do ramo dos materiais recicláveis. Essa cooperativa, contudo, não possui vínculo com as atividades desenvolvi-

das no lixão, desocupado em 2001, nem com seus trabalhadores, pois seus membros fundadores recolhiam matérias recicláveis pelos bairros da cidade de Maringá com carrinhos e carroças: “Começou com um carrinho de mão, pessoal carrinho de mão, esses carrinho da prefeitura e carroceiro. Foram eles que fundaram a cooperpalmeiras. Isso já tem uns 10 anos já... (Presidente da Cooperpalmeiras, 2015)

Foto 7:



Dependências da Cooperpalmeiras
Fonte: A pesquisa (2015)

Inicialmente, a Cooperpalmeiras esteve localizada na Avenida das Palmeiras, na região norte de Maringá, daí o nome que leva até os dias de hoje. Porém, devido ao alto custo do aluguel do barracão em que estavam instalados, viram a necessidade de se mudar para um bairro mais afastado do centro da cidade, cujas despesas seriam menos onerosas. A cooperativa então se mudou para o Jardim Diamante, bairro próximo ao contorno norte de Maringá. Ali a cooperativa permaneceu por três anos até ser realocados, por intermédio da prefeitura, para um espaço denominado pelos cooperados como “fundo de vale”, localizado no Km 317, próximo ao Centro de Controle de Zoonoses. Esse território atualmente é compartilhado pela Cooperpalmeiras, Coopermaringá e Coopernorte.

“(...) aqui tem um espaço de graça, a gente não paga água, não paga luz, vai pagar água e luz de umas prensona dessa aí rodando aí direto né, pagar aluguel... ó, tão reformando tudo ali cê vai vê depois... Então a coisa tá melhorando, entendeu? Ó nós, como diz, o povo ta reclamando que tá meio difícil né, então se ficar reclamando muito vai ficar mais difícil ainda entendeu? Nós

dá graças a deus que... não tem muito que reclamá não, porque se reclamá adiantasse alguma coisa, todos os brasileiro tava sossegado.” (Cooperado da Cooperpalmeiras, 2015)

Cada uma possui instalações separadas e opera de forma individual. Nenhuma das cooperativas localizadas nesse terreno precisa pagar aluguel, já que a prefeitura tem contribuído com essa despesa. Além disso, a prefeitura mantém o serviço de coleta com caminhões, o que, segundo os cooperados, é de grande ajuda para o desenvolvimento de seu trabalho.

Foto 8:



Cooperpalmeiras
Fonte: A pesquisa (2015)

As fotos 6 e 7 apresentam a estrutura da Cooperpalmeiras. Seus cooperados dividem esse ambiente constituído por três tendas próximas umas das outras. À exemplo da Coopernorte, os espaços cobertos são utilizados para acomodar as máquinas, carrinhos de coleta e parte do lixo reciclável coletado. Da mesma forma, em épocas de coletas muito volumosas, esses materiais acabam sendo despejados em um espaço próximo, sem cobertura.

4.2 AS COOPERATIVAS NO GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT (JOSE CLAUDIO)

Durante a gestão de José Cláudio (PT), notava-se o alinhamento ideológico entre o governo municipal, a Universidade Estadual de Maringá e a UNITRABALHO. O então prefeito, formado em Direito pela referida instituição, teve longa história voltada à militância política e estudantil. Foi presidente da União Maringaense dos Estudantes Secundaristas (UMES) e da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES). Sua convivência com professores e lideranças estudantis da UEM teve forte influência por sua escolha pela legenda petista. A UEM sempre contou com docentes envolvidos em projetos sociais e de extensão, tal qual acontece com a UNITRABALHO, que goza da participação de professores e alunos vinculados aos departamentos de Economia, Ciências Contábeis, Administração, Ciências Sociais, História, Psicologia.

Dessa forma, o ex-prefeito adotou um posicionamento voltado à valorização do trabalho dos catadores de materiais recicláveis e da instituição de cooperativas de coleta e reciclagem. Em 2001, no início do mandato de José Cláudio, o Ministério Público, por meio de um decreto que solicitava o fechamento dos lixões municipais, exigindo medidas inclusivas para com os trabalhadores ali presentes, pressionou os líderes políticos à tomarem decisões quanto a situação dos lixões e dos indivíduos ali presentes. Dessa forma, por vontade ideológica, e também por constrangimentos legais, o governo de Maringá organizou, juntamente à UEM e à UNITRABALHO, projetos de inclusão social e econômica dos trabalhadores do lixão, originando as cooperativas de trabalho (MEMBRO DA UNITRABALHO 1, 2015; MEMBRO DA UNITRABALHO 2, 2015).

Nesse sentido, no que concerne a atuação da administração pública de Maringá, no ano de 2001, na época, recém assumida pelo Partido dos Trabalhadores, foi observado que a mesma já se organizava há algum tempo, com auxílio do Instituto Ambiental do Paraná, para promover no mesmo ano a desocupação do lixão municipal. Cientes das questões ambientais, sociais e fiscais decorrentes das atividades desenvolvidas no lixão, a UNITRABALHO, em parceria com a UEM, propôs à Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Maringá, propostas no intuito de convencer os catadores do lixão a se organizarem em cooperativas de reciclagem, ao passo que seria disponibilizado aos mesmos, apoio administrativo e legal para que os catadores pudessem alcançar viabilidade econômica e social, como dispõe os preceitos da Economia Solidária (MEMBRO DA UNITRABALHO 1, 2015; MEMBRO DA UNITRABALHO 2, 2015).

De acordo com Tenório (2002), Mazzei (2006) e Borges (2004), devido ao processo de colonização do município de Maringá, que se deu em função de uma forte especulação imobiliária e vigorosa venda de lotes pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, para atender à demanda dos plantios de café, deu-se início a um fenômeno de seleção natural da população recém chegada à região, em que, os indivíduos que não puderam se apropriar dos lotes disponíveis para venda, deslocaram-se para as regiões periféricas de Maringá, loteadas, em parte, pelas mesmas empresas, originando assim os municípios de Sarandi e Paiçandu.

Essa situação, contudo, vai ao encontro das alternativas de renda da população marginalizada, já que, sem condições de desenvolver sua agricultura e de se estabelecer na cidade de Maringá, por meio de uma ocupação formal, recorrem a busca por meios de subsistência precários, entre os quais o lixão, conforme conta o presidente da Cooper-norte: “É, que eu vim do lixão, quando o outro prefeito trouxe nós para cá, e abriu aqui” (Presidente da Coopernorte, 2015). “(...) tinha tudo, vinha tudo, até cachorro morto. Mas só que como não ligava, porque nós trabalhava no lixão, nós veio do lixão, nós trabalhava mesmo...” (PRESIDENTE DA COOPERNORTE, 2015).

Nesse sentido, há o entendimento que a desocupação do lixão da cidade de Maringá, iniciada em meados de 2001, por iniciativa do então prefeito José Cláudio, buscou sanar uma situação social que vinha se desenvolvendo na região desde os primeiros anos de sua colonização (VEREADOR 2, 2015; MAZZEI, 2006).

“Sim, nós temos é... cooperativas, na época quando o José Cláudio assumiu em 2001, nós tínhamos um lixão, que era um lixão mesmo. Foram dois anos, eles fizeram vári... levaram tempo pra fazer todo um trabalho de conscientização né..... de conscientização das... daquelas pessoas que atuavam no lixão né, tanto com assistente social como de meio ambiente pra... organizar e, orientar eles pra poder se organizar em cooperativas, então nós já tínhamos na época a Coopercicla, que foi a mais antiga é a Coopercicla que era aqui na... hoje ela tá na zona 7 mas... ela era de uma outra região que foi criada já há mais tempo, não é nem uma cooperativa, era uma associação. E depois o município seguiu esse exemplo né, e tirou esse povo do lixão e ele começou a organizar eles em cooperativas... tá. Então nós temos histórico de cooperativas aqui desde 2002, 2003, são aí 12, 13 anos de histórico de cooperativas na cidade de Maringá” (Vereador 1, 2015).

“(…) tanto do ponto de vista ambiental, quanto do ponto de vista de geração de trabalho e renda, do ponto de vista social, que você inclui essas pessoas, então não tem nem... né, eles fazem um trabalho importantíssimo pra cidade... e é um trabalho digno, tanto é que é reconhecido com profissão pelo governo federal, hoje o catador ele é profissão, ele não é nenhum demérito ser catador, agora você pode tê o catador do lixão que infelizmente isso tem que né, deixar de existir” (Vereador 1, 2015).

Os esforços despendidos para contribuir com a desocupação do lixão e, ao mesmo tempo, promover meios para emancipar os trabalhadores ali organizados, partiram, à princípio, da UNITRABALHO, de entidades como a Secretaria de Serviços Sociais Urbanos e Meio Ambiente (SEUMA), a Associação Internacional de Estudantes em Ciências Econômicas e Comerciais (AIESEC), a Fundação de Desenvolvimento Social e Cidadania de Maringá (FUNDESC) e a entidade religiosa Jovens Unidos por um Ideal (JOCUM) (MAZZEI, 2006).

“A coisa é muito simples, é importantíssimo o trabalho das cooperativas, existe uma dívida social com os cooperados, quem são esses cooperados? Em grande parte, na quase totalidade, são os ex-moradores do lixão, porque nós tínhamos antes do aterro era um lixão e as pessoas sobreviviam do lixo, então elas passavam o dia todo lá no lixão, então essas pessoas foram retiradas e eram aquelas também que andavam pela cidade com os carrinhos, as vezes até carroça de tração animal recolhendo lixo reciclável, então existe uma dívida social com essas pessoas, elas foram retiradas da rua, elas foram retiradas do lixão, mas pra que? Pra formar uma cooperativa, pra eles receber o lixo reciclável e gerar renda digna né, com dignidade, você gerar renda com o lixo trabalhando no lixão não é digno pra nenhum ser humano. Ele, numa cooperativa de recicláveis, ai ele vai com dignidade trabalhar, ele vai ajudar o meio ambiente, ele vai recolher o reciclável e ele vai sobreviver com aquilo, então isso é perfeito” (Vereador 2, 2015).

De acordo com Mazzei (2006) e membros da Unitrabalho 1 e 2, o perfil da população que exercia suas atividades profissionais no lixão, durante o período da proposta de desocupação, apresentava as seguintes características: grande parte das famílias pertenciam ao município de Paiçandu, contando com 45% trabalhadores, seguido de Sarandi, com 30% e Maringá, com 25%. A faixa etária observada variava entre 18 a 60 anos, correspondendo à 60,7% de pessoas com idade superior a 35 anos e 39,3% com idade

inferior a 25 anos. Quanto ao gênero dos trabalhadores, havia cerca de 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino. Os catadores que apresentavam escolaridade de nível fundamental incompleto correspondiam à 64,38 %, enquanto 10% se declararam analfabetos. Uma maioria, representada por 71% dos trabalhadores, tinha renda familiar entre 2 a 5 salários mínimos, enquanto 21% declararam possuir renda mensal de 1 a 2 salários mínimos. A população estudada por Mazzei (2006) apresentava também dificuldades com relação a saúde e documentação pessoal.

No início das negociações mediadas por membros da prefeitura de Maringá, foram estabelecidas relações de diálogo com os trabalhadores do lixão. Por meio de reuniões e debates com os membros da UNITRABALHO e simpatizantes da iniciativa emancipatória liderada pela referida instituição, como a Secretaria de Serviços Sociais Urbanos e Meio Ambiente (SEUMA); Fundação de Desenvolvimento Social e Cidadania de Maringá (FUNDESC), que se tornou a Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) da Prefeitura do Município de Maringá; a Associação Internacional de Estudantes em Ciências Econômicas e Comerciais (AIESEC); e da entidade vinculada À Igreja Católica, Jovens Unidos por um Ideal (JOCUM).

A UNITRABALHO, em parceria com as instituições supracitadas, trabalhou no desenvolvimento de uma relação de proximidade e incentivo à união com os trabalhadores entre si, e com as próprias instituições. Assim, após o estabelecimento de vínculos mais sólidos entre os atores, a UNITRABALHO ofereceu um curso denominado “Curso Preparatório e Introdutório sobre Cooperativismo e Associativismo de Trabalho”, o qual foi o primeiro curso com a finalidade de fomentar a formalização das cooperativas de coleta e separação de recicláveis. Dos mais de noventa trabalhadores oriundos do lixão, o curso contou com a participação de sessenta deles, e teve como principal objetivo instruir o grupo para o trabalho coletivo a partir da difusão de aspectos fundamentais sobre cooperativismo e associativismo, orientando-se pelos princípios da economia solidária e autogestão, buscando, dessa forma, consolidar uma cooperativa de trabalho de coleta e seleção de resíduos sólidos recicláveis.

Contudo, como afirmam Mazzei (2006) e membros da Unitrabalho 1 e 2 (2015), apesar de mais da metade dos trabalhadores terem se interessado em fazer o curso oferecido pela UNITRABALHO, nas dependências da UEM, nem todos aqueles que o fizeram, demonstraram disponibilidade para participar das discussões e reuniões sobre o planejamento de uma cooperativa de reciclagem, expressando alguma relutância em abandonar o lixão para investir em uma nova perspectiva profissional. Mesmo assim, a maioria dos que o fizeram, buscaram participar ativamente dos debates sobre o tema, e manifestaram

dedicação e comportamento favorável para prosseguir com as discussões e planejamentos acerca da análise dos estatutos municipais e federais necessárias para conferir embasamento legal à formação de uma cooperativa.

Posteriormente ao curso oferecido pela UNITRABALHO, o qual se ocupou da preparação profissional dos trabalhadores, fez-se necessário um enfoque na constituição da cooperativa, cuja formalização consistia no objetivo principal dos esforços despendidos pelas instituições envolvidas no processo. Para realizar essa tarefa foi preciso organizar um projeto de extensão que se deu entre os anos de 2001 e 2002, no intuito de promover assistência burocrática e acompanhamento aos trabalhadores para auxiliar na constituição da cooperativa. Como resultado desses esforços, formou-se a Coopermaringá, que foi uma das cooperativas estudadas nesta pesquisa, e mantém suas atividades até os dias de hoje, sendo reconhecida como a primeira cooperativa de trabalho de coleta e separação de lixo sólido de Maringá.

Com a abertura da Coopermaringá, muitos dos trabalhadores perceberam mudanças em suas perspectivas profissionais, porém, ainda haviam trabalhadores remanescentes do lixão que não se adequaram a nova configuração de trabalho proposta e continuaram exercendo suas atividades naquele local. Cientes dessa situação, a UNITRABALHO optou dar continuidade ao projeto de extensão e realizar um novo curso intitulado “Introdução ao Cooperativismo e Associativismo de Trabalho”, entre os meses de julho e agosto de 2002. Esse curso foi direcionado aos trabalhadores que ainda permaneceram no lixão, e obteve retrospectos favoráveis no sentido de instruir esses indivíduos a participar de uma cooperativa de trabalho. Seguindo um formato semelhante ao do primeiro curso, o segundo curso oferecido teve como objetivo iluminar os princípios cooperativistas e autogestionários, incentivando os trabalhadores a, posteriormente, formar a Coopernorte em 2003, a Coopercação em 2004 e a Cooperpalmeiras em 2005.

O projeto descrito, além de orientar os futuros cooperados profissionalmente, preocupou-se também com o desenvolvimento e consolidação da motivação e conscientização nos trabalhadores e na sociedade maringaense, para que os atores envolvidos nesses grupos viessem a adquirir noções a respeito da importância da separação e reciclagem dos resíduos sólidos, e da autogestão participativa e democrática, que são elementos necessários ao funcionamento de uma cooperativa de trabalho. Dessa forma, a partir da formação educacional da comunidade no intuito de recolher os materiais recicláveis para atender à coleta seletiva organizada efetuada pelos catadores, na época foi possível desenvolver as bases para um serviço de coleta seletiva em Maringá.

Para a formação da Coopermaringá, a prefeitura, sob o comando do então prefeito José Cláudio (PT), alugou um barracão provisório, que logo foi substituído por outro maior devido a sua capacidade para acolher também a Coocarema⁵. Para organizar as atividades de ambas as cooperativas, o barracão foi dividido para separá-las fisicamente dentro do mesmo ambiente, como ocorre atualmente com o espaço próximo ao Centro de Controle de Zoonoses, destinado a Coopernorte, a Coopermaringá e a Cooperpalmeiras. No início das atividades, a prefeitura disponibilizou uma máquina para prensar os materiais coletados, caminhões para a coleta, bem como funcionários para auxiliar no recolhimento e transporte dos resíduos pela cidade, para que os cooperados ficassem responsáveis apenas pela separação e venda dos materiais. Além desses benefícios, a prefeitura ainda oferecia cestas básicas, alimentos e auxílios gerais com manutenção.

Ao passo em que a UNITRABALHO desenvolvia projetos de inclusão e incentivo ao trabalho cooperativista em meio à comunidade de trabalhadores recém-saídos do lixão, eram também oferecidos novos cursos de formação de cooperativas, autogestão, e de gerenciamento e administração com ênfase em controles financeiros e de custos. Durante o processo de construção do trabalho cooperativista, a UNITRABALHO ofereceu também cursos de alfabetização, ministrados pelas acadêmicas do curso de letras da UEM. Mesmo assim, poucos cooperados demonstraram interesse nos mesmos, já que a maioria priorizava o trabalho operacional, em detrimento da educação. Além do suporte profissionalizante, a UNITRABALHO também passou a oferecer apoio administrativo e contábil, com consultorias periódicas e visitas às cooperativas, para elucidar possíveis dúvidas e acompanhar o andamento das atividades. A rotina que envolve o acompanhamento das cooperativas é realizada até hoje, por meio de visitas de técnicos da UNITRABALHO e de estagiários que desenvolvem projetos de pesquisa e extensão nesses empreendimentos. Destaca-se a participação de professores, professoras e alunos da UEM, de diferentes departamentos nesse processo.

Apesar da resistência inicial dos cooperados às mudanças advindas do processo cooperativista, como rotinas administrativas, tomadas de decisões e organização de suas atividades em conjunto, em virtude dos cursos disponibilizados, alguns cooperados pas-

⁵ A Cooperativa de Catadores de Lixo Reciclável de Maringá (Cocarema), formada a partir da iniciativa de desocupação do lixão municipal, no ano de 2001, e localizada na rodovia PR 317, nº 1003- saída para Campo Mourão, atualmente não se encontra vinculada à UNITRABALHO. À exemplo da Coopermaringá, a Cocarema é uma das cooperativas mais antigas da cidade de Maringá. (MAZZEI, 2006).

saram a se envolver cada vez mais com a participação administrativa. Membros da Unitrabalho 1 e 2 (2015) apontam a importância do valor agregado aos indivíduos por meio dos cursos, e a inserção social proporcionada pela UNITRABALHO/UEM, e pelo poder público municipal da época. A oportunidade de participar de um projeto dessa magnitude foi apontada por Mazzei (2006), e por Membros da Unitrabalho 1 e 2 (2015), como um grande benefício aos trabalhadores.

Com a gradual intensificação das relações dos cooperados com seu trabalho em um ambiente auto gestor, em pouco tempo eles passaram a decidir quais rotinas seriam favoráveis ou desfavoráveis para o desenvolvimento de suas atividades, como ocorreu com a coleta de materiais, isto é, por decisão dos próprios cooperados a coleta passou a ser realizada por eles, e não mais pelos funcionários da prefeitura. Essa reivindicação teve origem nas reclamações envolvendo os funcionários públicos, que, na opinião dos cooperados, acabavam retendo os materiais de maior valor, repassando apenas os mais baratos aos cooperados. Houve também iniciativas de conscientização das populações dos bairros cuja coleta era realizada, as quais foram executadas pelos cooperados por meio da distribuição de panfletos cedidos pela prefeitura, que discriminavam quais seriam os dias de coleta, incentivavam os moradores a separar o lixo e demonstravam a importância da reciclagem.

Com o tempo, as cooperativas foram se organizando de forma mais eficiente, com melhorias nas rotinas de trabalho, novas máquinas e novos cooperados. Os trabalhadores passaram a se estruturar melhor entre si, valorizando as relações sociais, o que trouxe uma ressignificação de seu trabalho perante a sociedade, que não mais os via como catadores do lixo, mas como trabalhadores com objetivos em comum e uma cooperativa para zelar. (MEMBROS DA UNITRABALHO 1 E 2, 2015). Tais mudanças, trouxeram um aumento da autoestima dos cooperados que começaram a sentir-se parte da cooperativa e a se valorizar como seres humanos e sociais (MAZZEI, 2006).

As cooperativas criadas deram continuidade as suas operações normais até o ano de 2005, até que houve uma mudança partidária na administração pública maringense nesse mesmo ano. Esse fato se deu pela saída do Partido dos Trabalhadores (PT) e o ingresso do Partido Progressista (PP) na prefeitura da cidade, acompanhado por conflitos com as cooperativas de reciclagem locais, uma vez que o projeto de criação e manutenção das mesmas foi visto como proposta do partido político anterior, PT, o que fez com que o PP optasse por não se manifestar em favor das cooperativas, deixando-as sem o apoio que necessitavam, e que até então estavam recebendo.

“(...) o José Cláudio deu ajuda para nós. Aí trouxe nós para cá. Mas pouco também, caminhão era... já era desses daí mesmo. Não, naquele tempo era o lixo que eles traziam aqui, nós passava o lixo bruto. Mas naquele tempo nós era em noventa pessoa, só que também vinha quize, dezesseis caminhão. Mas só que era mais sofrido né.” (Cooperado da Coopernorte, 2015).

4.2.1 ATERRO MUNICIPAL (LIXÃO)

Durante a gestão de José Cláudio, os cooperados obtiveram apoio das referidas entidades para formar cooperativas e trabalhar coletando e separando resíduos recicláveis. A prefeitura evidenciava a importância das cooperativas para a resolução das questões referentes ao acúmulo de lixo em Maringá, e a inclusão das mesmas na agenda pública dava os primeiros passos. Porém, apesar do apoio da administração pública municipal, quando ocorreu a mudança de partido político na cidade, os incentivos foram cortados instantaneamente (MEMBRO DA UNITRABALHO 1, 2015).

Após o início das negociações para o fechamento do lixão municipal em 2001, o processo de realocação e incentivo dos trabalhadores, ali instalados para a formalização de cooperativas de reciclagem, encontrou problemas relacionados à coleta seletiva, à separação e destinação do lixo reciclável e aos espaços para comportar o lixo acumulado. Na época, a prefeitura de Maringá optou por investir na conscientização de alunos de escolas municipais e de moradores da cidade para separar seu próprio lixo, facilitando o trabalho dos coletores, que destinavam os materiais recolhidos às cooperativas (Membro da Unitrabalho 2, 2015).

Assim, as cooperativas foram orientadas a participar do processo de coleta de lixo no município. Inicialmente, o projeto foi executado apenas em alguns bairros da cidade, e depois se estendeu para outras porções da cidade, originando uma setorização cuja responsabilidade pela coleta era atribuída a cada cooperativa (Membro da Unitrabalho 2, 2015). Houve uma divisão da cidade por cooperativa.

Na realidade o município, desde 2005, o município foi condenado com transito em julgado numa ação pelo MP do meio ambiente, onde ele tinha que fazê uma serie de ações, ele tinha que recuperar o aterro municipal, porque esse aterro que eu falei é o da pedra, o município tem o antigo aterro lá que ele tinha que recuperar, ele tinha que fazer a coleta do reciclável, tinha que investir na coleta convencional, tinha que fazer a compostagem, e nada disso foi cumprido desde 2005, então a coisa vem há muito tempo (Vereador 2, 2015).

Nos dias de hoje, Maringá conta com um aterro formalizado em parceria com a Constroeste (Vereador 2, 2015), que é uma empresa de terraplanagem e pavimentação. A

empresa citada fornece um espaço para destinação dos resíduos produzidos no município. O lixo sólido produzido na cidade está sendo encaminhado para as cooperativas, e os resíduos orgânicos e aqueles não recicláveis são enviados para o aterro. Porém, de acordo com os dois vereadores entrevistados, a prefeitura está deixando de investir na compostagem desses resíduos, acentuando ainda mais a questão ecológica que se desenvolve a partir do problema da destinação do lixo em Maringá: “(...) o lixo ele tá sendo coletado todo pela prefeitura mesmo, aí o lixo comum, o lixo reciclável, ou seja, 100% do lixo orgânico, que poderia ir pra compostagem, está sendo jogado no aterro que é a pedreira...” (Vereador 2, 2015).

“Hoje eles pagam oitenta e oito reais por tonelada... pro caminhão passá na frente da tua casa, pegá teu lixo e jogá no aterro. Hoje o resíduo que não vai pra lá... fica com as cooperativas, o município deixa de gastar quanto? Oitenta e oito reais, porque não passa no mínimo isso aqui pros... cê entendeu? Então é essa... é essa a discussão que tem que sê feita. Hoje pro cê mantê um aterro custa dez milhões de reais... se você fizer derrepente, por isso que é... é viável que você... subsidie as cooperativas até mais do que esses oitenta e oito, porque cê vai deixa de ter um... uma manutenção de um aterro né” (Vereador 1, 2015).

“Então o município manda lá pro aterro e paga por isso oitenta e oito reais por tonelada, então todo o lixo da cidade é entregue na pedreira, ele é aterrado ao custo de oitenta e oito reais à tonelada, então o que nós estamos fazendo, nós estamos pagando pra enterrá lixo reciclável, tamos contaminando o meio ambiente e deixando de gerar renda pras cooperativas de reciclagem, que é quem tem que fazê a coleta” (Vereador 2, 2015).

De acordo com os relatos dos vereadores, a partir da a transição entre os governos de José Cláudio (PT) e Silvio Barros (PP), as cooperativas passaram a ter menor apoio, refletindo sua condição atualmente, em que lutam para ter maior representatividade em meio as discussões sobre a gestão de resíduos sólidos em Maringá. Nota-se a falta de interesse em consolidar projetos de reaproveitamento do lixo como um todo na cidade, representada pela constituição de um aterro em parceira com uma empresa privada, onde o lixo que não é encaminhado para as cooperativas, ou que os cooperados não conseguem coletar, é enviado para a pedreira, resultando em seu aterramento e não aproveitamento.

4.3 AS COOPERATIVAS NO GOVERNO DO PARTIDO PROGRESSISTA - PP (SILVIO BARROS E CARLOS ROBERTO PUPIN – PP)

A primeira ação realizada pela prefeitura, então sob responsabilidade do PP, foi interromper a manutenção dos caminhões emprestados às cooperativas. Essa medida se justifica devido compreensão por parte do PP, de que o apoio concedido às cooperativas

pelo PT, consolidou-se como uma proposta exclusiva deste partido. Dessa forma o novo partido, em um ato de rompimento com as políticas estabelecidas na gestão passada, buscou distanciamento dos projetos encabeçados pelo PT (MEMBRO DA UNITRABALHO 1, 2015; MEMBRO DA UNITRABALHO 2, 2015; PRESIDENTE DA COOPERMARINGÁ, 2015).

Esses veículos, que pertenciam à prefeitura, eram usados para a coleta dos materiais recicláveis, e com eles era possível coletar toneladas de resíduos de uma só vez, o que apenas com os carrinhos de carga empurrados pelos trabalhadores era impraticável. A falta de manutenção dos caminhões gerou ociosidade entre os cooperados, já que os veículos eram antigos e estavam muito desgastados devido ao tempo em que estavam operando, enguiçando frequentemente. Essa situação se prolongou até o final do ano de 2005, em que os trabalhadores ficaram completamente sem veículos em situação de funcionamento para as coletas, resultando em períodos com rendimentos muito inferiores ou nenhuma renda aos cooperados. Nesse momento, os trabalhadores passaram a visualizar oportunidades diferentes de trabalho, principalmente na construção civil e em linhas de produção de fábricas de Maringá e região. Como afirma o presidente da coopernorte (2015), essa cooperativa contava com mais de noventa cooperados, e atualmente, não conta com mais de dez.

“Pra você ter ideia, tem uma no centro que chama Coopercicla, ela recebia o dinheiro do aluguel, era lá na avenida Guaíra, na primeira semana que o Silvio Barros assumiu, ele não pagou o aluguel dela no primeiro mês, aí cê imagina a situação que ela ficou, a prefeitura pagava o aluguel e no primeiro mês ele já cortou...” (Membro da Unitrabalho 1, 2015)

Para o presidente da Coopernorte (2015), a insatisfação dos cooperados e o constante sentimento de desvalorização de seu trabalho contribuiu para a saída de membros das cooperativas, reduzindo o número de trabalhadores e, com isso, sua capacidade produtiva. Outros, sem opção, muitas vezes devido à idade avançada, resolveram permanecer trabalhando.

“É porque é pela minha idade, não adianta falá que eu vô arrumá serviço em firma, porque não arruma... Então por isso que eu já fui pro lixão, porque eu tava com 39 ano... quando eu fui em firma aí a firma falô ‘*não, o senhor tá bem maduro, não pega por causa da idade*’ Então... A boca não para né” (Presidente da Coopernorte, 2015).

Na época da mudança partidária, a nova administração pública municipal optou por não incluir as cooperativas no planejamento de saneamento básico, mas privatizar o

sistema de coleta e tratamento de lixo reciclável na cidade. O sentimento de desinteresse pela causa cooperativista demonstrado pela prefeitura no passado, e a percepção de que as cooperativas representam um incômodo à atual administração ainda é percebido pelos cooperados atualmente, como aponta um cooperado da Cooperpalmeiras: “Privatizar e acabar a dor de cabeça né...” (Cooperado da Cooperpalmeiras, 2015).

“ (...) tipo assim, a prefeitura ajuda, mas cê sabe que lá no fundo, no fundo memo do negócio, a prefeitura não que muito sabe de tê dor de cabeça, né... É que tem muita gente forte no meio que... entendeu? A gente fala da prefeitura assim, mas eles, eles, eu creio assim, eu penso, no meu entendimento que a vontade deles memo é... tirar essa dor de cabeça das costa deles né, mas... a coleta seletiva, o reciclável não pode acabar de jeito nenhum...” (Cooperado da Cooperpalmeiras, 2015).

Ainda no final do ano de 2005, a prefeitura interrompeu o pagamento do aluguel do barracão usado pela Coopermaringá, de forma a efetuar a mudança da referida cooperativa para o mesmo lugar onde funcionava a usina de reciclagem de lixo da cidade, próximo ao Centro de Controle de Zoonoses, em uma das saídas da cidade, impossibilitando o acesso dos cooperados aos bairros em que estavam acostumados a coletar materiais. Ali, a Coopermaringá passou a dividir o mesmo espaço com outras duas cooperativas atuantes do mesmo ramo, a Coopernorte e Cooperpalmeiras.

Com isso, a coleta seletiva efetuada pela prefeitura passou a ser feita de forma generalizada, ignorando as particularidades operacionais de cada cooperativa. Mesmo assim, a coleta se mostrava insuficiente para manter as três cooperativas no mesmo ambiente, que nesse momento decidiram por dividir o material coletado entre si.

Em meio a essa situação, a UNITRABALHO, em parceria com o Banco do Brasil e entidades maringenses, como a Igreja Católica, por exemplo, desenvolveu projetos para adquirir recursos para a compra de um caminhão, de computadores e de maquinários para as cooperativas. A partir desse projeto, e por meio de uma parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a UNITRABALHO realizou mais uma ação, dessa vez em parceria com a Petrobrás, e conseguiu recursos para a compra de mais dois caminhões para as cooperativas. Desde então, a coleta tem sido feita com os próprios caminhões das cooperativas (Mazzei, 2006).

Em Dezembro de 2005, o município de Maringá, sob comando político do então prefeito Silvio Barros, filiado ao Partido Progressista (PP), assinou o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Instituto Ambiental do Paraná, visando a adequação dos mecanismos de coleta e tratamento de resíduos sólidos na cidade, de

acordo com as condições mínimas necessárias que compreendem a operacionalização de novos espaços para destinação final dos resíduos e o estabelecimento de uma solução definitiva para disposição dos resíduos gerados pela municipalidade (PROCURADOR DO TRABALHO, 2015; MARINGÁ, 2015).

Nesses termos, o município deveria apresentar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos (PGRSU), contemplando projetos de reciclagem e compostagem dos resíduos, evitando a destinação destes materiais a área do lixão. Para tanto, a prefeitura deveria obedecer ao seguinte cronograma: apresentar, por meio de projeto de lei, nova proposta visando a regulamentação de ações dos grandes geradores (hotéis, restaurantes, centros comerciais, escolas, universidades e supermercados), exigindo os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, no intuito de subsidiar programas de reciclagem e compostagem. O próximo passo seria organizar fóruns locais com vistas a elaboração e implementação objetivando a otimização da reciclagem. E, por fim, o município deveria desenvolver campanhas midiáticas visando a implantação dos programas de reciclagem, de compostagem e de entrega voluntária de resíduos em Pontos de Entrega Voluntária (PEVS) (PROCURADOR DO TRABALHO, 2015; MARINGÁ, 2015).

Para atender as referidas demandas, em junho de 2007, o prefeito Silvio Barros deu início as negociações com a empresas que trabalham com o tratamento de resíduos sólidos urbanos e integravam na época, o consórcio de tecnologia Biopuster, que seria utilizada no aterro de Maringá (PROCURADOR DO TRABALHO, 2015; MARINGÁ, 2015).

Em 2008, a prefeitura apresenta o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos (PGRSU), em que aponta a necessidade da implantação de tecnologias de tratamento dos resíduos na cidade. A empresa escolhida deveria obedecer as condições solicitadas pelo Instituto Ambiental do Paraná, as quais concentravam-se na recuperação do aterro municipal em um prazo não superior a dez anos, e a tecnologia utilizada deveria apresentar um elevado índice de aproveitamento dos materiais recicláveis, com a geração de composto orgânico (compostagem) (PROCURADOR DO TRABALHO, 2015; MARINGÁ, 2015).

Em Agosto de 2010, a empresa Foxx Soluções Ambientais manifestou interesse em realizar os estudos necessários para a constituição da Parceria Público Privada (PPP) para tratamento e destinação final de resíduos sólidos. A referida empresa efetua a entrega do projeto básico de tratamento e destinação dos resíduos em Fevereiro de 2011, a ser implantado no lote 32 da Gleba Ribeirão Pinguim. Em Abril de 2011, a prefeitura efetua

a análise do projeto e escolhe a empresa Foxx Soluções Ambientais para executar o plano proposto, convocando em seguida a população e entidades representativas dos diversos seguimentos da comunidade de Maringá, para uma Audiência Pública com o intuito de apresentar o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), já constando a determinação pela PPP (PROCURADOR DO TRABALHO, 2015; MARINGÁ, 2015).

Em Novembro de 2011, uma ação do Ministério Público apontou irregularidades na convocação da audiência pública. Naquele momento, o juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Maringá concede liminar suspendendo a realização da audiência pública para a apresentação do Plano de Saneamento Básico do Município de Maringá. Mesmo assim, em Fevereiro de 2012, a Câmara Municipal de Maringá aprova o projeto que contempla a Parceria Público Privada e conseqüentemente a execução da incineração pelo método Biopuster. Contudo, no mês de Março, um ato de rua organizado pelo Fórum Lixo e Cidadania demonstra repúdio à incineração e à PPP. Tal protesto, contou com a participação de cooperados e trabalhadores envolvidos com a coleta e reciclagem de resíduos sólidos das cidades de Maringá, Paiçandu e Sarandi (PROCURADOR DO TRABALHO, 2015; MARINGÁ, 2015).

A principal reivindicação dos cooperados, trabalhadores e demais cidadãos e entidades envolvidas no protesto, fazia menção a participação das cooperativas de reciclagem no tratamento e destinação do lixo, as quais não tinham sido, até aquele momento, contempladas no Plano Municipal de Resíduos Sólidos, além da indignação por conta dos altos gastos de recursos públicos que seriam despendidos durante a execução da PPP (PROCURADOR DO TRABALHO, 2015; MARINGÁ, 2015).

Neste cenário, representantes da Câmara Municipal, membros da sociedade civil, cooperados e simpatizantes do movimento contra a PPP, uniram-se e passaram a discutir em audiências mediadas pelo Fórum, alternativas ao contexto que estava se desenvolvendo na cidade. As audiências utilizavam o nome: “Por uma Maringá sem incineração de lixo”, e buscavam exercer pressões sobre as decisões tomadas pela prefeitura do município (PROCURADOR DO TRABALHO, 2015; MARINGÁ, 2015).

Em junho de 2012, as ações do Fórum, através das reuniões e audiências públicas, resultaram na aprovação da Lei Ordinária nº 9241/2012, que dispõe sobre a criação do programa de coleta seletiva com inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis, atentando-se ao sistema de logística reversa (PROCURADOR DO TRABALHO, 2015; MARINGÁ, 2015).

Assim, em fevereiro de 2014, a prefeitura de Maringá, já sob comando de Carlos Roberto Pupin, também vinculado ao Partido Progressista, assina um termo de cooperação mútua com o Instituto Lixo e Cidadania e a organização de catadores de materiais recicláveis Cataparaná, para fins de realizar um programa de inclusão e responsabilidade pós-consumo de embalagens (PROCURADOR DO TRABALHO, 2015; MARINGÁ, 2015).

Após os fatos ocorridos entre 2005 e 2014, a prefeitura ainda empreendeu novos esforços na consolidação da PPP e sua eventual execução na cidade. Porém, o Fórum Lixo e Cidadania, em parceria com membros da Câmara Municipal, cooperados e lideranças vinculadas às cooperativas de reciclagem, têm constrangido a parceria público privada, apresentando argumentos sobre irregularidades orçamentárias na constituição da mesma, bem como a omissão de qualquer tentativa de inclusão econômica e social das cooperativas e trabalhadores do ramo da reciclagem em Maringá (PROCURADOR DO TRABALHO, 2015; MARINGÁ, 2015).

Mesmo com o fôlego trazido pelos projetos conduzidos pela UNITRABALHO, a falta de apoio por parte da prefeitura municipal se traduziu em coletas periódicas interrompidas, desorientação e falta de estímulo à população em relação à coleta seletiva, causando desinteresse pela separação do lixo doméstico, e conseqüentemente uma regressão dos esforços despendidos pelas cooperativas, pela UNITRABALHO e sociedade civil maringaense. Atualmente, a prefeitura tem aberto espaços de diálogo entre os cooperados e entidades da cidade, mas para contar a história do cooperativismo na cidade, e perceber como se constroem as relações entre as cooperativas e a administração pública, faz-se necessário compreender qual o lugar das cooperativas no âmbito da construção da política municipal de resíduos sólidos urbanos de Maringá.

4.3.1 BIOPUSTER

Em 2011, no momento em que as negociações para a consolidação da Parceria Público-Privada aconteciam, as cooperativas já estavam sendo cada vez mais deslocadas da agenda governamental devido ao projeto de privatização, passando a ocupar um lugar periférico em meio às discussões sobre alternativas para o recolhimento e destinação do lixo sólido, apesar dos esforços despendidos pela gestão petista, em parceria com a Igreja Católica e, mais recentemente, pelo Fórum Lixo e Cidadania, para tentar posicioná-las

em um lugar de maior importância, buscando ressaltar o papel relevante que vinham desempenhando enquanto realizadoras de um serviço de interesse público.

Nesse sentido, a prefeitura de Maringá, durante a gestão do PP, optou por afastar a proposta cooperativista do rol de possíveis soluções para a questão do lixo na cidade, alegando a incapacidade das mesmas em atender o município como um todo. Para isso, procura investir em um projeto que inclui a iniciativa privada em um lugar de destaque na agenda pública, representado pela empresa Foxx Soluções Ambientais, a qual utilizaria uma técnica denominada *Biopuster*, que caracteriza a incineração dos resíduos coletados, eliminando-os, inclusive aqueles que poderiam ser destinados à reciclagem e à geração de renda dos indivíduos envolvidos com as cooperativas.

Nota-se, portanto, que a gestão pública da cidade buscou substituir, nesse momento, a alternativa cooperativista, por uma alternativa privada, que conseqüentemente demandaria investimentos muito maiores, além de emitir gases poluentes derivados da queima do material recolhido, e de causar a exclusão dos trabalhadores que já haviam sido resgatados de um ambiente de trabalho inóspito, representado pelo lixão municipal, e incluídos em um processo de emancipação e empoderamento econômico e social, consolidando trabalhadores responsáveis por desempenhar um serviço público, tal qual é a coleta e separação do lixo sólido para a reciclagem, de forma ecologicamente sustentável e economicamente viável (VEREADOR 1, 2015; VEREADOR 2, 2015; PROCURADOR DO TRABALHO, 2015).

A incineração do lixo urbano consiste na prática de transformação dos resíduos sólidos em gases por meio da combustão (BRASIL, 2014). Devido à necessidade de pessoal especializado para a operação dessa atividade, além dos altos custos e conseqüências ambientais, como a poluição do ar, o método tem sido questionado por especialistas, pesquisadores, moradores de Maringá e trabalhadores envolvidos com a coleta e separação de materiais recicláveis (VEREADOR 1, 2015; VEREADOR 2, 2015; BRASIL, 2014; IPEA, 2013).

“Também não pode ser a solução social mais adequada, tendo em vista que retira do ciclo correto, que é o da reciclagem, por exemplo, o material que, no caso, será incinerado, quando deveria compor a renda das catadoras e catadores de materiais recicláveis, que dependem deste trabalho para a própria sobrevivência. O material reciclável que será incinerado deveria ir para as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, com o objetivo de emancipação social e econômica das famílias que hoje vivem em situação de extrema vulnerabilidade. Neste sentido a própria PNRS, no artigo 6º, inciso VIII, que diz ‘o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania’

e no artigo 7º, inciso XII que prevê a ‘integração das catadoras e catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos’” (BRASIL, 2014)

Em Maringá, no ano de 2012, a administração do então prefeito Silvio Barros II propôs a implementação de uma usina de incineração do lixo sólido como afirma um dos vereadores entrevistados: “Porque o prefeito anterior tentou inclusive o processo de incineração do lixo, e aí houve uma mobilização da sociedade contra né, então... o problema do lixo vem há anos” (Vereador 2, 2015).

O custo do projeto foi avaliado entre R\$ 180 milhões e R\$ 200 milhões, e o propósito da usina seria incinerar 500 toneladas de lixo por dia, entretanto, o município produzia até então, apenas cerca de 300 toneladas por dia. Dessa forma, em vista da inviabilidade econômica e ambiental da proposta, a mesma foi recebida com protestos principalmente por parte dos trabalhadores das cooperativas de reciclagem da cidade, que buscaram afirmar seu lugar e a importância de seu trabalho para contribuir com a resolução dos problemas referentes à destinação do lixo sólido (Procurador do trabalho, 2015).

De acordo com as narrativas proferidas pelos cooperados entrevistados, a usina de incineração contribuiria ainda mais para a desvalorização da atividade cooperativista, porque, na visão deles, a centralização das atividades pertinentes à destinação do lixo da cidade em uma empresa privada, deslocaria as cooperativas da discussão sobre o referido problema, posicionando-as em um lugar periférico, e as destituindo de qualquer possibilidade de contribuir para a solução da questão do lixo em Maringá, pois em meados de 2006, já houveram cortes de benefícios às mesmas logo após a troca partidária que sucedeu a administração petista em Maringá. Assim, conforme as negociações para a PPP avançavam, a desvalorização das cooperativas se estabelecia como um fato concreto, representado nas palavras do Procurador do Trabalho (2015) “(...) alguns gestores públicos fazem de tudo pra não integrá-las... que até torcem pra que elas morram de inanição se possível.”

“Na época da incineração isso ficou muito claro, o projeto a usina de incineração demandaria, isso não sou eu que digo, os documentos que nós analisamos na época que diziam, demandaria assim o material reciclável pra queimar também, precisaria do material reciclável sê queimado pra usina poder funcionar no... ali no movimento necessário né... E nós dizíamos isso: “olha vocês vão inviabilizar, vai acabar as cooperativas” eles diziam: ‘*não... não...*’” (Procurador do trabalho, 2015).

Em meio à situação que se estabelecia na cidade em função da alternativa apresentada pela prefeitura, que acarretou na intensificação do sentimento de inviabilidade das cooperativas, nota-se a prática de desmantelamento das mesmas, alinhada ao interesse na privatização do processo de destinação do lixo sólido. Nesse cenário, o Fórum Lixo e Cidadania, encabeçado pelo procurador do trabalho, demonstrou preocupações a esse respeito, consolidando reuniões mensais na Câmara Municipal para tratar desse assunto. Participavam das reuniões: vereadores alinhados à proposta cooperativista, membros da UNITRABALHO, membros da sociedade civil, bem como cooperados e representantes de cooperativas de Maringá.

Ali eram discutidos temas voltados à não inclusão das cooperativas no processo de escolha de um novo modelo de tratamento e destinação do lixo urbano, e a não consideração da mão de obra dos cooperados em parceria com a proposta da *Biopuster*. O Fórum, portanto, constituiu um espaço para colocar a fala dos cooperados em evidência, e contribuir para a ocupação de um lugar de maior importância perante a gestão de resíduos sólidos urbanos na cidade.

4.4 FÓRUM LIXO E CIDADANIA

O Fórum Lixo e Cidadania, criado a partir de esforços de membros do Instituto Lixo e Cidadania de Curitiba-PR, e liderado pelo Procurador do Trabalho de Maringá, com o objetivo de apoiar e abrir espaços de diálogo com membros das cooperativas de Maringá e região, além de membros da sociedade civil, vereadores e entidades como a Igreja Católica e a UNITRABALHO, tem procurado questionar a atual configuração das propostas de gerenciamento de resíduos sólidos, perante a formulação da agenda pública maringaense no que tange as questões socioambientais, a partir da compreensão de que os as cooperativas de reciclagem passaram a ser deslocadas para um lugar de menor destaque em meio as discussões sobre o gerenciamento de resíduos sólidos de Maringá, em privilégio de uma proposta de natureza privatizadora. “(...) o Fórum é a construção de diálogos em temas e períodos diferentes, na época da incineração, e PPP foi de extrema importância...” (Ata do Fórum de 13/04/2015).

Nesse sentido, membros da sociedade civil e entidades como a Igreja Católica e a UNITRABALHO, contribuíram para evitar a instalação da usina de incineração (*Biopuster*) e lutaram pelo embargo da Parceria Público-Privada, que se mostrou como uma alternativa inviável economicamente e excludente socialmente.

“Olha, o fórum tá... conseguiu bastante conquista né. Primeiro foi a luta contra algumas tecnologias que o município queria implementar aqui né, e que felizmente ele acabou se organizando pra evitar. Foi a incineração em 2012, né o fórum fez um estudo do impacto tanto pra saúde humana como também ambiental, não seria bom pra cidade de Maringá, se colocou contrário, nós... eu como vereador também, se organizamos, várias entidades, conseguimos mobilizar a igreja católica, outras igrejas, e houve uma grande mobilização mas o fórum sempre teve à frente dessa luta, e conseguimos segurar, proibir, se fizesse uma lei proibindo a instalação de usina de recicl... uma usina de incineração na cidade” (Vereador 1, 2015).

Conforme discurso expresso pelo procurador do trabalho, o processo de incineração, nos termos da legislação vigente, deve ser acompanhado por medidas sociais e políticas públicas voltadas à educação ambiental, à separação de resíduos sólidos e ao incentivo à reciclagem, o que não foi providenciado na época e nem tem sido alvo de atenção por parte da administração pública de Maringá atualmente.

No que diz respeito ao gerenciamento de resíduos, a educação ambiental faz parte das obrigações básicas constantes na Política Nacional de Resíduos Sólidos. Outrossim, conforme relatado pela empresa que seria responsável pela prestação dos serviços de incineração, caso fosse contratada, o volume de resíduos sólidos necessário para funcionamento da unidade seria maior do que o total produzido pelo município, incluindo a queima também de todo o material reciclável, o que representaria um prejuízo à sociedade como um todo e principalmente aos trabalhadores envolvidos com as cooperativas de reciclagem da cidade.

“E eu acho que assim, o ápice da história do fórum foi a mobilização em torno da proposta de uma usina de incineração que houve aqui em Maringá, que... foi graças a essa mobilização do fórum, lógico, com outras entidades que depois acabaram se somando e... que nós conseguimos barrar essa proposta que era uma proposta assim totalmente descabida né, do ponto de vista da gestão de resíduos...” (Procurador do trabalho, 2015).

É importante marcar a presença do Fórum, enquanto instituição que propiciou a organização de um movimento pró constituição de uma nova política de gerenciamento de resíduos sólidos, concebendo a iniciativa de incluir as cooperativas no processo de coleta e destinação de materiais recicláveis, inclusive, defendendo a ideia de remunerá-las por seus serviços à comunidade.

A mobilização conduzida pelo Fórum, portanto, representa os esforços de uma oposição que se coloca a favor das cooperativas de reciclagem, propondo a priorização

das soluções oferecidas pelas mesmas em face aos problemas decorrentes do acúmulo de lixo cada vez maior na cidade, e, contrariamente à qualquer iniciativa voltada à privatização dos serviços de coleta e destinação de resíduos, já que essa alternativa traria consequências econômicas e sociais ao município, como altos investimentos, poluição gerada pelos gases da *Biopuster* e exclusão dos trabalhadores das cooperativas.

4.4.1 PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP DO LIXO)

De acordo com os documentos analisados e diálogos mantidos com os cooperados, presidentes das cooperativas, vereadores, membros da UNITRABALHO e o procurador do Ministério Público, a história do cooperativismo e seus atritos com a prefeitura foi sendo construída. Nesse sentido, um dos tópicos que esteve mais evidente nas falas dos interlocutores foi a parceria público-privada, à qual se constituiu nos esforços da administração pública de Maringá para instaurar novas políticas de tratamento do lixo sólido na cidade, sem, contudo, considerar a reciclagem e, com isso, o trabalho das cooperativas.

A parceria público-privada, ou PPP do lixo, como ficou conhecida popularmente na cidade, começou a ser discutida publicamente no ano de 2010, período em que o então prefeito Silvio Barros II propôs a contratação de uma empresa privada para implantar tecnologias de incineração e de aterramento do lixo sólido. Para tanto, a administração pública deveria desembolsar valores, cuja totalidade superaria a quantia de um bilhão de reais (MARINGÁ, 2015; VEREADOR 1, 2015; VEREADOR 2, 2015, MEMBRO DA UNITRABALHO 1, 2015, PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2015).

Além da verba pública envolvida nesse processo, é motivo de crítica, tanto dos cooperados, quanto da sociedade civil, a falta de transparência com que a PPP estava sendo firmada, isto é, vereadores e o procurador do trabalho, através do Fórum Lixo e Cidadania, apontaram irregularidades sobre os propósitos da parceria, já que a solução visada não contemplaria a reciclagem e reaproveitamento dos materiais, apenas a incineração e o aterramento do lixo, posicionando-se, portanto, contrariamente ao que prevê o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o qual, na época do início das negociações da PPP, já se encontrava aprovado e validado nacionalmente.

Nesse contexto, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, pode ser analisado como um elemento que, aliado procurador do trabalho no papel de um empreendedor político,

constituiu uma janela de oportunidade para que as exigências do Fórum e das Cooperativas se estabelecessem na arena política maringaense, dessa vez, respaldadas por uma sanção federal.

“Nós conseguimos também né, junto, novamente digo, junto com vários outros atores aí, mais o fórum envolvido... suspender ao menos até o momento a proposta que foi apresentada de uma parceria público-privada, que ela não trazia a ideia de incineração mais, mas ela... era uma proposta de parceria público-privada que não tratava de coleta seletiva... não abrangia coleta seletiva, e ela iria remunerar a empresa ou parceiro privado contratado com base na quantidade de material coletado, independentemente de ser reciclável, de sê... ou seja, iria na contramão do que preconiza a PNRS...” (Procurador do trabalho, 2015)

No ano de 2014, diante das diretrizes previstas pela Parceria Público-Privada, e do não acolhimento da mesma por parte da sociedade civil, das cooperativas, dos vereadores e demais autoridades do município, a prefeitura propôs ao Observatório Social, ao Instituto Lixo e Cidadania e demais entidades que haviam se posicionado contra a PPP do lixo, a fazer uma contraproposta em um período de trinta dias, capaz de abranger o serviço cooperativista, a coleta seletiva, e com isso, buscar uma solução final para a questão da destinação e reciclagem de resíduos sólidos em Maringá.

Assim, visando responder à sugestão da administração municipal, entidades como a Igreja Católica e a Associação Áras Cáritas, em parceria com o Instituto Lixo e Cidadania e a sociedade civil, propuseram um plano de gerenciamento de resíduos sólidos, cujos principais temas apontados foram a renovação da frota de caminhões coletores, valorização do trabalho das cooperativas de reciclagem e a busca pela inclusão social e econômica dos cooperados, e investimentos em educação ambiental para orientar o cidadão maringaense à separar o lixo contribuindo com a coleta seletiva.

Importante notar que, tanto a Igreja Católica, quanto o Instituto Lixo e Cidadania e a Sociedade Civil, eram espaços constituídos, até então, por atores invisíveis em meio às decisões políticas. No entanto, após as manifestações pró-cooperativas aflorarem na cidade, as pressões de estudantes, autoridades da Igreja Católica, do Instituto Lixo e Cidadania e do Fórum, passaram a aparecer na mídia, que surge como um ator visível, como demonstra Kingdom (2007), adquirindo força política para influenciar os assuntos que devem adentrar a agenda pública, nesse caso, a questão cooperativista e suas possíveis contribuições à situação do tratamento de resíduos em Maringá.

Em vista do plano apresentado pela Igreja Católica e demais entidades e atores, a prefeitura respondeu com críticas relacionadas aos custos de tal planejamento, indicando que tal projeto custaria mais do que o previsto para ser gasto com a PPP. De acordo com o Vereador 1 (2015), não é possível fazer tal comparação, já que a parceria público-privada sequer contempla alternativas de reciclagem, somente de incineração e aterramento dos resíduos.

“ (...) também foi uma ação do fórum junto com o instituto e nós, pra que... além daquela proibir a usina de incineração, proibir também a parceria público-privada. Por conta dos custos relevantes e também porque... não contemplava reciclagem ali... né... uma coisa absurda né... fora os investimentos que eram investimentos absurdos e a forma só que beneficiava praticamente... empresa que fosse contratada. E aí a ideia... a ideia nos... assim a ideia da... dessa desse projeto, aí o município por conta disso, provocou as entidades, tanto o observatório social quanto o instituto...e outras entidades que haviam se manifestado contra a PPP pra que elas em trinta dias apresentassem um projeto alternativo. O instituto, não era o papel dele mas foi que... que que instituto queria, só... é abrisse o debate... dentro daquilo que defende a PNRS né, fala da educação ambiental, da reciclagem, da compostagem... se eu abrisse esse debate pra uma sociedade pra gente encontra uma solução com menor custo mas que resolvesse a situação tanto das cooperativas como da cidade como um todo. E o município, e o instituto acabou apresentando um projeto alternativo, e o município não... nenhum... levou dois meses... pediu em trinta dias, levou dois meses e meio, não respondeu até hoje, e aí marcou uma... uma entrevista coletiva pra fazê uma análise que eles fizeram em cima do projeto da... (leves risos) alternativo, pra desqualifi, tentá desqualificá ele dizendo que ele custaria bem mais do que a PPP, né, ele custaria um bilhão e oitocentos milhões... né, só que eles não podem fazê um comparativo desse porque a PPP não contempla reciclagem, então já caiu por terra essa análise deles. Fora isso, eles disseram que esse projeto alternativo só na reciclagem custaria um bilhão duzentos e sessenta, eles superestimaram esses valores também. Então, que que a gente viu, que não há vontade nenhuma do município em discutir, ouvir o fórum ou ouvir o instituto... né, eles tão, há uma pressão mesmo da... da... da... como que eu diria da sociedade que faz com que eles né... Tomem algumas medidas, mas assim, na verdade o instituto tem contribuído, mas o município não quer essa contribuição” (Vereador 1, 2015).

Tendo em vista os posicionamentos distintos entre as cooperativas, representadas pelo fórum, e a prefeitura, se fez necessário organizar as diferentes propostas desses dois atores em um quadro. Assim, no quadro 2, é possível visualizar as discrepâncias entre as propostas apresentadas pelo Fórum Lixo e Cidadania e pela Prefeitura de Maringá

PROPOSTAS DO FÓRUM	PROPOSTAS DA PREFEITURA
--------------------	-------------------------

Inclusão das cooperativas na política de gestão de resíduos sólidos de Maringá, em conformidade com a PNRS (2010)	Escolha pela Parceria Público-Privada, com fins de privatização do sistema de destinação de resíduos sólidos.
Remuneração fixa para as cooperativas, além da manutenção dos benefícios que foram cedidos a partir de 2002, mas retirados gradualmente durante as gestões do PP.	Não remunerar as cooperativas, e manter alguns dos benefícios cedidos na gestão José Cláudio (Caminhões, coletores e aluguéis das instalações).
Valorizar as cooperativas enquanto organizações habilitadas para executar serviços relacionados à coleta e destinação de resíduos sólidos.	Privatização enquanto forma de atender as demandas do MP e da cidade, no que diz respeito à questão do lixo.
Aproximar as cooperativas de um lugar de maior relevância em meio às discussões sobre a questão do lixo, deslocando-as da marginalidade.	Devido ao processo de privatização, a prefeitura tende a aproximá-las da marginalidade.
Apoiar a coleta, armazenamento e reciclagem dos resíduos sólidos.	Apoiar a coleta, armazenamento e incineração dos materiais recicláveis como um todo (<i>Biopuster</i>).

Quadro 2: Propostas do Fórum e da Prefeitura.
Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

4.5 INCLUSÃO DAS COOPERATIVAS NA AGENDA POLÍTICA

Como propõem Kingdom (2007), Fuks (2000) e Coob e Elder (1995), atores visíveis ou invisíveis, representados por membros da mídia, acadêmicos, políticos de carreira, empresários e demais sujeitos que compõem a sociedade civil, desde que engajados em determinadas causas políticas e/ou sociais, podem adquirir força política suficiente para inserir suas propostas na agenda pública. De fato, Kingdom (2007) aponta o espaço que eventualmente pode ser aberto à tais sujeitos, como uma oportunidade, isto é, o surgimento de um ou mais problemas, para que diferentes grupos possam apresentar possíveis soluções. Nesse sentido, na ocorrência de uma preocupação comum à sociedade civil em geral, e devidamente noticiada pela mídia, a agenda passaria a evidenciar questões antes não observadas ou mesmo negligenciadas pela gestão pública, afetando os próprios atores visíveis e aqueles diretamente ligados às negociações entre o povo e o governo, como os vereadores, por exemplo.

Segundo Kingdom (2007), os sujeitos que possuem autonomia para trazer assuntos à agenda política podem ser tanto aqueles vinculados diretamente ao ambiente de governo, como políticos, quanto aqueles atores que, através de pressões e de reivindicações em conjunto, adquirem força suficiente para propor suas solicitações, como os próprios

cooperados e membros de entidades e da sociedade civil. No que diz respeito a essa pesquisa, nota-se que o Fórum Lixo e Cidadania adquire visibilidade através do acesso ao governo por meio da câmara de vereadores, que se constitui como um ambiente de atores visíveis. A UNITRABALHO e o procurador do trabalho, que se constitui como principal articulador das ações entre o Fórum e a sociedade civil (empreendedor político), aparecem como atores invisíveis, mas com capacidade de influenciar o campo político através de manifestações e exposições de suas ideias.

Anteriormente ao ano de 2010, o Instituto Lixo e Cidadania, ao tomar conhecimento sobre as condições de exclusão econômica e social das cooperativas maringaenses, resolve apoiar a formação do Fórum Lixo e Cidadania, sob comando do procurador do trabalho. Até então, as práticas voltadas à privatização e deslocamento das cooperativas para um lugar periférico em meio às discussões da questão do lixo, estavam sendo combatidas pela sociedade civil por conta de sua natureza excludente, com face aos prejuízos econômicos e sociais tanto para as cooperativas, tanto para a cidade.

Contudo, em 2010, o Governo Federal, por meio da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instrumentalizou um recurso para instruir legalmente os municípios brasileiros sobre a correta destinação dos resíduos sólidos. A partir da aprovação dessa política, os membros do Fórum Lixo e Cidadania, que constituiu um “espaço democrático, onde as cooperativas possuem voz ativa” (ATA DO FÓRUM; 2015), os cooperados e a sociedade civil, cientes de tal situação, buscaram exercer pressões sobre a administração pública de Maringá, juntamente com acadêmicos da Universidade Estadual de Maringá, membros da UNITRABALHO, mídia maringaense e vereadores da cidade. Torna-se concreta, então, a cooperação entre atores invisíveis e visíveis, a fim de prevenir a prefeitura municipal em relação a PNRS.

Em resposta às referidas entidades e a população em geral, a prefeitura decide abrir oportunidades para que as cooperativas possam expor suas reivindicações, deslocando-as para um lugar de maior destaque perante à questão do lixo. Nesse momento, as negociações para a realização da Parceria Público-Privada já haviam sido interrompidas devido aos protestos encabeçados pelo Fórum e pela sociedade civil. Nesse contexto, a prefeitura, que empreendia esforços para resolver a questão e observou suas estratégias serem barradas através de protestos, resolve acatar ao menos o desejo de trazer as vozes das cooperativas para dentro da prefeitura.

No entanto, é possível que a prefeitura de Maringá esteja buscando maior legitimidade perante a comunidade, e por isso, tenha adotado uma postura mais aberta em

relação às propostas cooperativistas. Contudo, apesar de o lugar das cooperativas de reciclagem ter se deslocado da margem para um lugar importante em meio às discussões sobre a situação do lixo em Maringá, não é possível afirmar que as mesmas ocupam um lugar de destaque na agenda política responsável pelas questões que envolvem a destinação de resíduos sólidos no município, já que relatos dos cooperados, da UNITRABALHO, dos vereadores e do procurador do trabalho, afirmam que as deliberações do Fórum Lixo e Cidadania, bem como as necessidades das cooperativas, nem sempre são levadas em consideração pela prefeitura, gerando uma situação que caracteriza o surgimento do cooperativismo nas arenas de debate, por conta da PNRS e das pressões supracitadas, e não por questões sociais, econômicas e ecológicas.

“(...) e agora não tem como corrê porque já é uma lei né que tem né que tem que ajudá as cooperativa, o Ministério Público também tá em cima então não tem mais como eles corrê, e é uma vergonha porque no município inteiro tem coleta seletiva, em São Paulo, tem umas menina lá de Paranaíba que eu conheci lá, lá a prefeitura já ajuda eles, já estão aí contratada, então é só Maringá mesmo que tá nessa situação, porque as outra cidade aí, Sarandi também é uma né...” (Presidente da Coopermaringá, 2015).

A prefeitura do município de Maringá tem priorizado, desde 2005, planos voltados à contratação de empresas privadas para solucionar os problemas gerados pelo acúmulo de lixo nos aterros da cidade, em detrimento da valorização do trabalho cooperativista, e da reciclagem desses resíduos, adotando uma postura contrária ao acolhimento econômico e social das cooperativas.

De acordo com o vereador 1 (2015), existe uma dívida social com esses trabalhadores. As cooperativas que os mesmos ajudaram a criar e que sofrem até então com condições estruturais e de trabalho desfavoráveis, seriam de extrema importância, conforme aponta a PNRS, para a resolução da questão do lixo em Maringá. Portanto, a prefeitura não tem atendido a referida Lei Federal, pois tem deixado de priorizar as cooperativas de reciclagem, no intuito de estabelecer contratos como a PPP do lixo, que sequer traz em sua essência preocupações com a reciclagem.

“Eu falei que isso é proposital, ele deixou chegar nesse ponto, pela proposta do município de privatizar o sistema, essa é a real intenção... e eles tentaram já o ano passado fazê uma PPP que é uma parceria público-privada, onde o município contrataria uma empresa para coletar e destinar o lixo por 35 anos ao custo aproximadamente de 2 milhões de reais por mês né... e o processo de contratação dessa PPP que é através de licitação, foi um processo questionado pela falta de transparência, principalmente no aspecto financeiro, e houve uma

mobilização da cidade, da sociedade, o Observatório Social que é uma entidade que trabalha na fiscalização dos gastos públicos, denunciou a falta de transparência, nós aqui da câmara denunciemos, a igreja, até a igreja católica se mobilizou contra, e aí nós vereadores conseguimos aprova uma lei revogando a PPP, não pelo instrumento da PPP entendeu? Mas pela falta de transparência num contrato que ia passar de 1 bilhão de reais, então cê tem que te cuidado com recurso público. Então morreu a PPP... aí o município tentou, pra amenizar o problema, locar caminhões e mão de obra... deu problema na licitação, não conseguiu fazê, e cancelou a licitação, ou seja, hoje está na estaca zero, e o lixo nessa situação que tá em Maringá, então o problema é gestão né, o foco da administração é privatizar, deixou esse sistema... E nós estamos com esse problema do lixo” (Vereador 2, 2015).

As cooperativas, por sua vez, lutam por um lugar de maior destaque perante as discussões sobre reciclagem e manutenção ambiental da cidade, um lugar que pode representar sua inclusão na agenda política, já que elas realizam um serviço de utilidade pública, o qual, deveria ser reconhecido, na visão dos vereadores 1 e 2, dos próprios cooperados e do procurador do trabalho: “Numa política ideal, em nível municipal, as cooperativas têm que ter um papel de destaque na questão da gestão, do tratamento e da destinação dos resíduos recicláveis, isso aí é incontestável...” (PROCURADOR DO TRABALHO, 2015)

Recentemente, em 2015, reuniões com participação de representantes das cooperativas, do secretário do meio ambiente, vereadores, representantes da mídia e da sociedade civil, foram realizadas para argumentar sobre novas formas de apoio para as cooperativas. Dentre as propostas, a remuneração fixa mensal é aquela que mais se destaca entre os relatos dos cooperados. O valor, de acordo com os cooperados entrevistados, seria de cinco mil reais mensais, que devem ser destinados às despesas gerais das cooperativas, e o restante poderia ser dividido entre os cooperados.

Para as cooperativas, a remuneração fixa mensal representa um rendimento que oferece suporte para os cooperados na manutenção de suas funções quando o preço dos materiais recicláveis vier a cair. Dessa forma, as cooperativas podem garantir sua força de trabalho e legitimidade, pois até o momento, o trabalho cooperativista tem sido entendido pela administração maringaense como não confiável e incapaz de contribuir para com as demandas municipais, devido ao elevado número de evasões de cooperados e migração para outras atividades, como a construção civil, por exemplo (MARINGÁ, 2011, p. 135).

A decisão pela renda fixa mensal, porém, não encontra simpatizantes em todas as cooperativas. Membros da Cooperpalmeiras (2015) revelaram-se contrários à renda mensal, e acreditam que a instituição dessa proposta acarretaria em novos problemas, dentre

os quais, a ociosidade dos cooperados, que amparados pela referida renda, deixariam de trabalhar com o mesmo empenho que vinham apresentando.

“Tipo assim, a prefeitura já falô que eles qué, entendeu, pagá. Eu no meu pensamento, não é mau negócio não, sabe porque? Nós somos livre de aluguel, livre de água, livre de luz, somos livre de... um monte de coisa, a prefeitura diz que paga sem, sem precisar de brigar, 100 reais por tonelada, mais 15 real pra recolhimento de INSS esses negócio dos cooperado né, pra recolher de todo mundo, entendeu... Só que tem gente que quer salário, tem gente que quer salário mensal, e salário não funciona, salário não funciona. Porque o serviço tem que ser ó... pegá e ó, suar, descer a mão...” (Cooperado da Cooperpalmeiras, 2015)

A questão que envolve uma possível alteração no empenho dos cooperados em função da renda mensal, não foi um ponto levantado nas reuniões entre os membros da prefeitura e cooperados, permanecendo somente entre os diálogos das cooperativas. Nota-se, portanto, que apesar de as cooperativas terem constituído, ao longo dos anos, maior proximidade na busca por ideais semelhantes, existem discrepâncias entre seus propósitos, métodos de trabalho e organização. Na Cooperpalmeiras, por exemplo, ao contrário da Coopermaringá e da Coopernorte, os cooperados não demonstraram as mesmas opiniões e sentimentos de indignação com a administração pública. Para eles, que eram catadores autônomos e viram na formalização de uma cooperativa de reciclagem uma oportunidade de emancipação e sobrevivência, é perceptível o aspecto empreendedor e de autonomia empregado em suas atividades. Mesmo assim, confirmaram a necessidade de os atores públicos observarem com maior atenção o serviço de utilidade pública desenvolvido pelas cooperativas, no intuito de combater a desvalorização e marginalidade a que seu papel social tem se submetido.

Atualmente, a contratação das cooperativas pela prefeitura de Maringá, à exemplo das contratações de cooperativas pela administração pública de Sarandi-PR, tem representado os primeiros passos para a inclusão das mesmas na agenda política, e seu deslocamento para um lugar de maior importância. Dentre as quatro cooperativas estudadas, até o presente momento apenas a Coopercação foi contratada, enquanto as outras ainda esperam uma oportunidade: “Então a gente tá vendo que tá caminhando né. O que falta mesmo pra fechá com chave de ouro até o final do ano é a contratação...” (PRESIDENTE DA COOPERMARINGÁ, 2015).

A possibilidade de contratação foi conquistada por meio de pressões exercidas pelo fórum, pelos cooperados e sociedade civil. A prefeitura, portanto, aderindo à contratação das cooperativas, estaria cumprindo as instruções constantes na PNRS, como já

ocorre em outras cidades, como São Paulo-SP, Paranavaí-PR e Sarandi-PR, citadas pela presidente da Coopermaringá (2015), que investiram no cooperativismo e na contratação das cooperativas.

“(…) o resíduo reciclável deve ser tratado como um bem gerador de renda e promotor de cidadania, então ele não é pra gerar riqueza pra quem já tem... ele deve gerar riqueza pra quem está à margem, pra quem precisa ser integrado, incluído né... É uma faceta muito rica assim da lei da PNRS, em vários momentos ela destaca isso né, a necessidade de se levar em conta a dimensão econômica, a dimensão ambiental da reciclagem mas também a dimensão social do trabalho do catador” (Procurador do trabalho, 2015).

A contratação das cooperativas é vista, até o momento, como o formato que mais corresponde às expectativas das cooperativas maringaenses, e representa a entrada das mesmas na agenda política e seu deslocamento para um lugar de maior visibilidade em meio à questão do lixo em. Esse modelo é fruto de inspirações em outros municípios que já desenvolveram soluções para o acúmulo de resíduos sólidos em parceria com o estado e o cooperativismo, como Paranavaí/PR, São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG.

5. CONCLUSÃO

Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, foi possível observar os desdobramentos e as tensões que se construíram e ainda se constroem em meio aos campos político, econômico e social, no que diz respeito a inclusão das cooperativas de reciclagem da cidade de Maringá-PR no processo construção de uma política pública para coleta, processamento e destinação de resíduos sólidos.

Nesse aspecto, autores como Mazzei (2006), Torres (2008) e Costa (2011) apontam resultados favoráveis atingidos por grupos formados por catadores de materiais recicláveis, e que, posteriormente passaram a integrar um contexto emancipatório, adquirido a partir da constituição de cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos. Contudo, interesses e alinhamentos distintos entre a sociedade civil, a administração pública e os próprios trabalhadores, mostraram-se como elementos conflitantes para a coexistência de projetos social e economicamente inclusivos e eficientes na cidade de Maringá, originando o que é chamado até os dias de hoje de “questão do lixo”.

Os referidos autores definem a miséria e a situação de exclusão vivenciada pelos trabalhadores envolvidos com a coleta de resíduos sólidos em lixões, nas ruas e bairros urbanos, como um fenômeno generalizado, mundialmente presente, tal qual o aumento na produção de lixo de forma geral. Dessa forma, a reciclagem surge como uma proposta alternativa que consiste no reaproveitamento do lixo gerado, buscando reduzir o acúmulo de dejetos e ao mesmo tempo pensando na valorização não apenas dos materiais, mas no que diz respeito ao contexto social das pessoas que não tiveram oportunidades de inclusão profissional ou educacional, para empoderá-las e garantir às mesmas a oportunidade de desenvolver uma atividade para prover seu próprio sustento.

Nos casos analisados na cidade de Maringá-PR, a partir de iniciativas inclusivas, valorizadas por entidades como UNITRABALHO e o Fórum Lixo e Cidadania, notam-se mudanças econômicas e sociais desencadeadas a partir das ações de desocupação do lixo municipal, entre os anos de 2001 e 2002, durante a gestão de José Cláudio, vinculado ao Partido dos Trabalhadores.

Naquela época, os trabalhadores encontravam-se realizando suas tarefas à própria sorte, sem condições mínimas de segurança ou mesmo estruturais para desempenhar seu trabalho (VEREADOR 1, 2015; VEREADOR 2, 2015). Ciente de tais circunstâncias, o Ministério Público passa a exercer pressões para que a prefeitura se responsabilize pela

situação e lidere um projeto de desocupação do lixão municipal. A demanda do MP é atendida, e os trabalhadores passam a ser realocados para trabalhar em cooperativas de reciclagem, que são abertas em parceria com os mesmos, a fim de que possam exercer a autogestão e buscar sua emancipação econômica e social.

Conforme os relatos dos atores entrevistados, as opiniões convergiam para o mesmo foco quando o assunto pairava sobre o andamento dos processos que envolviam as cooperativas e seu apoio por parte da prefeitura. Os trabalhadores, vereadores e demais interlocutores ressaltaram a participação favorável da gestão pública encabeçada por José Cláudio, e demonstraram todo o apoio que tiveram durante essa gestão. Naquele momento, segundo os entrevistados, as cooperativas gozavam de incentivos financeiros, estruturais e de pessoal, já que a prefeitura, na época, havia dedicado recursos às cooperativas, a fim de incentivar seu crescimento.

Em parceria com a UNITRABALHO e a UEM, foram oferecidos cursos de gestão de recursos, finanças, de alfabetização e demais cursos de natureza profissionalizante aos cooperados. Quanto a essas ações, os cooperados que vivenciaram essa fase referem-se às boas oportunidades que tiveram, e definem o momento como favorável às cooperativas em geral.

Contudo, através dos diálogos com os interlocutores, a situação se tornou desfavorável com o fim da gestão do PT em Maringá, e o início da gestão do PP. Nesse momento, houve uma mudança em termos de alinhamentos políticos na gestão da cidade. O Partido Progressista, a partir de uma abordagem neoliberal, passou a buscar o enxugamento do estado, e isso se refletiu nas cooperativas com os cortes de subsídios e diminuição do apoio até então oferecido.

Naquele momento, as cooperativas encontravam-se cada vez mais excluídas do processo de coleta seletiva, devido à proposta de privatização de tal atividade, representada pela Parceria Público Privada, que ficou conhecida como “PPP do lixo”. Essa parceria propunha a contratação de uma empresa privada para executar as atividades de coleta, armazenamento e incineração dos resíduos sólidos da cidade. As cooperativas, portanto, não teriam mais espaço para participar do processo de manutenção sanitária de Maringá, ocasionando sua conseqüente transposição para um lugar cada vez mais periférico, tanto nas práticas, quanto nas discussões sobre a questão do lixo no município.

A prefeitura, naquele contexto, apresentava argumentos sobre a real capacidade de atendimento das cooperativas, isto é, buscavam demonstrar que as mesmas não teriam

estrutura e recursos suficientes para contribuir com os serviços de coleta seletiva em toda a cidade, ao passo em que apontavam soluções pautadas na terceirização como modelo adequado às necessidades da cidade, já que a quantidade de lixo produzido vinha aumentando cada vez mais.

As cooperativas, amparadas pelo Fórum Lixo e Cidadania, pela Igreja Católica e pela sociedade civil, buscavam através de diálogos com a prefeitura, e entre seus próprios membros, evidenciar a necessidade de valorizar o trabalho dos catadores, que agora mais capacitados, poderiam contribuir com a manutenção das demandas da cidade. Havia também, uma disputa para comprovar a importância da inclusão de uma alternativa sustentável, tanto economicamente quanto ecologicamente na resolução da questão do lixo, pois a empresa que seria contratada pela prefeitura, realizaria a queima dos compostos orgânicos e sólidos, utilizando um método denominado *Biopuster*, que acarretaria na liberação de gases nocivos ao meio ambiente.

Durante o desenvolvimento dessa situação, a sociedade civil conseguiu, através de protestos e iniciativas junto ao Ministério Público, e do protagonismo do Fórum Lixo e Cidadania, a paralização das negociações da PPP do lixo, que encontram-se até o presente momento em hiato. Os argumentos utilizados fizeram menção ao uso indevido de dinheiro público para a conclusão dessa iniciativa, bem como a inutilização das cooperativas, que tem sua importância comprovada, e podem contribuir com a realização de um serviço de utilidade pública, segundo o Fórum e a sociedade civil.

A partir da veiculação das negociações na mídia maringense, e de uma maior aceitação da luta cooperativista pelo povo de Maringá, a prefeitura se viu em um momento de desaprovação e perda de legitimidade pela população. Daí sua crescente receptividade aos representantes das cooperativas de catadores.

Essa postura de maior receptividade, porém, não representa necessariamente a aceitação das propostas orientadas pelas lideranças cooperativistas, pois as falas dos cooperados, de membros da UNITRABALHO, vereadores e do procurador do trabalho, afirmam que as deliberações do Fórum Lixo e Cidadania, que procuram chamar a atenção para as demandas das cooperativas, nem sempre são levadas em consideração pelos membros da gestão pública municipal.

É perceptível, e aparece como argumento constante nas falas dos interlocutores, as pressões federais exercidas através da Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovada em 2010. Essa política prevê a valorização e inclusão do trabalho cooperativista para a resolução de questões voltadas à coleta, armazenamento e reciclagem de resíduos sólidos.

É possível, portanto, que a prefeitura esteja abrindo espaços de diálogo com as cooperativas, na busca por satisfazer temporariamente as pressões citadas, além de obedecer à imposição legal da PNRS, e ao mesmo tempo, buscar maior legitimidade para com o povo e a sociedade civil maringaense. Nesse sentido, a Política Nacional de Resíduos Sólidos aparece como uma janela de oportunidade em meio à arena política maringaense, e o procurador do trabalho surge como um empreendedor político.

Dessa forma, é possível ponderar que houve um deslocamento real do lugar das cooperativas de reciclagem no âmbito das políticas de resíduos sólidos de Maringá, pois as mesmas encontravam-se à margem das discussões durante o início da gestão do PP, e agora, mesmo que por razões políticas e voltadas ao equilíbrio das pressões oriundas do MP, há de se notar que os debates com intenção de valorizar as capacidades das cooperativas têm estado em maior evidência no plano político da cidade de Maringá-PR.

Por fim, é pertinente lembrar que as narrativas que compõem essa dissertação foram construídas a partir de entrevistas feitas com membros da Coopermaringá, Coopercação, Coopernorte e Cooperpalmeiras, membros da UNITRABALHO, vereadores maringaenses e com o procurador do trabalho de Maringá. Além das entrevistas, a interpretação de documentos e contratos das cooperativas, atas do Fórum Lixo e Cidadania, e relatórios da UNITRABALHO tiveram importante participação no processo de concepção deste trabalho.

As leituras sobre políticas públicas representadas por autores como Cobb e Elder (1971; 1995), Fuks (2000), Kingdom (2007), Frey (2007) e Saravia (2009), constituíram-se como etapas fundamentais para a compreensão dos lugares ocupados pelos atores envolvidos com o campo político maringaense, no qual se desenvolveram os diálogos pertinentes à questão do lixo. Dessa forma, a partir da imersão nas teorias propostas por Fuks (2000) e Kingdom (2007), é pertinente reiterar as convergências entre as propostas de atores visíveis, representados pelos vereadores da cidade e pela mídia, e atores invisíveis, representados por atores envolvidos com as cooperativas, o procurador do trabalho, membros da sociedade civil, UNITRABALHO e UEM, na luta pelo deslocamento do lugar periférico ocupado pelas cooperativas, para um lugar de maior destaque em meio às discussões sobre as soluções propostas para a gestão de resíduos sólidos no município.

Contudo, se as cooperativas conseguirem sustentar um lugar de maior evidência nas discussões sobre a questão do lixo, ou se suas contratações serão realizadas para que possam assumir um papel de maior relevância no que diz respeito à coleta e reciclagem

de resíduos sólidos, e os possíveis fenômenos advindos dessas situações, são questões para pesquisas futuras.

Em tempo, o processo de construção desta dissertação apresentou algumas dificuldades, visto que o contato com os cooperados, ainda que facilitado por intermédio da UNITRABALHO, foi de certa forma custoso, devido à baixa disposição daqueles trabalhadores em estabelecer diálogos sobre as questões de suas vivências profissionais e particulares. No entanto, foi possível obter informações relevantes por meio de entrevistas esclarecedoras. Outro ponto, foi a imersão em um ambiente essencialmente político, em meio às demandas cooperativistas e contrapropostas da administração pública.

De forma geral, a compreensão dos fatos dialogados nesse meio nem sempre foi clara durante a pesquisa, a ponto de levar à desalinhamentos sobre o que realmente seriam fatos ocorridos, ou opiniões e discordâncias entre atores opostos politicamente. Daí a importância das leituras aos documentos originados a partir da questão do lixo, como o requerimento para abertura da PPP, o pedido para instaurar uma CPI para investigar a PPP, as atas disponibilizadas pelo Fórum, contratos das cooperativas e atas de reuniões entre membros da prefeitura e cooperativas.

6. REFERÊNCIAS

ABNT, NBR. 10004. **Resíduos sólidos–Classificação**, 2004.

ALLARD, Jenna; DAVIDSON, Carl; MATTHAEI, Julie. **Solidarity economy: Building alternatives for people and planet**. ChangeMaker Publications, Chicago IL USA. Disponível em <http://institute.usworker.coop/sites/default/files/resources/273%202007_Allard_Solidarity%20Economy%20Building%20Alternatives%20for%20People%20and%20Planet%20Papers%20and%20Reports%20from%20the%20US%20Social%20Forum%202007.pdf>, 2008. Acesso em 05/06/2015.

ALMEIDA, Maria hermínia Tavares de. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2007.

ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária). **Autogestão: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho**. São Paulo: ANTEAG, 2ª ed, 2000.

ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. Políticas públicas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 9, p. 2194-2195, 2008.

ARRUDA, Marcos. Different Names and Practices that are Complementary to Each Other. in *Solidarity Socioeconomy as an Integral New System: Global Vision*. Dakar: Workshop on a Global Vision of Solidarity Socioeconomy, 55, 2005. Disponível em <http://base.socioeco.org/docs/doc-7428_en.pdf>. Acesso em 04/06/2015.

Atlas de Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

Atlas de Economia Solidária no Brasil, Brasília: Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2007

AUSTIN, James; STEVENSON, Howard; WEI-SKILLERN, Jane. Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both? **Entrepreneurship theory and practice**, v. 30, n. 1, 2006.

BARROS, Vanessa Andrade de; LOPES, Fernanda Tarabal. **Considerações sobre a pesquisa em história de vida**. In: SOUZA, Eloisio Moulin de. Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional, p. 41 – 63, 2014.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 11ª Ed: Vozes , 2013.

BEEKMAN, Amy V.; ROBINSON, Richard B. **Supplier Partnerships and the Small, High-Growth Firm: Selecting for Success**. *Journal of Small Business Management*, v. 42, n. 1, p. 59-77, 2004.

BHOWMIK, Sharit K. Cooperatives and the Emancipation of the Marginalized: Case Studies from Two Cities in India'. **Another Production is Possible. Beyond the Capitalist Canon London: Verso**, p. 70-94, 2006.

BORGES, William Antônio. **Gestão Metropolitana: Sua Construção a Partir de Duas Experiências de Associativismo Territorial na Região Metropolitana de Curitiba**. Tese de Doutorado em Administração Pública e Governo – Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas, 2013.

BRASIL. Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1990.

BRASIL. **LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993**

BRASIL. **LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.**

BRASIL. **LEI Nº 12.690, DE 19 DE JULHO DE 2012.**

BRASIL. **GUIA DE ATUAÇÃO MINISTERIAL: ENCERRAMENTO DOS LIXÕES E A INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DAS CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**. Coleção: Guia de Atuação Ministerial e Ação Nacional em defesa dos Direitos Fundamentais. Brasília, 2014.

BRITO, M.J., SILVA, S.S. ; MUNIZ, M.M.J. The Meanings of the Death of the Founder: the Constructionist Approach. BAR, Curitiba, v. 7, n. 3, art. 1, pp. 227-241, July/Sept. 2010

BROCKMEIER, Jens; HARRÉ, Rom. Narrativa: problemas e promessas de um paradigma alternativo. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 16, n. 3, p. 525-535, 2003.

BROLLO, Maria José; SILVA, Mirtes Moreira. VI-078-POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL EM RESÍDUOS SÓLIDOS. REVISÃO E ANÁLISE SOBRE A ATUAL SITUAÇÃO NO BRASIL. In: **Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental**. 2000.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**, v. 2, p. 29-40, 2003.

BRUM, Adriana Kirchof de; MOURA, Airton Pinto de. POLÍTICAS PÚBLICAS E O PAPEL DO ESTADO SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Anais do Encontro Científico de Administração, Economia e Contabilidade**, v. 1, n. 1, 2015.

CANÇADO, Airton Cardoso. Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular. **ENCONTRO ANUAL DA ANPAD**, v. 29, 2005.

CARMO, Scarlet. **A semântica do lixo e o desenvolvimento socioeconômico dos catadores de recicláveis: considerações sobre um estudo de caso múltiplo em cooperativas na cidade do Rio de Janeiro**. Cad. EBAPE. BR, v. 7, n. 4, p. 591-606, 2009.

CARMO, Maria Scarlet Fátima. **A problematização do lixo e dos catadores: estudos de caso múltiplo sobre políticas públicas sob uma perspectiva foucaultiana**. 2008. Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em < <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3267/scarlet.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 26/05/2015.

CASTRO, Cesar Ribeiro de; JUNIOR, Edmundo Inácio; HIRATA, Newton. **Cooperci-
cla – Um Empreendimento de Solidariedade**. Anais do I EGEPE, p. 336 – 347, out.
/2000. (ISSN 1518-4382)

CENSO, I. B. G. E. Consultado em 13/02/2016, v. 12, 2010. Disponível em:< <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>.

CHASE, Susan E. Narrative inquiry: Still a field in the making. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **The Sage handbook of qualitative research, third edition**, p. 651-680, 2005.

COBB, Roger W.; ELDER, Charles D. The politics of agenda-building: An alternative perspective for modern democratic theory. **The Journal of Politics**, v. 33, n. 04, p. 892-915, 1971.

COBB, Roger W.; ELDER, Charles D. Issues and agendas. **THEODOULOU, Stella and CAHN, Matthew A. Public policy: the essential readings**. Upper Saddle River, NJ, Prentice Hall, 1995.

COELHO, Diego Bonaldo; GODOY, Arilda Schmidt. De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. **RAP—RIO DE JANEIRO**, v. 45, n. 3, p. 721449, 2011.

COLBARI, Antonia. **A Análise de Conteúdo e a Pesquisa Empírica Qualitativa**. In: SOUZA, Eloisio Moulin de. Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional, p. 241 – 274, 2014.

CONTRI, André Luis. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Dilma. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 41, n. 4, 2014.

COOPER, Donald; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CORRADI-WEBSTER, Clarissa Mendonça. Ferramentas teórico-conceituais do discurso construcionista. In: GUANAES-LORENZI, Guanaes Carla; MOSCHETA, Murilo dos Santos; CORRADI-WEBSTER, Clarissa Mendonça; SOUZA, Laura Vilela. **Construcionismo Social: discurso, prática e produção do conhecimento**. Instituto Noos. Rio de Janeiro, 2014.

COSTA, Bianca Aparecida Lima. **A Incorporação da Economia Solidária na Agenda da Política Pública de Trabalho e Emprego no Estado de Minas Gerais**. VII Encontro Internacional de Economia Solidária. NESOL-USP, São Paulo, 2011.

COSTA, Pedro Almeida. **Um diagnóstico da gestão praticada em iniciativas de economia solidária e os seus desafios gerenciais: estudo de caso do município de Cachoeirinha**. 2003. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado. Escola de Administração da UFRGS, Porto Alegre.

DEFOURNY, Jacques; NYSSSENS, Marthe. Conceptions of social enterprise and social entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and divergences. **Journal of social entrepreneurship**, v. 1, n. 1, p. 32-53, 2010.

DEFOURNY, Jacques; NYSSSENS, Marthe. The EMES approach of social enterprise in comparative perspective. 2012. Disponível em <http://orbi.ulg.ac.be/bitstream/2268/180666/1/EMES%20WP%2012_03%20JD%20MN.pdf> Acesso em 02/06/2015.

DEMAJOROVIC, Jacques et al. Integrando empresas e cooperativas de catadores em fluxos reversos de resíduos sólidos pós-consumo: o caso Vira-Lata. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, n. 3, p. 513 a 532, 2014.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed**, p. 15-41, 2006.

DIAZ-FONCEA, Millán; MARCUELLO, Carmen. Entrepreneurs and the context of cooperative organizations: A definition of cooperative entrepreneur. *Canadian Journal of Administrative Sciences/Revue Canadienne des Sciences de l'Administration*, v. 30, n. 4, p. 238-251, 2013.

EISENHARDT, Kathleen M. Building theories from case study research. **Academy of management review**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Rede de catadores de materiais recicláveis: perspectiva para a organização da autogestão. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 4, n. 3, p. 341-364, 2012.

FLORY, Henrique; ANDREASSI, Tales; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Políticas Públicas de Empreendedorismo para a População de Baixa Renda: Transformando Necessidades em Oportunidades. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 18, n. 62, 2013.

FONTENEAU, Bénédicte et al. Social and Solidarity Economy: Our common road towards Decent Work. *The Reader*, 2011. Disponível em <http://co-munity.net/system/files/wcms_166301.pdf> Acesso em 06/06/2015.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, v. 12, n. 1, p. 9-19, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A Temática da Economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 1, p. 11 a 32, 2003.

FRANCO, Carlos Alberto et al. Autogestão E Economia Solidária No Estado Do Acre. In: **46th Congress, July 20-23, 2008, Rio Branco, Acre, Brasil**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2008.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, 2009.

GAIGER, Luiz Inácio. Significados e tendências da economia solidária. **Sindicalismo e economia solidária: Reflexões sobre o projeto da CUT**, p. 29-38, 1999.

GAIGER, Luiz Inácio. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 2, p. 513-545, 2006.

GAIGER, Luiz Inácio. O Mapeamento Nacional e o Conhecimento da Economia Solidária. **Revista da ABET**, 2013.

GALBIN, Alexandra. An introduction to social constructionism. **Social Research Reports**, n. 26, p. 82-92, 2014.

GERGEN, K.J. The place of the psyche in a constructed world. *Theory Psychol* ., v.7, n.6, pp.723-46, 1997.

GERGEN, Kenneth J. **Realities and relationships: Soundings in social construction**. Harvard University Press, 2009.

GERGEN, Kenneth J. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, v. 6, n. 1, p. 299-325, 2009.

GHIRARDI, Maria Isabel Garcez. Trabalho e deficiência: as cooperativas como estratégia de inclusão social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 15, n. 2, p. 49-54, 2004.

GUANAES-LORENZI, Carla. Construcionismo social: tensões e possibilidades de um movimento em permanente construção. In: GUANAES-LORENZI, Guanaes Carla; MOSCHETA, Murilo dos Santos; CORRADI-WEBSTER, Clarissa Mendonça; SOUZA, Laura Vilela. **Construcionismo Social: discurso, prática e produção do conhecimento**. Instituto Noos. Rio de Janeiro, 2014.

GUIMARÃES, Roberto P. The political challenge of sustainable development. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 35, p. 113-136, 1995.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. Política pública: seus ciclos e subsistemas—uma abordagem integral. **Rio de**, p. 304, 2013.

HULGÅRD, Lars; FERRARINI, Adriane Vieira. Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública?. **Ciências sociais unisinos**, v. 46, n. 3, p. 256-263, 2010.

IBÁÑEZ, Tomás. **Municiones para disidentes: realidad, verdad, política**. Gedisa, 2001.

IBÁÑEZ, T. **Municiones para disidentes: realidad-verdad-política**. Madri: Gedisa, 2002.
IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/analise_populacao.pdf>. Acesso em: 11/12/2014.

ÍÑIGUEZ, Lupicio. Construcionismo Social e Psicologia Social. In: MARTINS, João B.,HAMMOUTI, Nour-Din El, ÍÑIGUEZ, L. **Temas em análise institucional e em construcionismo social**. São Carlos: RIMA, 2002. p. 127-156.

ÍÑIGUEZ, Lupicinio. Manual de análise do discurso em ciências sociais. **Petrópolis: Vozes**, 2004.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf>. Acesso em: 19/04/2015.

JAYASOORIA, Denison. Developments in solidarity economy in Asia. **Malaysia: JJ Resources, Asian Solidarity Economy Council, Centre for Social Entrepreneurship, Binary University**, 2013. Disponível em: < http://www.rencontres-montblanc.coop/sites/default/files/developments_in_solidarity_economy_in_asia_denison_jayasooria_2013_0.pdf>. Acesso em 02/06/2015.

JONES, Derek C.; KALMI, Panu. TRUST, INEQUALITY AND THE SIZE OF THE CO-OPERATIVE SECTOR: CROSS-COUNTRY EVIDENCE. **Annals of Public and Cooperative Economics**, v. 80, n. 2, p. 165-195, 2009.

KAUCHAKJE, Samira. Solidariedade política e constituição de sujeitos: a atualidade dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, v. 23, n. 3, p. 667-696, 2008.

KERLIN, Janelle A. Social enterprise in the United States and Europe: Understanding and learning from the differences. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 17, n. 3, p. 246-262, 2006.

KINGDON, John. Como Chega a Hora de Uma Ideia?. In: SARAVIA, Enrique; FERREZ, Elisabete. **Políticas Públicas**: coletânea. Brasília, DF: ENAP, v. 1. 2007.

KUHN, Kristine M.; GALLOWAY, Tera L. With a Little Help From My Competitors: Peer Networking Among Artisan Entrepreneurs. **Entrepreneurship Theory and Practice**, 2013.

LADEIRA, Borges; MARTINS, Francielli; MACHADO, Hilka. Social Entrepreneurship: a Reflection for Adopting Public Policies that Support the Third Sector in Brazil. **Journal of technology management & innovation**, v. 8, p. 17-17, 2013.

LECHAT, Noëlle MP; BARCELOS, Eronita da Silva. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 1, p. 96-104, 2008.

LEITCH, Claire; HILL, Frances; NEERGAARD, Helle. **Entrepreneurial and business growth and the quest for a “comprehensive theory”**: tilting at windmills. *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 34, n. 2, p. 249-260, 2010.

LEMOS, A.; RODRIGUEZ, D. Empregabilidade: conquista da autonomia profissional ou nova forma de submissão. **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, 2008.

LIMA, Jacob Carlos. **O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, v. 12, n. 25, 2010.

LUKE, Belinda; CHU, Vien. Social enterprise versus social entrepreneurship: An examination of the 'why' and 'how' in pursuing social change. *International Small Business Journal*, 2013.

MACLEAN, Mairi; HARVEY, Charles; GORDON, Jillian. Social innovation, social entrepreneurship and the practice of contemporary entrepreneurial philanthropy. **International Small Business Journal**, v. 31, n. 7, p. 747-763, 2013.

MAIR, Johanna; MARTI, Ignasi. Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight. **Journal of world business**, v. 41, n. 1, p. 36-44, 2006.

MARINGÁ. Plano Municipal de Saneamento Básico Módulo Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos. Prefeitura do Município de Maringá, 2011. Disponível em <<http://www.maringa.pr.gov.br/saneamento/pmsb3.pdf>> Acesso em 24/07/2015.

MARINGÁ. Requerimento CPI Sistema de Resíduos, 2015. Disponível em http://www.meioambiente.mppr.mp.br/arquivos/File/Requerimento_CPI.pdf Acesso em 30/11/2015.

MARRA, Adriana Ventola; BRITO, Valéria da Glória Pereira. Construcionismo Social e Análise do Discurso: Uma Possibilidade Teórico-Metodológica. XXXV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração–ANPAD, 2011.

MATOSO, Jorge. O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. **São Paulo: Perseu Abramo**, 1999.

MAZZEI, Bianca. **Autogestão em Empreendimentos Econômicos Solidários**: um estudo comparativo de casos em cooperativas de reciclagem de lixo de Maringá-PR. Dissertação de mestrado em Administração – Departamento de Pós Graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, 2006.

MCNAMEE, Sheila. Construindo conhecimento/construindo investigação: coordenando mundos de pesquisa. In: GUANAES-LORENZI, Carla; MOSCHETA, Murilo dos Santos; CORRADI-WEBSTER, Clarissa Mendonça; SOUZA, Laura Vilela. **Construcionismo Social: discurso, prática e produção do conhecimento**. Instituto Noos. Rio de Janeiro, 2014.

MEDEIROS, Luiza Ferreira de Rezende; MACÊDO, Kátia Barbosa. Profissão: catador de material reciclável, entre o viver e o sobreviver. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 2, 2007.

MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior). **Cooperativismo: Histórico, Aprendendo a exportar**, 2014. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo/index/conteudo/id/297> Acesso em 01/05/2015.

MOSCHETA, Murilo dos Santos. A pós-modernidade e o contexto para a emergência do discurso constucionista social. In: GUANAES-LORENZI, Carla; MOSCHETA, Murilo dos Santos; CORRADI-WEBSTER, Clarissa Mendonça; SOUZA, Laura Vilela. **Construcionismo Social: discurso, prática e produção do conhecimento**. Instituto Noos. Rio de Janeiro, 2014.

NETO, Sigismundo Bialoskorki. Estratégias e cooperativas agorpecuárias: um ensaio analítico. **Agronegócio Cooperativo: reestruturação e estratégias**. Viçosa: UFV, DER, 2002.

NETO, Luís Moretto; GARRIDO, Paulo Otolini; JUSTEN, Carlos Eduardo. Desenvolvendo o aprendizado em gestão social: proposta pedagógica de fomento às incubadoras sociais. **Cad. EBAPE. BR**, v. 9, n. 3, p. 828-845, 2011.

NISSAN, Edward; CASTAÑO, Maria-Soledad; CARRASCO, Inmaculada. **Drivers of non-profit activity: a cross-country analysis**. *Small Business Economics*, v. 38, n. 3, p. 303-320, 2012.

OLIVEIRA, Marina Cardoso et al. Valores de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis: expectativas com o trabalho cooperado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 122, p. 201-220, 2012.

ONUMA, Fernanda Mitsue Soares; MAFRA, Flávia Luciana Naves; MOREIRA, Lilian Barros. Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da AN-TEAG, UNISOL e UNITRABALHO. **Cad. EBAPE. BR, Rio de Janeiro**, v. 10, n. 1, p. 65-81, 2012.

PERÄKYLÄ, Anssi. Analyzing talk and text. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.) **The Sage Handbook of Qualitative Research: Third Edition**. London: Sage, p. 869-886. 2005.

PEREIRA, Maria Cecília Gomes. **Luta por reconhecimento e desigualdade social: uma análise da experiência dos catadores da Asmare em Belo Horizonte (MG)**. 2011.<<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8224/62090100012.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 27/05/2015.

PICININI, Valmiria Carolina et al. Cooperativas de trabalho de Porto Alegre e flexibilização do trabalho. **Sociologias**, v. 6, n. 12, p. 68-105, 2004.

PINHO, JAG de; SANTANA, Mercejane Wanderley. O que faz o governo municipal no Brasil. **Realizações, tendências e perspectivas. Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração**. Anais, v. 24, 2000.

PINHO, D. Cooperativismo: fundamentos doutrinários e teóricos. In.: NUNES, C.; PANZUTTO, R.; SCHNEIDER, J. O.; BIALOSKORSKI, S. **Programa de autogestão: educação cooperativista**. São Paulo: SESCOOP/SP, OCESP, 2001.

RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro, FASE, 2000.

RAZETO, Luis. La economía solidaria: concepto, realidad y proyecto. **Persona y sociedad**, v. 13, n. 2, p. 15, 1999.

ROCHA, Eliza Emília Rezende Bernardo. **O cooperativismo agrícola em transição: Dilemas e perspectivas**. 226 p. 1999. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Economia)–Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.[Links].

ROSA, Alexandre Reis et al. Resíduos sólidos e políticas públicas: reflexões acerca de uma proposta de inclusão social. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 8, n. 2, 2011.

SANTOS, Luis Miguel Luzio; DOS SANTOS, Livia Maria. **Economia solidária no Brasil: um estudo bibliométrico em periódicos de administração da última década**. FACESI EM REVISTA. Ano 4, vol. 1, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas Públicas**: coletânea. Brasília, DF: ENAP, v. 1. 2007.

SCHOLZ, Robinson Henrique; DA ROSA, Graciema Fátima; DE LOURDES BORGES, Maria. Estratégia como prática e aprendizagem na interação dos sujeitos recicladores: resultados da incubadora de empreendimentos solidários, do Centro Universitário La Salle, Canoas, RS. **Revista de Administração da UFSM**, v. 7, p. 141-160, 2014.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Anielson Barbosa. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. Saraiva, 2006.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2002

SINGER, P., et al. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003

SINGER, Paul. Economia solidária. **Estudos avançados**, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008.

SOUZA, Celina. In : HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2007.

SOUZA, Celina et al. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Laura Vilela. Discurso construcionista social: uma apresentação possível. In: GUANAES-LORENZI, Carla; MOSCHETA, Murilo dos Santos; CORRADI-WEBSTER, Clarissa Mendonça; SOUZA, Laura Vilela. **Construcionismo Social: discurso, prática e produção do conhecimento**. Instituto Noos. Rio de Janeiro, 2014.

SPINK, Peter K. Pesquisa de campo em Psicologia Social: Uma perspectiva pós construcionista. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 18-42, 2003

SPINK, M. J. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas.. In SPINK, M. J. (org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas**. Edição virtual, 2013.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2006.

TAUILE, José Ricardo; DEBACO, Eduardo Scotti. Autogestão no Brasil: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. **Groupe de recherches sur l'économie solidaire au Brésil**, 2002.

TENÓRIO, M. C. C. **Reciclando: acompanhamento de cooperativas de trabalho e de associações populares – uma complexa construção em curso rumo à reeducação**. 2002. 207 f. Monografia (Especialização em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2002.

THOMPSON, John L. The world of the social entrepreneur. **International Journal of Public Sector Management**, v. 15, n. 5, p. 412-431, 2002.

TOMMASI, Livia de. Tubarões e peixinhos: histórias de jovens protagonistas. **Educ. Pesqui**, v. 40, n. 2, p. 533-548, 2014.

TORRES, Henrique Rodrigues. **As organizações dos catadores de material reciclável: inclusão e sustentabilidade: o caso da associação dos catadores de papel, papelão e material reaproveitável, Asmare, em Belo Horizonte, MG**. 2008. <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2460/1/2008_HenriqueRTorres.pdf>. Acesso em 27/05/2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. Atlas, 1987.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. Empreendedorismo, marginalidade e estratificação social. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 3, p. 310-321, 2014.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 30, n. 2, p. 5-43, 1996.

VILLANUEVA, Luis F. Aguilar. Estudio introductorio. In: SARAVIA, Enrique; FERREZ, Elisabete. **Políticas Públicas: coletânea**. Brasília, DF: ENAP, v. 1. 2007.

WIKLUND, Johan; PATZELT, Holger; SHEPHERD, Dean A. **Building an integrative model of small business growth**. *Small Business Economics*, v. 32, n. 4, p. 351-374, 2009.

WILLIAMS, Densil A.; K'NIFE, K. A. K. The dark side of social entrepreneurship. **International Journal of Entrepreneurship**. Volume 16, p. 67-72, 2012.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YUNUS, Muhammad. Social business entrepreneurs are the solution. **Social entrepreneurship: New models of sustainable social change**, p. 39-44, 2006.

ZANETI, Izabel; GENTIL, Valéria; TORRES, Henrique. Cooperativas e Associações de Catadores de Resíduos Sólidos no DF. Questões Socioeconômicas Ambientais e Sustentabilidade. **III Encontro da ANPPAS**, 2006.

ZYLBERSZTAJN, Décio. Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas. **Agronegócio cooperativo–reestruturação e estratégias**. Marcelo José Braga, Brício dos Santos Reis (org). Viçosa, 2002.

APÊNDICE

1. ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA OS COOPERADOS

1. Quando a cooperativa foi criada? Conte como foi a criação da cooperativa.
2. Houve apoio da prefeitura ou de entidades no momento da criação da cooperativa?
3. A cooperativa vem se mantendo com apoio do setor público e/ou privado?
4. As pessoas que criaram a cooperativa ainda estão atuando? Porque as pessoas saem? Porque ficam?
5. Atualmente, a cooperativa recebe apoio da prefeitura ou de entidades? Que tipo de apoio?
5. Como a cooperativa se estabelece no processo de coleta de resíduos sólidos do município de Maringá?
6. Para você, qual a importância da inclusão das cooperativas de reciclagem nas discussões e no processo de tratamento de resíduos sólidos de Maringá?
7. Há no município uma política de coleta e de tratamento de resíduos sólidos?
8. Você acha que a prefeitura deveria remunerar as cooperativas de reciclagem pelo seu serviço? Porque?
9. Você acha que a cooperativa ocupa um lugar importante em relação à coleta e reciclagem, ou sente que tem sido deixado de lado pela administração pública? Porque?

2. ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA OS DEMAIS ATORES

1. Qual a importância das cooperativas de reciclagem para a manutenção do lixo urbano em Maringá?
2. A prefeitura está discutindo, ou buscando soluções para a questão do lixo? Quais as alternativas propostas?
3. As contribuições do Fórum Lixo e Cidadania têm sido levadas em consideração?
4. A prefeitura procura incluir os catadores de materiais recicláveis e suas cooperativas no processo de reciclagem? Como? Isso é importante? Porque?
5. Em relação à Política Municipal de Resíduos Sólidos, porque o poder público maringaense ainda não definiu estratégias alinhadas à Política Nacional?
6. Os catadores de materiais recicláveis deveriam ser remunerados pela prefeitura? Porque?
7. Atualmente as cooperativas e os catadores de materiais recicláveis podem contribuir com o problema do lixo em Maringá? Como?